

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO	INDICAÇÃO DO ITEM (SE ÚNICO) OU FAMÍLIA (SE MÚLTIPLOS): Realização de curso Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para 35 (trinta e cinco) participantes do MPBA.	
1.2 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO DEFINIDO</u>	O quantitativo de 35 participantes do curso foi estabelecido pela Unidade de Fomento à Pesquisa, do Centro de Estudos do MPBA, tendo como base o grupo de pesquisa existente na referida Unidade, com foco em Direito Eleitoral.	
1.3 NATUREZA DO OBJETO	<input checked="" type="checkbox"/>	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO
	<input type="checkbox"/>	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
	<input type="checkbox"/>	C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <input type="checkbox"/> D.1) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA <input type="checkbox"/> D.2) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO) <input type="checkbox"/> D.3) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR POSTOS DE SERVIÇOS <input type="checkbox"/> D.4) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO)
	<input type="checkbox"/>	D) OUTRO(S). Especificar:
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>SERVIÇOS CONTINUADOS</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços continuados)
	<input type="checkbox"/>	B) JUSTIFICATIVA:
1.5 JUSTIFICATIVA: <u>ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços de engenharia)
	<input type="checkbox"/>	B) SERVIÇO(S) ENQUADRADO(S) COMO “SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA” ➤ FUNDAMENTAÇÃO: ➤ ITENS APLICÁVEIS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <input type="checkbox"/> A) TODOS OS ITENS <input type="checkbox"/> B) PARTE DOS ITENS:
1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	Com o avanço das atividades do Grupos de Estudo Eleitoral do MPBA, a UFPCI, em diálogo com o líder, Dr. Millen Castro Medeiros de Mouro, que também coordena do Núcleo de Apoio Eleitoral do MPBA (NUEL), identificou a necessidade de prestar suporte especializado aos seus integrantes, com vistas a qualificar as atividades de investigação de ilícitos eleitorais praticados em ambiente digital. Portanto, acredita-se que seja crucial a contratação de colaboradores especializados em Direito	



	<p>Eleitoral Digital, para que preste instrutoria especializada ao Grupo, composto majoritariamente de promotores de justiça e assessores com atribuição eleitoral, elevando a qualidade do trabalho que estejam realizando.</p> <p>Como se depreende da proposta apresentada, as questões relacionadas à tecnologia permeiam cada vez mais as atribuições do Ministério Público. Ainda que o processo não diga respeito, de forma direta, à tecnologia, nota-se que as provas, álibis, quebras de sigilo e outras situações relacionadas ao cerne da discussão jurídica perpassam pelos meios tecnológicos, exigindo-se do Ministério Público uma atuação cada vez mais consentânea com essa realidade.</p> <p>Dessa maneira, sobretudo considerando-se a Política Nacional de Segurança da Informação, Decreto 9.637/2018, alterada pelo Decreto 10.641/2021, bem como a Resolução n. 396/2021 do CNJ, que criou a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário, é imprescindível que os membros do Ministério Público sejam permanentemente capacitados sobre as questões que envolvam a tecnologia como ferramenta para o exercício pleno de suas atribuições, notadamente quando relacionadas às eleições.</p> <p>O curso em questão tem por finalidade apresentar aos participantes os conceitos fundamentais sobre tecnologia, mídias sociais, infraestrutura de tecnologia da internet para localização de infratores e remoção de conteúdo, bem como a legislação e jurisprudência sobre o direito digital e produção de provas, por meio de um enfoque da aplicação desses conhecimentos no Direito Eleitoral, utilizando-se de casos concretos e ferramentas gratuitas de análise, de modo a capacitar os participantes para atuação no direito contemporâneo e, em especial, para as eleições de 2024.</p> <p>Atualmente, os profissionais que atuam em processos que envolvam direito digital sentem-se inseguros e ansiosos por não conhecerem conceitos básicos e essenciais sobre tecnologia exigidos para execução dessas atividades. Seja na vida profissional ou pessoal, entender sobre tecnologia passou a ser requisito básico para a vida em uma sociedade hiperconectada, sobretudo para os operadores do Direito, por ser a Justiça a responsável por pacificar as relações nas eleições. Contudo, o desafio atual desses profissionais é ter que dizer o direito no caso concreto, mesmo quando desconhecem por completo as regras do novo ambiente, agora chamado de ciberespaço.</p> <p>Justifica-se, também, o presente curso, em razão dos ataques digitais às redes de vários órgãos públicos de todas as esferas, como os recentes acontecimentos ocorridos contra o STF, STJ, TJRS e Senado Federal, bem como aos demais serviços públicos brasileiros, sem olvidar dos riscos aos computadores pessoais das autoridades e servidores públicos que, de forma direta ou indireta, trazem riscos para a infraestrutura protegida do órgão de sua lotação, ataques esses que serão a cada dia mais comuns, sendo essencial que haja uma preparação não apenas da equipe de tecnologia, mas, também, de todos os usuários internos dos serviços oferecidos pela Justiça brasileira</p> <p>Nesse sentido, a expertise desses colaboradores externos torna-se fundamental para, como dito anteriormente, qualificar os estudos e atividades práticas, que se asseverarão no período das eleições 2024, mas também para garantir que o MP promova aperfeiçoamento de membros e servidores e explorando plenamente o potencial de construção de conhecimento que as atividades de estudos especializados podem oferecer.</p>
<p>1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO</p>	<p>Cuida-se de prestação de serviços de realização de Curso de Direito Eleitoral digital, visando a capacitação de 35 Membros e Servidores do MPBA, que possuem atribuição eleitoral, integrantes do grupo de estudos do Centro de Estudos.</p> <p>O objeto compreende a execução dos serviços por meio de aulas transmitidas ao vivo, via plataforma da empresa contrata, com gravação a ser disponibilizada pelo período de 4 meses no mínimo, com carga horária total de 20 horas/aula, distribuídas por 5 encontros ao longo de 1 semana, durante o horário de 18h às 22h, com previsão de início para mês de maio de 2024.</p> <p>A solução atende às necessidades da Instituição tendo em vista as constantes evoluções</p>



tecnológicas, a proximidade de novo processo eleitoral em 2024 e o aprimoramento de conhecimentos da área eleitoral.

2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO ENQUADRAMENTO COMO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

2.1.1 BASE LEGAL – ESCOLHER UMA OPÇÃO:

- ☐ A) Artigo 74, caput da Lei Federal nº 14.133/2021
- ☐ B) Artigo 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21
- ☐ C) Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021
- ☒ D) Artigo 74, inciso III, alínea f da Lei Federal nº 14.133/2021
- ☐ E) Artigo 74, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021
- ☐ F) Artigo 74, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021

2.1.2 JUSTIFICATIVA PARA A INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO:

Trata-se de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de serviço técnico profissional especializado relativo à realização de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, que será executado por profissional técnico e de notória especialização comprovada, instrutor Alexandre Basílio, que é um dos maiores especialistas em Direito Digital do país, atuante no mercado de cursos e palestras para Órgãos Públicos.

2.2 CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

(x)

A) JURÍDICA – ESCOLHER UMA OPÇÃO:

- ☐ A.1) DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA (Cartão CNPJ e ato constitutivo);
- ☐ A.2) DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA (Documento oficial de identificação pessoal e cartão CPF, caso esta numeração não conste no primeiro)

(x)

B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar:

- B.1)** Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS;
- B.2)** Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia;
- B.3)** Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – caso não seja Bahia;
- B.4)** Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado;
- B.5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica);
- B.6)** Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica);

()

C) TÉCNICA (FACULTATIVO):

()

D) ECONÔMICO-FINANCEIRA (FACULTATIVO):

- ☐ D.1) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA
- ☐ D.2) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, COM INDICAÇÃO DE ÍNDICES. ESPECIFICAR:
- Justificar opção “D.2” (Em caso positivo):
 - ÍNDICES CONTÁBEIS APLICÁVEIS – ESCOLHER QUANTOS CABÍVEIS:



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

		<p>() 1. Liquidez Corrente (ILC), que deverá ser:</p> <p>() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:</p> <p>() 2. Liquidez Geral (LG), que deverá ser:</p> <p>() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:</p> <p>() 3. Solvência Geral (SG), que deverá ser:</p> <p>() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:</p> <p>() 4. Outro. Indicar:</p> <p>() D.3) DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL, igual ou superior a ____ % do valor da inexigibilidade de licitação (limite legal: 10%);</p> <p>➤ Justificar opção “D.3” (Em caso positivo):</p>
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO		
3.1 REGIME DE EXECUÇÃO	(x)	A) EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
	()	B) EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
	()	C) OUTRO. Indicar:
3.2 RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO	<p>➤ PRAZO: 2 dias. Contagem – ESCOLHER UMA OPÇÃO: (x) Úteis () Corridos</p> <p>3.2.1. Prazo contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.</p> <p>3.2.2. As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).</p> <p>3.2.3. A Contratada poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.</p>	
3.3 FORMA DE EXECUÇÃO	<p>➤ LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO: Modalidade remota, transmissão ao vivo com gravação, via plataforma da empresa.</p> <p>➤ DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) NÃO SE APLICA</p> <p>(x) B) REGRAS: O curso será realizado durante os dias 20, 21, 22, 23 e 27/05/2024, das 18h às 22h (horário de Brasília).</p> <p>➤ DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO :</p> <p>O curso será ministrado pelo instrutor Alexandre Basílio Coura, transmitido ao vivo com gravação, pela plataforma da contratada, que ficará disponível do dia 06/06 a 06/10/2024 para os participantes.</p>	
3.4 PRAZO(S) DE EXECUÇÃO	(x)	<p>A) REGRAS (SUGESTÃO):</p> <p>➤ PRAZO(S) DE EXECUÇÃO – INDIVIDUALIZAR POR SERVIÇO:</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM
Realização do curso	60	() Úteis (x) Corridos
		() Úteis () Corridos

- **PRAZO(S) CONTADO A PARTIR DE - ESCOLHER UMA OPÇÃO:**
- () **A) RECEBIMENTO DO EMPENHO PELO FORNECEDOR (REGRA GERAL)**
- (x) **B) OUTRO – Informar: a partir da assinatura do contrato.**
- **PRAZO PARA FINALIZAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS (SE HOUVER):**
- **ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO(S) PRAZO(S) DE EXECUÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:**
- () **A) NÃO**
- (x) **B) SIM.** Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de execução consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato aceito pela Instituição.

() **B) REGRAS (DEFINIDAS PELA UNIDADE SOLICITANTE):**

() **C) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO III - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)**

3.5 REGRAS DE GARANTIA

(x) **A) NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APLICÁVEL AO OBJETO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA ACESSÓRIA**

() **B) GARANTIA LEGAL PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

() **C) GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS**

➤ **JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:**

() **D) HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA)**

➤ **JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:**

➤ **INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) – Indicar o número correspondente ao item na tabela do APENSO I:**

- **GARANTIA LEGAL:**
- **GARANTIA CONTRATADA:**

() **E) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO III - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)**

3.5.1 REGRAS DA GARANTIA CONTRATADA (Somente para opções C ou D):



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

➤ **EXECUTOR DA GARANTIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:**

() A) CONTRATADO (REGRA GERAL)

() B) FABRICANTE (EXCEÇÃO)

○ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):

➤ **DURAÇÃO, contado da data do recebimento dos serviços - ESCOLHER UMA OPÇÃO:**

() A) _____ DIAS

() B) _____ MESES

() C) GARANTIA PEDURARÁ CONTINUAMENTE DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL (SERVIÇOS CONTÍNUOS)

○ Justificar prazo de duração definido:

○

➤ **PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:**

() A) _____ HORAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos

() B) _____ DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos

() C) OUTRO(S). Indicar:

➤ **FORMA DE EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:**

() A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador

() B) Assistência sediada no seguinte município:

() C) Assistência sediada em local a critério da Contratada

() D) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (EXCEÇÃO).
Regras:

○ Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____ (_____) horas, contadas da notificação pelo MPBA;

○ O executor da garantia (conforme acima indicado) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de serviços/bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles tenham sido executados (serviços) ou estiverem (bens), bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

○ Justificativa para a garantia *on site*:

() E) Outra. Especificar:

➤ **DETALHAMENTO DAS DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA (Se houver):**

(x) **A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO**



<p>3.6 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO</p>	<p>()</p>	<p>B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis): ➤ Indicar regras/condições para subcontratação:
<p>3.7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL</p>	<p>3.7.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:</p> <p>3.7.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o Contratante designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a Contratada sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.</p> <p>3.7.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:</p> <p>3.7.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento e no contrato, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;</p> <p>3.7.1.2.2 Transmitir à Contratada as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;</p> <p>3.7.1.2.3 Promover, com a presença da Contratada, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;</p> <p>3.7.1.2.4 Esclarecer as dúvidas da Contratada, solicitando ao setor competente do Contratante, se necessário, parecer de especialistas;</p> <p>3.7.1.2.5 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;</p> <p>3.7.1.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).</p> <p>3.7.1.3 A fiscalização, pelo Contratante, não desobriga a Contratada de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.</p> <p>3.7.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do Contratante, sobre irregularidades ou falhas, não exime a Contratada das responsabilidades determinadas neste instrumento.</p> <p>3.7.1.4 O Contratante poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.</p> <p>3.7.1.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela Contratada, às suas expensas;</p> <p>3.7.1.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do Contratante.</p> <p>3.7.1.5 Para fins de fiscalização, o Contratante poderá solicitar à Contratada, a qualquer tempo,</p>	



os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

3.7.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

3.7.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO: ESCOLHER UMA OPÇÃO:

(x)

A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1

()

B) DISPOSIÇÕES ESPECIFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL:

3.7.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

3.7.3.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

3.7.3.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

3.7.3.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.7.3.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.7.3.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

3.7.3.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.7.3.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

3.7.3.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.7.3.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.7.3.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.7.3.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.7.3.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.7.3.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

3.7.3.3.1 Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.7.3.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.2, a 3.7.3.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade



	<p>mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);</p> <p>3.7.3.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.5 a 3.7.3.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.7.3.2.2 a 3.7.3.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);</p> <p>3.7.4 DAS MULTAS - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:</p> <p>3.7.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.7.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <p>3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas:</p> <p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;</p> <p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p> <p>(x)</p> <p>B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS - PREENCHER, CONFORME O CASO:</p> <p>3.7.4.1 Moratória de xxx% (xxxx por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.7.4.2 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <p>3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p>
--	--



	<p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.4.3 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;</p> <p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato;</p> <p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p>
<p>3.8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)</p>	<p>3.8.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:</p> <p>➤ PRAZO: 4 dias corridos, contados: <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u></p> <p>() A) DA FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS</p> <p>(x) B) DA ENTREGA DA NOTA FISCAL/FATURA</p> <p>() C) OUTRO:</p> <hr/> <p>3.8.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:</p> <p>➤ PRAZO: 10 dias corridos, contados do recebimento provisório</p> <hr/> <p>3.8.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) NÃO SE APLICA</p> <p>(x) B) PRAZO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() 1) _____ HORAS. Contagem – Escolher <u>uma</u> opção: () Úteis () Corridos</p> <p>() 2) 30 DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis (x) Corridos</p> <p>() 3) OUTRO(S). Indicar:</p> <hr/> <p>3.8.4 DEMAIS REGRAMENTOS:</p>



	<p>3.8.4.1 O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;</p> <p>3.8.4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos nos prazos definidos neste instrumento, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;</p> <p>3.8.4.3 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 3.8.3 assegurado à Contratada a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço;</p> <p>3.8.4.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a Contratada obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;</p> <p>3.8.4.5 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo Contratante, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/23, devendo ocorrer nos prazos definidos neste instrumento;</p> <p>3.8.4.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo Contratante não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Contratante, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.</p>										
3.9 DOS PREÇOS	<p>3.9.1 ABRANGÊNCIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="434 1361 523 1727">(x)</td><td data-bbox="523 1361 1509 1727"> <p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos. ➤ Demais regramentos (se houver): </td></tr> <tr> <td data-bbox="434 1727 523 1854">()</td><td data-bbox="523 1727 1509 1854"> <p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p> </td></tr> </table> <p>3.9.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="434 1854 523 2000">()</td><td data-bbox="523 1854 1509 2000"> <p>A) VALOR MENSAL FIXO</p> </td></tr> <tr> <td data-bbox="434 2000 523 2078">()</td><td data-bbox="523 2000 1509 2078"> <p>B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS</p> </td></tr> <tr> <td data-bbox="434 2078 523 2134">(x)</td><td data-bbox="523 2078 1509 2134"> <p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relativo à completa execução dos serviços</p> </td></tr> </table>	(x)	<p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos. ➤ Demais regramentos (se houver): 	()	<p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p>	()	<p>A) VALOR MENSAL FIXO</p>	()	<p>B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS</p>	(x)	<p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relativo à completa execução dos serviços</p>
(x)	<p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos. ➤ Demais regramentos (se houver): 										
()	<p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p>										
()	<p>A) VALOR MENSAL FIXO</p>										
()	<p>B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS</p>										
(x)	<p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relativo à completa execução dos serviços</p>										



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

	()	D) OUTRO:	
3.10 REGRAS DE FATURAMENTO		3.10.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO(S) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	
	()	A) MENSAL	
	()	B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO	
	(x)	C) EM PARCELA ÚNICA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> (x) 1) AO FINAL DE <u>TODA</u> A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (Regra geral) () 2) OUTRO:	
	()	D) PARCELADO: ➤ QUANTIDADE DE PARCELAS: ➤ DEFINIÇÃO DOS MONTANTES DAS PARCELAS -	
	()	E) OUTRO(A). Indicar:	
		3.10.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	
	()	A) NÃO SE APLICA, sendo necessária somente a apresentação de nota fiscal/fatura e certidões de regularidade fiscal e trabalhista, conforme item 3.11.1 (abaixo).	
	(x)	B) REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS, para além dos indicados na opção A. Especificar: <i>Entrega dos certificados dos participantes que tenham cumprido a carga horária mínima de acessos as aulas.</i>	
3.11 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	3.11.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado na periodicidade indicada no item 3.10.1, mediante apresentação, pela CONTRATADA , de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da CONTRATADA , documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo CONTRATANTE ;		
	3.11.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 3.11.1, desde que não haja pendência a ser regularizada;		
	3.11.3 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;		
	3.11.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratual;		
	3.11.5 O CONTRATANTE realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;		
	3.11.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela CONTRATADA , preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;		
	3.11.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE , em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3.		



	<p>3.11.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao CONTRATANTE, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.</p>	
<p>3.12 REAJUSTAMENTO</p>	<p>()</p>	<p>A) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. REGRAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () A) INPC/IBGE () B) OUTRO. Indicar: ➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração. ➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário. ➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de execução de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do orçamento estimado pela administração. ➤ Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
	<p>(x)</p>	<p>B) NÃO É CABÍVEL A PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA ORIGINÁRIA DO CONTRATO, dadas as regras de pagamento e a natureza dos serviços.</p> <p>Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência, os preços pactuados serão passíveis de reajustamento, conforme as seguintes regras e condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> (x) A) INPC/IBGE () B) OUTRO. Indicar: ➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo total de execução dos serviços contratados. ➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de meses decorridos entre a apresentação da proposta de preços e o encerramento do prazo inicial de duração da execução contratual. ➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos ao novo período de vigência contratual. ➤
<p>3.13 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS</p>	<p>(x)</p>	<p>3.13.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>A) NÃO SE APLICA (Não se trata de registro de preços)</p>



	<p>B) VIGÊNCIA DA ARP:</p> <p>()</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Prazo de vigência da ARP: _____ meses (Limitado a 1 ano) ➤ Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO: <p>() NÃO () SIM (Limitado ao <u>total</u> de vigência da ARP de 2 anos)</p> <p>3.13.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - ESCOLHER UMA OPÇÃO: NÃO APLICÁVEL PARA INEXIGIBILIDADES</p> <p>() 1) _____ meses, contados do recebimento do empenho pela contratada</p> <p>() 2) _____ dias, contados do recebimento do empenho pela contratada</p> <p>() 3) _____ meses, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)*</p> <p>() 4) _____ dias, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)*</p> <p>B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(x) Opção 1: 6 meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) Data certa (previsão inicial): ____ de ____ de ____</p> <p>(x) B) Da data da (última) assinatura</p> <p>() Opção 2: _____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) Data certa (previsão inicial): ____ de ____ de ____</p> <p>() B) Da data da (última) assinatura</p> <p>3.13.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(x) A) NÃO SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA</p> <p>() B) SIM, SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA TAL FIM.</p> <p>➤ Justificativa:</p>
<p>3.14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</p>	<p>3.14.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>3.14.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente instrumento, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do Contratante, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;</p> <p>3.14.1.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;</p> <p>3.14.1.2 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;</p> <p>3.14.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à</p>




<p>execução dos serviços objeto deste instrumento;</p> <p>3.14.1.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;</p> <p>3.14.1.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;</p> <p>3.14.1.6 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;</p> <p>3.14.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;</p> <p>3.14.1.7.1 A eventual retenção de tributos pelo Contratante não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela Contratada;</p> <p>3.14.1.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;</p> <p>3.14.1.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;</p> <p>3.14.1.10 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;</p> <p>3.14.1.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo Contratante, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de inexigibilidade de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o Contratante;</p> <p>3.14.1.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;</p> <p>3.14.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;</p> <p>3.14.1.14 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.</p> <p>3.14.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;</p> <p>3.14.1.16 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;</p>



	<p>3.14.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;</p> <p>3.14.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;</p> <p>3.14.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei 14.133/2021);</p> <p>3.14.1.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei 14.133/2021);</p> <p>3.14.1.21 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;</p> <p>3.14.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="435 943 523 1025">()</td><td data-bbox="523 943 1511 1025">A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.</td></tr> <tr> <td data-bbox="435 1025 523 1227">(x)</td><td data-bbox="523 1025 1511 1227">B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: 3.14.2.1 Entrega dos certificados dos participantes que cumprirem 80% de acessos as aulas no mínimo; 3.14.2.2 Disponibilizar as gravações das aulas durante o período de 06/06/2024 a 06/10/2024, na plataforma da empresa.</td></tr> </table>	()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.	(x)	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: 3.14.2.1 Entrega dos certificados dos participantes que cumprirem 80% de acessos as aulas no mínimo; 3.14.2.2 Disponibilizar as gravações das aulas durante o período de 06/06/2024 a 06/10/2024, na plataforma da empresa.
()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.				
(x)	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: 3.14.2.1 Entrega dos certificados dos participantes que cumprirem 80% de acessos as aulas no mínimo; 3.14.2.2 Disponibilizar as gravações das aulas durante o período de 06/06/2024 a 06/10/2024, na plataforma da empresa.				
<p>3.15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE</p>	<p>3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>3.15.1.1 Fornecer as informações necessárias para que a Contratada possa executar plenamente o objeto contratado;</p> <p>3.15.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;</p> <p>3.15.1.3 Permitir o acesso da Contratada às instalações físicas do Contratante, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;</p> <p>3.15.1.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;</p> <p>3.15.1.5 Fornecer à Contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando a execução do objeto atender satisfatoriamente os prazos de execução, entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento.</p> <p>3.15.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:</p> <p>3.15.1.6.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;</p>				



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

	<p>3.15.1.6.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;</p> <p>3.15.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.</p> <p>(x) B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: 3.15.2.1 Enviar a lista dos participantes do curso.</p>	
<p>3.16 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL</p>	<p>(x) A) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL</p> <p>() B) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Percentual exigido - ESCOLHER UMA OPÇÃO: () A) 5% (cinco por cento) () B) OUTRO*. Indicar: _____ % (_____ por cento) ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato. ➤ Justificativa para garantias com percentual superior a 5% (e limitadas a 10%) do valor inicial do contrato: 	
<p>3.17 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</p>	<p>CONFORME FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATAÇÃO.</p>	
<p>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO:</p>		
<p>MATRÍCULA: 353.215</p>	<p>NOME DO SERVIDOR: Liliane Formigli Noblat</p>	<p>INSERIR ASSINATURA DIGITAL:</p> <p> Documento assinado digitalmente LILIANE FORMIGLI NOBLAT Data: 26/03/2024 16:57:00-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p>
<p>UNIDADE ADMINISTRATIVA: Coordenação Administrativa do CEAF</p>		

**APENSO I****TABELA INDICATIVA DOS ITENS DE SERVIÇO A SEREM CONTRATADOS**

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Código do item de serviço, com descrição
1	Realização de curso Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota, ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para 35 (trinta e cinco) participantes.	Unidade	01	21172 - Treinamento Qualificação Profissional



APENSO II

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

RAZÃO SOCIAL (PJ) ou NOME (PF): Paula Sthefani de Carli Ltda		
NOME FANTASIA (PJ): Politalks – Consultoria Avançada		CNPJ / CPF: 42.921.701/0001-03
ENDEREÇO: Rua Coronel André Belo, 728 – Menino Deus		
MUNICÍPIO: Porto Alegre	UF: RS	CEP: 90.110-020
REPRESENTANTE LEGAL (NOME E FUNÇÃO): Paula Sthefani de Carli Ltda		CPF: [REDACTED]




APENSO III – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

Não se aplica.



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS (DFD)

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação, conforme parâmetros básicos a seguir elencados, a serem complementados em Termo de Referência (TR).

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)	
1. Identificação da Necessidade: Capacitação do Promotores de Justiça e Assessores com atribuição eleitoral.	
2. Objeto da Contratação: Realização de curso Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para 35 (trinta e cinco) participantes do MPBA.	
3. Tipo de Objeto: <input type="checkbox"/> Fornecimento imediato. <input type="checkbox"/> Fornecimento parcelado. <input type="checkbox"/> Fornecimento continuado. <input checked="" type="checkbox"/> Serviço não continuado. <input type="checkbox"/> Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra. <input type="checkbox"/> Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra.	
4. Contratação Prevista no Plano de Contratações Anual (PCA): <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não* Se SIM , informar o Valor Previsto no Plano de Contratações Anual: R\$ 38.000,00.	
5. Origem do Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Próprios - Orçamento do MPBA. <input type="checkbox"/> Recursos Oriundos de Convênio Estadual. <input type="checkbox"/> Recursos Oriundos de Convênio Federal.	CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO: (Se aplicável):
6. Formalização da Contratação: <input type="checkbox"/> Por empenho e AFM (não aplicável para hipóteses de inexigibilidade). <input checked="" type="checkbox"/> Por instrumento formal de contrato.	
7. Unidade Responsável pela Instrução do Processo: Unidade de Finanças – CA - CEAF	
8. Unidade Demandante: Unidade de Fomento à Pesquisa - CEAF	
9. Unidade Gestora dos Recursos (nome e código): 40.101 0007 – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO	
Matrícula: 353.215	Nome Completo: Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade
Unidade Administrativa: Unidade de Finanças – CA - CEAF	INSERIR ASSINATURA DIGITAL: Documento assinado digitalmente  GRAZIELE MARIA GRAVE TEIXEIRA DE ANDRADE Data: 26/03/2024 16:49:12-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br





IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO	
Matrícula: 352.906	Nome Completo: Liliane Formigli Noblat
Órgão/ Unidade: Coordenação Administrativa do CEAF	INSERIR ASSINATURA DIGITAL: <div>Documento assinado digitalmente  LILIANE FORMIGLI NOBLAT Data: 26/03/2024 16:57:00-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</div>

TABELA DE PREÇOS

Declaro, para todos os fins de direito, que realizei pesquisa de preços semelhantes para futura contratação do(s) item(ns) abaixo listado(s), respeitados os ditames legais.

				PREÇO 1 – PROPOSTA DO FORNECEDOR A SER CONTRATADO			PREÇOS DE CONTRATAÇÕES SEMELHANTES DE MESMA NATUREZA					
ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	QT DE	RAZÃO SOCIAL OU NOME	CNPJ ou CPF	VALOR TOTAL R\$	PREÇO 2		PREÇO 3		PREÇO 4		
						CONTRATANTE	VALOR TOTAL R\$	CONTRA TANTE	VALOR TOTAL R\$	CONTRATANTE	VALOR TOTAL R\$	
1	Realização de Curso de Direito Eleitoral Digital.	1	Paula Sthefani de Carli Ltda	42.921.701/0001-03	38.500,00	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	39.990,00	Estado de Rondônia	55.000,00	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	50.000,00	

Nota: Incluir ou excluir colunas e linhas, conforme necessidade.


1 - OBSERVAÇÕES:	
a) Trata-se de processo de contratação direta por meio de Inexigibilidade (art.74 da Lei Federal de nº14.133/21), ante a inviabilidade de competição	
b) Juntar ao processo SEI o(s) arquivo(s) comprobatórios dos preços pagos em contratações semelhantes com o pretenso contratado.	
2 – JUSTIFICATIVA SE NÃO APRESENTAR O MÍNIMO DE 03 (TRÊS) CONTRATAÇÕES SEMELHANTES PARA CADA ITEM:	
RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS	
Matrícula:	Nome do Servidor:
353.215	Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade
Unidade Administrativa: Unidade de Finanças – CA - CEAF	
INSERIR ASSINATURA DIGITAL:	
<div><div>Documento assinado digitalmente GRAZIELE MARIA GRAVE TEIXEIRA DE ANDRADE Data: 27/03/2024 09:56:40-0300 Verifique em https://validar.itl.gov.br</div></div>	

ENC: Contratação do Curso de Direito Eleitoral Digital / COMERCIAL@POLITALKS.COM.BR

Liliane Formigli Noblat <liliane.noblat@mpba.mp.br>

Qua, 13/03/2024 14:15

Para: Ceaf Financeiro <ceaf.financeiro@mpba.mp.br>

 13 anexos (7 MB)

SICAF - POLITALKS.pdf; CONTRATO SOCIAL.pdf; SEI_TRE-MG - 3454754 - Atestado de Capacidade Técnica.pdf; Certidão TRE_RO.pdf; SEI_TRE-GO - 0185920 - Atestado de capacidade técnica EJE-GO.pdf; SEI_TRE-AL - 0991362 - Atestado de Capacidade Técnica.pdf; SEI_TRE-TO - 1632783 - Atestado de Capacidade Técnica(1).pdf; REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (3) (1).pdf; Currículo - Basílio.pdf; _Portfolio - Direito Digital - MP BA 2024 (1).pdf; Justificativa MP-BA - vínculo com o prof. - assinado.pdf; DOC-BASILIO.pdf; Declaração de conta bancária - assinado.pdf;

Liliane Formigli Noblat
Coordenadora Administrativa do CEAF
Ministério Público do Estado da Bahia
(71) 3322-5090 / 3321-4628 R. 217

De: PoliTalks Consultoria Avançada <politalks.consultoria@gmail.com>

Enviado: segunda-feira, 11 de março de 2024 23:14

Para: Liliane Formigli Noblat <liliane.noblat@mpba.mp.br>

Assunto: Re: Contratação do Curso de Direito Eleitoral Digital / COMERCIAL@POLITALKS.COM.BR

Prezada,

Anexo a este e-mail, estão todos os documentos que foram solicitados pela Sra. em nosso endereço secundário: COMERCIAL@POLITALKS.COM.BR

Se precisar de mais alguma informação estou disponível, se for algo mais urgente me chame pelo whatsapp da empresa que eu resolvo de imediato: **(31) 97555-1877**

Atenciosamente,
Comercial PoliTalks



01010
11001
00101

PoliTalks

CURSOS JURÍDICOS AVANÇADOS



2024



CURSOS JURÍDICOS AVANÇADOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03 a 05
CONHEÇA O CURSO	06 a 13
CONHEÇA O PROFESSOR	14 a 15
CONTRATAÇÕES	16
DADOS DA EMPRESA	17 a 18



Quem somos?

A PoliTalks é uma empresa que foi criada para pensar na educação de forma inovadora. Na verdade, inovação é o nosso lema. Estamos sempre buscando entender como o aluno aprende ou como gostaria de aprender. Somos uma empresa jovem e, assim como os jovens, nos entediamos facilmente. Pensando assim, exigimos que todos os nossos professores tenham aulas dinâmicas, daquelas em que, meia hora após o seu término, os alunos conseguem aplicar o que aprenderam em suas vidas reais.

Portanto, não esperem aulas introdutórias longas ou que nossos professores fiquem por horas falando sobre princípios básicos de algum assunto. Nosso foco é a prática aplicada à vida real. Foi pensando em formas novas de ensinar que resolvemos trazer o educador Iohannes Amos Comenius à contemporaneidade: ensinar qualquer coisa a qualquer um, de forma inovadora e criativa, esses somos nós.

Paula de Carli

Founder & CEO



Prestamos serviços de excelência

Apesar de sermos uma empresa jovem no mercado, nossos professores são os mais experientes do Brasil, combinando teoria e prática para aplicar nossa metodologia de ensino. Dessa forma, várias instituições já foram capacitadas pela Politalks.

Nosso principal público-alvo tem sido composto por servidores públicos federais, entre eles os Técnicos e Analistas da Justiça Eleitoral. Contudo, também já trabalhamos na capacitação de advogados, por meio da IMADEC, bem como atuamos na capacitação de Membros do Ministério Público, Juízes estaduais e federais.

Algumas das instituições que já capacitamos:



**Tribunal Regional
Eleitoral de Goiás**



**Tribunal Regional
Eleitoral do Tocantins**



**Tribunal Regional
Eleitoral do Pará**



**Tribunal Regional
Eleitoral do Piauí**



**Tribunal Regional
Eleitoral de Alagoas**



**Tribunal Regional
Eleitoral de
Pernambuco**



**Tribunal Regional
Eleitoral do Amapá**



**Tribunal Regional
Eleitoral de Santa
Catarina**



IMADEC



**Tribunal Regional
Eleitoral de Rondônia**



**Tribunal Regional
Eleitoral do Espírito Santo**



**Tribunal Regional
Eleitoral da Bahia**



Nossos diferenciais

Sabe aquele curso que você ofereceu na sua instituição e ninguém teve interesse em se inscrever? Por que isso acontece? A resposta é simples: os usuários se cansaram de fazer cursos teóricos e chatos, em que um professor fica lendo horas e horas de slides. Ninguém suporta mais isso.

Assim, o grande diferencial da Politalks está em seus colaboradores. Há um rigoroso controle a respeito da didática exigida de cada professor. Os professores são proibidos de dar aulas enfadonhas ou meramente teóricas. Há sempre atividades baseadas em metodologias ativas, em que os alunos aprendem fazendo. A exposição dialogada é a base das aulas dos professores parceiros da Politalks. Cada um tem liberdade para aplicar sua metodologia, desde que cumpra o pré-requisito primordial: todos os alunos precisam aprender algo útil e que possam aplicar no mesmo dia em seu trabalho.

Os nossos diferenciais não param por aí. Para cumprir nossa missão, nós nos responsabilizamos por todas as tarefas relativas ao curso contratado. Assim, o contratante não tem que se preocupar com absolutamente nada. Basta nos enviar a lista de alunos (com os dados necessários) que quer capacitar e o resto é com a nossa equipe. A única reclamação que ouvimos por repetidas vezes tem sido: "Poxa, por que o curso foi tão curto?"



Suporte rápido
via WhatsApp.



Metodologia de ensino
voltada para prática, com
os melhores professores
do Brasil.



Plataforma EAD.



Controlamos a
participação e emitimos
certificados.



Acompanhamos o
desempenho de cada aluno
individualmente.



Possibilidade de
Credenciamento pela
ENFAM.



Proposta comercial MP-BA

Prof. Alexandre Basílio



DIREITO DIGITAL ELEITORAL

Organização
POLITALKS

Coordenação
PAULA DE CARLI

Justificativa para uma capacitação sobre Direito Digital

Prima facie, as questões relacionadas à tecnologia permeiam cada vez mais as atribuições do Ministério Público. Ainda que o processo não diga respeito, de forma direta, à tecnologia, nota-se que as provas, álibis, quebras de sigilo e outras situações relacionadas ao cerne da discussão jurídica perpassam pelos meios tecnológicos, exigindo-se do Ministério Público uma atuação cada vez mais consentânea com essa realidade.

Dessa maneira, sobretudo considerando-se a Política Nacional de Segurança da Informação, Decreto 9.637/2018, alterada pelo Decreto 10.641/2021, bem como a Resolução n. 396/2021 do CNJ, que criou a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário, é imprescindível que os membros do Ministério Público sejam permanentemente capacitados sobre as questões que envolvam a tecnologia como ferramenta para o exercício pleno de suas atribuições, notadamente quando relacionadas às eleições.

O curso em questão tem por finalidade apresentar aos participantes os conceitos fundamentais sobre tecnologia, mídias sociais, infraestrutura

de tecnologia da internet para localização de infratores e remoção de conteúdo, bem como a legislação e jurisprudência sobre o direito digital e produção de provas, por meio de um enfoque da aplicação desses conhecimentos no Direito Eleitoral, utilizando-se de casos concretos e ferramentas gratuitas de análise, de modo a capacitar os participantes para atuação no direito contemporâneo e, em especial, para as eleições de 2024.

Atualmente, os profissionais que atuam em processos que envolvam direito digital sentem-se inseguros e ansiosos por não conhecerem conceitos básicos e essenciais sobre tecnologia exigidos para execução dessas atividades. Seja na vida profissional ou pessoal, entender sobre tecnologia passou a ser requisito básico para a vida em uma sociedade hiperconectada, sobretudo para os operadores do Direito, por ser a Justiça a responsável por pacificar as relações nas eleições. Contudo, o desafio atual desses profissionais é ter que dizer o direito no caso concreto, mesmo quando desconhecem por completo as regras do novo ambiente, agora chamado de ciberespaço.

Justifica-se, também, o presente curso, em razão dos ataques digitais às redes de vários órgãos públicos de todas as esferas, como os recentes acontecimentos ocorridos contra o STF, STJ, TJRS e Senado Federal, bem como aos demais serviços públicos brasileiros, sem olvidar dos riscos aos computadores pessoais das autoridades e servidores públicos que, de forma direta ou indireta, trazem riscos para a infraestrutura protegida do órgão de sua lotação, ataques esses que serão a cada dia mais comuns, sendo essencial que haja uma preparação não apenas da equipe de tecnologia, mas, também, de todos os usuários internos dos serviços oferecidos pela Justiça brasileira



Sobre o Curso

I) Curso online:

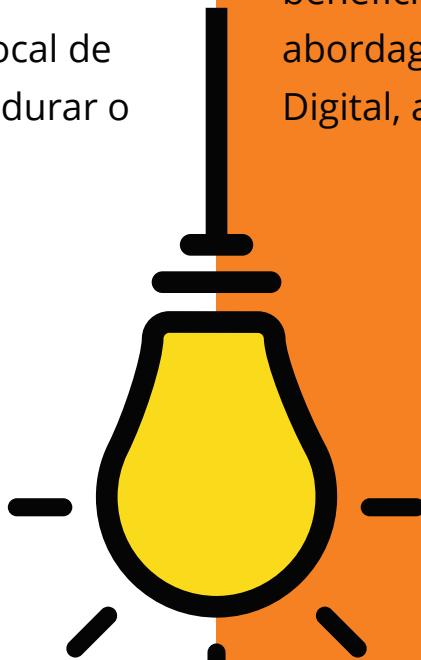
- a)** Com opções síncronas para realização de encontros ao vivo;
- b)** Com opções síncronas e assíncronas para realização de encontros ao vivo ou não.

II) Curso presencial:

Não recomendamos, em razão do alto custo com deslocamento dos participantes e a necessidade de preparação de laboratório específico para exercícios práticos que, se realizados na modalidade online, poderão ser feitos no computador particular dos participantes. Sendo essa a escolha da administração, será necessário considerar custos de deslocamento da equipe que acompanha o facilitador até o local de sua realização, pelo tempo que durar o evento.

Objetivo Geral

Em atenção ao Ministério Público Eleitoral, a PoliTalks apresenta o projeto de Curso de Direito Digital Eleitoral para as eleições de 2024, cujo conteúdo programático tem como principal objetivo atualizar os membros do Ministério Público de Rondônia, bem como seus assessores, quanto às novas tecnologias aplicadas ao exercício de suas funções, em especial às eleições municipais de 2024. Importante frisar que o tema propaganda política e pesquisas eleitorais será abordado de forma transversal, sendo pré-requisito os conhecimentos, em especial, sobre propaganda eleitoral na internet. Trata-se, portanto, de um curso complementar ao curso de propaganda política e mídias sociais, cujo o foco é o uso da tecnologia em benefício do direito. Desse forma, a abordagem será voltada para o Direito Digital, aplicado ao direito Eleitoral.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I – Apresentação do curso.

- 1.2 – Introdução à segurança da Informação;
- 1.3 – Disrupção digital.
- 1.4 – Pontos positivos e pontos negativos das novas tecnologias.
- 1.5 – Riscos institucionais e responsabilidade dos usuários.
- 1.6 – Quarta revolução industrial e as mudanças no mundo jurídico.
- 1.7 – Conhecimentos essenciais em tempos modernos.
- 1.8 – Casos práticos e uso acessório do Direito Digital pelas demais áreas do Direito.

Unidade II – Riscos Institucionais e a estratégia nacional de segurança cibernética.

- 2.1 – Ataques e invasões ao Judiciário Brasileiro.
- 2.2 – Como ocorrem os principais ataques.
- 2.3 – Introdução aos golpes de Phishing
- 2.4 – Casos práticos
- 2.5 – Rede Sem fio aberta ou desprotegida
- 2.6 – Casos práticos.
- 2.7 – Rede institucional desprotegida – Estudo de Caso – Cartório de Registro.
- 2.8 – Mal uso de equipamentos institucionais e os riscos ao órgão de lotação.
- 2.9 – Bad Usb, Shell reverso, Yellow Duck Usb e outras armadilhas
- 2.10 – Links desconhecidos
- 2.11 – Análise de riscos: por onde andam minhas senhas e o que podem fazer com elas?
- 2.12 – Ferramentas úteis.

Unidade III – Infraestrutura de Internet

- 3.1 – Como funciona a Internet?
- 3.2 – Conceitos essenciais:
 - 3.2.1 – IPV4
 - 3.2.2 - IPV6
 - 3.2.3 – Portas Lógicas
 - 3.2.4 – NAT – Network Address Translation
 - 3.2.5 – CGNAT – Carrier Grade Network Address Translation
 - 3.2.6 – DNS – Domain Name Service



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3.2.7 – Whois, Nslookup, Dig e outras ferramentas essenciais.

3.2.8 – Protocolos de Rede (HTTP, HTTPS, SMTP e outros)

3.3 – Localização de infratores

3.4 – Remoção de conteúdo.

3.6 – Aspectos tecnológicos do Marco Civil da Internet e as responsabilidades dos provedores de conexão ou de aplicação.

3.7 – Ferramentas essenciais

Unidade IV – Introdução à OSINT Eleitoral

4.1 – Introdução à OSINT

4.2 – Divisões da estrutura de dados da internet

4.2.1 – Superfície da Rede, Dark Web e Deep Web.

4.3 – Localização de informações na Superfície da Internet.

4.3.1 – Localizando provedores de conteúdo hospedados no Brasil.

4.3.2 – Localizando dados do CNPJ.

4.3.3 – Localizando dados da pessoa física.

4.3.4 – Relacionando domínios e subdomínios.

4.4 – Sock Puppets – Preparação de laboratório

4.4.1 – Criação de laboratório para investigação.

4.4.2 – Ferramentas avançadas

4.4.3 – Busca de metadados, Identificadores de contas, URLs secretas e outras informações.

4.5 – Investigação em Mídias Sociais

4.5.1 – Investigando um usuário específico – Exercício prático.

4.5.2 – Analisando as redes sociais de um candidato em cumprimento à obrigatoriedade de transparência e cadastro dos endereços junto à Justiça Eleitoral.

4.6 – Busca reversa por imagem.

4.6.1 – Busca reversa por imagem em buscadores

4.6.2 – Busca reversa de imagem por extensões de navegador.

4.6.3- Busca reversa de imagem por inteligência artificial.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

4.7 – Entendendo a Dark Web

4.7.1 – Operadores de buscas avançados.

4.7.2 – Dados obscurecidos na rede, robots e outros métodos de ocultação.

4.7.3 – Usando Google Dorks

4.7.4 – Analisando falhas de configuração de servidores quando à indexação de pastas.

4.7.5 – Conhecendo os Chains.

4.8 – Entendendo a Deep Web

4.8.1 – Funcionamento de uma rede Onion

4.8.2 – Acessando a Deep Web

4.8.3 – Verificando vazamentos de senhas.

4.8.4 – Verificando a ocorrência de crimes dos mais variados.

4.9 – Investigações em casos concretos

4.10 – Investigações avançadas – Follow the Money

4.10.1 – Segundo o dinheiro.

4.10.2 – Segundo os rastros da cobiça.

Unidade V - Introdução ao Direito Digital

5.1 – O Ciberespaço e a Lei do Cavalo – uma discussão importante sobre a legislação enfrentamento à desinformação.

5.2 - PL 2630 – O PL das Fake News.

5.3 – Retrospecto histórico do combate à desinformação no Brasil.

5.4 – Remoção de conteúdo em provedores hospedados em território nacional – Questões jurídicas.

5.5.1 – Singularização da relação processual e responsabilização dos provedores.

5.5 – Quebras de sigilo: quando, como e o que pedir.

5.5.1 – Dados coletados pelos provedores de conexão.

5.5.2 – Dados coletados pelos provedores de aplicação e redes sociais.

5.6 – Aplicando na prática o Marco Civil da Internet no Direito Eleitoral, combinado com a legislação eleitoral.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade VI – PRODUÇÃO DE PROVAS DIGITAIS.

6.1 – Prints de Tela.

6.1.1 – Funcionamento do protocolo HTTP(s) e os prints de tela.

6.1.2 – Filmagem da tela

6.1.3 – Modificando um site.

6.1.4 – Modificando uma conversa em programa de mensageria.

6.1.5 – Modificando um e-mail

6.1.6 – Forjando um remetente de e-mail.

6.2 – Atas notariais tradicional : Juris Tantum e Juris et de Jure?

6.3 – Legislação processual Civil.

6.4 – Prova digital em blockchain. Principais serviços.

6.5 - Fraudando conversas em aplicativos de mensageria

6.6 - Ferramentas importantes e como utilizá-las no dia a dia.

UNIDADE VII – DESAFIOS EM QUESTÕES PRÁTICAS ELEITORAIS.

7.1 - Vazamentos de dados

7.1.2 – Gerenciamento das senhas.

7.2 – Duplo fator de autenticação.

7.3 – Dissimulação nos impulsionamentos de propaganda eleitoral -

7.4 - Remorização dos impulsionamentos.

7.5 – Deep Fakes

7.5.1 – Jornal Nacional e Renata Vasconcelos

7.6 – Bolso Flix e Lula Flix – Análise de casos de 2022.

7.7 - Telegram e Whatsapp – Semelhanças, diferenças, bloqueio, suspensão.

7.7.1 Como investigar programas de mensagens instantâneas.

7.8 - Navegando anonimamente na rede. O Desafio do anonimato na rede e a Interferência Mínima da Justiça Eleitoral no Debate democrático.

Curso Atualizado com as Resoluções do TSE para 2024.



DEPOIMENTOS DE ALUNOS

Silvio Ronaldo Moraes - Des. Integrante do Pleno do TRE-RS

"Tive o privilégio de fazer esse curso com o Prof Basílio na edição especial para o TRE. É excelente. O conteúdo abrange todos os aspectos necessários de real interesse, ministrados com uma didática ímpar, por quem detém profundo conhecimento da matéria. Prof. Basílio trabalha toda a evolução e sucessivas alterações das normas e princípios eleitorais até a atualidade, prendendo a atenção e enriquecendo culturalmente os alunos. Tenho o prazer de recomendar a todos e avalizo o proveito que o curso representa."

Ulisses Sousa Torres - Servidor TRE-AL

"Excelente curso. Abordagem atual da legislação e práticas eleitorais. Visão das mídias digitais, segurança de rede, produção e verificação de provas digitais. Meus sinceros agradecimentos a EJE/AL, Professor Basílio e à Politalks."

Carmen Maria Paiva Ferraz Soares - Magistrada 32ª ZE-PI

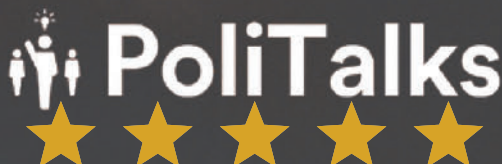
"Curso de excelência, muito boa capacitação. Matéria atual e necessária. Professor de inteligência privilegiada, didático, suave em transmitir seus conhecimentos."

Verian Francelino dos Santos - Servidora do TRE-PA

"O curso foi um divisor de águas para mim, na medida em que abriu meus olhos para urgente necessidade de adoção de medidas de segurança e proteção de senhas e dados pessoais/funcionais, bem como esclareceu quais os procedimentos adequados diante das "fake news" e de propaganda irregular nas redes sociais."

RAFAELA MENDES LEAL - Estagiária da 18ª ZE-GO

"Sou estagiária do cartório zona 18ª e esse foi o melhor curso que eu fiz durante a minha formação de jurista, sem dúvidas muito proveitoso. Além de toda excelência, a didática é excelente, pois até mesmo uma estudante do 5º período de direito, no caso eu, pôde compreender e acompanhar o curso perfeitamente. Quero agradecer ao professor Basílio por abrir meu horizonte sobre o direito digital."



SINGULARIDADE DO CURSO E A NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DO CONTRATADO

O curso requerido desfruta de singularidade, eis que moldado ao interesse do contratante, voltado que será para oferecer ao seu público-alvo um panorama, de forma prática, das principais normas e conceitos e ferramentas do Direito Eleitoral Digital e Mídias Sociais nas Eleições de 2024.

Neste sentido, propõe-se a contratação do professor Alexandre Basílio através da PolitTalks cujo currículo é extenso:

Graduado em Direito, em Ciência Política e em Redes de Computadores. Pós-Graduado em Direito Eleitoral, Direito Digital e em Cibersegurança e Gestão de Riscos. Mestrando em Ciência Política pela Universidade de Lisboa. Coordenador do grupo temático de Sistematização da Legislação Eleitoral no eixo Propaganda, Poder de Polícia, Pesquisas Eleitorais e Direito de Resposta, a convite do Min. Luiz Edson Fachin, com contribuições no texto das Resoluções Eleitorais aplicáveis às eleições 2020; Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADEP; • Analista Judiciário – Área Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul; Ex-Servidor do TRE-PB onde atuou como Assessor Jurídico da Procuradoria Regional Eleitoral, do Gabinete do Juiz Federal membro e da Vice-Presidência até 2016. Membro da Comissão Científica da Escola Judiciária do TRE-PB até 2016. Foi o Coordenador do Gabinete dos Juízes Auxiliares de Propaganda /Eleições 2014. Professor da Pós-Graduação da Fundação do Ministério Público – FMP, 2019. Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral da Univali/TRE-SC. Professor da Pós-Graduação do Instituto para o Desenvolvimento Democrático – IDDE – Belo Horizonte. Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral do Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS – 2019 Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral e Digital da Faculdade Baiana de Direito. Professor de Direito Eleitoral da Academia de Polícia Militar da Paraíba até 2016. Palestrante convidado pela Escola Superior do Ministério Público para capacitar todos os Procuradores Regionais Eleitorais quanto à propaganda eleitoral para 2018. Palestrante convidado pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais para capacitar todos os Juízes Eleitorais auxiliares em matéria de propaganda eleitoral para 2018.



Professor da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul responsável pela capacitação dos Juízes Eleitorais Estaduais para as eleições 2018/2020. Palestrante Convidado pelo Assembleia Legislativa de Santa Catarina – 2015. Palestrante convidado pelos Tribunais Regionais Eleitorais do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Roraima, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Distrito Federal, Piauí, Tocantins, Goiás e Paraná, Rio de Janeiro, e pelo Ministério Público de São Paulo. Palestrante Convidado da Escola de Magistratura da Paraíba (ESMA-PB -2014/2016); Palestrante Convidado da Procuradoria-Geral de Justiça-PB (MPPB 2014). Coautor dos Livros: Reforma Política, Diálogos e Reflexões (2016) e Participação Política, Balanços e Perspectivas (2017), ambos da Editora Instituto Memória, Coautor do livro Direito Eleitoral e Ciência Política (2018) Editora Espaço Acadêmico. Coautor da Coleção Tratado de Direito Eleitoral, Organizado por Luiz Fux, Walber Agra e Luiz Fernando Casagrande, 2018, Editora Fórum. Coautor do Livro Constituição e Processo Eleitoral, 2018, Editora Fórum.

Chefiou a Missão Internacional que realizou as eleições presidenciais de Guiné-Bissau, na África em 2009, a Convite da Organização das Nações Unidas por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

É fato que, cada professor possui características que o tornam invulgar, seja pelos conhecimentos e pela experiência que adquiriu ao longo da vida, pela capacidade de instigar os alunos à pesquisa e à reflexão acadêmica, seja pela sua oratória, pelo seu carisma, pela sua metodologia, enfim, um amplo espectro de qualidades peculiares, que obstam a uma comparação em análise objetiva e isonômica, própria dos certames públicos.

Por essa razão, salvo a hipótese de treinamentos padronizados, na qual a atuação do professor não seja relevante ao alcance de seu resultado, a contratação de cursos compreende hipótese de inexigibilidade de licitação, consoante dispõe o art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Nessa vertente já se manifestou o Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão n. 1.247/2008.

À vista disso, é que se arrima a contratação requerida no artigo 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei n. 8.666/93, bem como no art. 74, III, “f” da nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.



ORÇAMENTO PARA TURMA COM 35 ALUNOS

Orçamento válido por 210 dias

Investimento:

Valor por aluno: R\$1000,00

Número de alunos: 35

Valor total da turma **sem gravação**: R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

Valor total da turma **com gravação**: R\$38.500,00 (Trinta e oito mil e quinhentos reais.)

Gravação no moodle da empresa disponível do dia 06 de junho a 06 de outubro de 2024.

- Carga horária: 20 horas-aula
- 5 encontros de 4 horas (20h), ao longo de uma semana.
- Modalidade: AO VIVO sem gravação ou AO VIVO com gravação
- Período das inscrições: A definir
- Dias do curso: 20, 21, 22, 23 e 27 de maio de 2024
- Horário das aulas: 18h às 22h - horário de Brasília
- O aluno terá que acessar pelo menos 80% (4 aulas) do curso para receber o certificado.
- Os certificados serão entregues 10 dias úteis após o término do curso.
- A empresa se reserva o direito de alterar o conteúdo programático conforme as mudanças legislativas que ocorrerem para o pleito de 2024.

NOTA IMPORTANTE:

A contratação do curso não importa em transmissão dos direitos autorais do professor para o órgão contratante.

GRAVAÇÃO EXPRESSAMENTE PROIBIDA SE NÃO FOR CONTRATADA.

Contato para mais informações:



COMERCIAL@POLITALKS.COM.BR
POLITALKS.CONSULTORIA@GMAIL.COM



(31) 97555-1877
(APENAS WHATSAPP)



PoliTalks

Coordenação
PAULA DE CARLI

Sobre a empresa:

Razão Social: PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA

Nome Fantasia: POLITALKS CONSULTORIA
AVANÇADA

CNPJ: 42.921.701/0001-03

Empresa Optante Simples Nacional

DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO:

PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA / POLITALKS
CONSULTORIA AVANÇADA

BANCO DO BRASIL

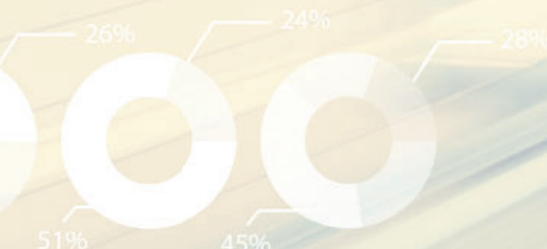
A large black rectangular redaction box covers the area below the bank name, obscuring the account details.

01010
11001
00101



PoliTalks

CURSOS JURÍDICOS AVANÇADOS



2024





CURSOS JURÍDICOS AVANÇADOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03 a 05
CONHEÇA O CURSO	06 a 13
CONHEÇA O PROFESSOR	14 a 15
CONTRATAÇÕES	16
DADOS DA EMPRESA	17 a 18



Quem somos?

A PoliTalks é uma empresa que foi criada para pensar na educação de forma inovadora. Na verdade, inovação é o nosso lema. Estamos sempre buscando entender como o aluno aprende ou como gostaria de aprender. Somos uma empresa jovem e, assim como os jovens, nos entediamos facilmente. Pensando assim, exigimos que todos os nossos professores tenham aulas dinâmicas, daquelas em que, meia hora após o seu término, os alunos conseguem aplicar o que aprenderam em suas vidas reais.

Portanto, não esperem aulas introdutórias longas ou que nossos professores fiquem por horas falando sobre princípios básicos de algum assunto. Nosso foco é a prática aplicada à vida real. Foi pensando em formas novas de ensinar que resolvemos trazer o educador Iohannes Amos Comenius à contemporaneidade: ensinar qualquer coisa a qualquer um, de forma inovadora e criativa, esses somos nós.

Paula de Carli

Founder & CEO



Prestamos serviços de excelência

Apesar de sermos uma empresa jovem no mercado, nossos professores são os mais experientes do Brasil, combinando teoria e prática para aplicar nossa metodologia de ensino. Dessa forma, várias instituições já foram capacitadas pela Politalks.

Nosso principal público-alvo tem sido composto por servidores públicos federais, entre eles os Técnicos e Analistas da Justiça Eleitoral. Contudo, também já trabalhamos na capacitação de advogados, por meio da IMADEC, bem como atuamos na capacitação de Membros do Ministério Público, Juízes estaduais e federais.

Algumas das instituições que já capacitamos:



**Tribunal Regional
Eleitoral de Goiás**



**Tribunal Regional
Eleitoral do Tocantins**



**Tribunal Regional
Eleitoral do Pará**



**Tribunal Regional
Eleitoral do Piauí**



**Tribunal Regional
Eleitoral de Alagoas**



**Tribunal Regional
Eleitoral de
Pernambuco**



**Tribunal Regional
Eleitoral do Amapá**



**Tribunal Regional
Eleitoral de Santa
Catarina**



IMADEC



**Tribunal Regional
Eleitoral de Rondônia**



**Tribunal Regional
Eleitoral do Espírito Santo**



**Tribunal Regional
Eleitoral da Bahia**



Nossos diferenciais

Sabe aquele curso que você ofereceu na sua instituição e ninguém teve interesse em se inscrever? Por que isso acontece? A resposta é simples: os usuários se cansaram de fazer cursos teóricos e chatos, em que um professor fica lendo horas e horas de slides. Ninguém suporta mais isso.

Assim, o grande diferencial da Politalks está em seus colaboradores. Há um rigoroso controle a respeito da didática exigida de cada professor. Os professores são proibidos de dar aulas enfadonhas ou meramente teóricas. Há sempre atividades baseadas em metodologias ativas, em que os alunos aprendem fazendo. A exposição dialogada é a base das aulas dos professores parceiros da Politalks. Cada um tem liberdade para aplicar sua metodologia, desde que cumpra o pré-requisito primordial: todos os alunos precisam aprender algo útil e que possam aplicar no mesmo dia em seu trabalho.

Os nossos diferenciais não param por aí. Para cumprir nossa missão, nós nos responsabilizamos por todas as tarefas relativas ao curso contratado. Assim, o contratante não tem que se preocupar com absolutamente nada. Basta nos enviar a lista de alunos (com os dados necessários) que quer capacitar e o resto é com a nossa equipe. A única reclamação que ouvimos por repetidas vezes tem sido: "Poxa, por que o curso foi tão curto?"



Suporte rápido via WhatsApp.



Metodologia de ensino voltada para prática, com os melhores professores do Brasil.



Plataforma EAD.



Controlamos a participação e emitimos certificados.



Acompanhamos o desempenho de cada aluno individualmente.



Possibilidade de Credenciamento pela ENFAM.



Proposta comercial MP-BA

Prof. Alexandre Basílio



DIREITO DIGITAL ELEITORAL

Organização
POLITALKS

Coordenação
PAULA DE CARLI

Justificativa para uma capacitação sobre Direito Digital

Prima facie, as questões relacionadas à tecnologia permeiam cada vez mais as atribuições do Ministério Público. Ainda que o processo não diga respeito, de forma direta, à tecnologia, nota-se que as provas, álibis, quebras de sigilo e outras situações relacionadas ao cerne da discussão jurídica perpassam pelos meios tecnológicos, exigindo-se do Ministério Público uma atuação cada vez mais consentânea com essa realidade.

Dessa maneira, sobretudo considerando-se a Política Nacional de Segurança da Informação, Decreto 9.637/2018, alterada pelo Decreto 10.641/2021, bem como a Resolução n. 396/2021 do CNJ, que criou a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário, é imprescindível que os membros do Ministério Público sejam permanentemente capacitados sobre as questões que envolvam a tecnologia como ferramenta para o exercício pleno de suas atribuições, notadamente quando relacionadas às eleições.

O curso em questão tem por finalidade apresentar aos participantes os conceitos fundamentais sobre tecnologia, mídias sociais, infraestrutura

de tecnologia da internet para localização de infratores e remoção de conteúdo, bem como a legislação e jurisprudência sobre o direito digital e produção de provas, por meio de um enfoque da aplicação desses conhecimentos no Direito Eleitoral, utilizando-se de casos concretos e ferramentas gratuitas de análise, de modo a capacitar os participantes para atuação no direito contemporâneo e, em especial, para as eleições de 2024.

Atualmente, os profissionais que atuam em processos que envolvam direito digital sentem-se inseguros e ansiosos por não conhecerem conceitos básicos e essenciais sobre tecnologia exigidos para execução dessas atividades. Seja na vida profissional ou pessoal, entender sobre tecnologia passou a ser requisito básico para a vida em uma sociedade hiperconectada, sobretudo para os operadores do Direito, por ser a Justiça a responsável por pacificar as relações nas eleições. Contudo, o desafio atual desses profissionais é ter que dizer o direito no caso concreto, mesmo quando desconhecem por completo as regras do novo ambiente, agora chamado de ciberespaço.

Justifica-se, também, o presente curso, em razão dos ataques digitais às redes de vários órgãos públicos de todas as esferas, como os recentes acontecimentos ocorridos contra o STF, STJ, TJRS e Senado Federal, bem como aos demais serviços públicos brasileiros, sem olvidar dos riscos aos computadores pessoais das autoridades e servidores públicos que, de forma direta ou indireta, trazem riscos para a infraestrutura protegida do órgão de sua lotação, ataques esses que serão a cada dia mais comuns, sendo essencial que haja uma preparação não apenas da equipe de tecnologia, mas, também, de todos os usuários internos dos serviços oferecidos pela Justiça brasileira



Sobre o Curso

I) Curso online:

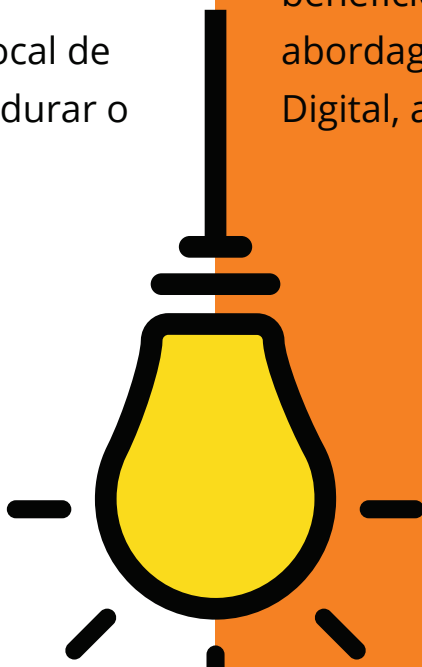
- a)** Com opções síncronas para realização de encontros ao vivo;
- b)** Com opções síncronas e assíncronas para realização de encontros ao vivo ou não.

II) Curso presencial:

Não recomendamos, em razão do alto custo com deslocamento dos participantes e a necessidade de preparação de laboratório específico para exercícios práticos que, se realizados na modalidade online, poderão ser feitos no computador particular dos participantes. Sendo essa a escolha da administração, será necessário considerar custos de deslocamento da equipe que acompanha o facilitador até o local de sua realização, pelo tempo que durar o evento.

Objetivo Geral

Em atenção ao Ministério Público Eleitoral, a PoliTalks apresenta o projeto de Curso de Direito Digital Eleitoral para as eleições de 2024, cujo conteúdo programático tem como principal objetivo atualizar os membros do Ministério Público de Rondônia, bem como seus assessores, quanto às novas tecnologias aplicadas ao exercício de suas funções, em especial às eleições municipais de 2024. Importante frisar que o tema propaganda política e pesquisas eleitorais será abordado de forma transversal, sendo pré-requisito os conhecimentos, em especial, sobre propaganda eleitoral na internet. Trata-se, portanto, de um curso complementar ao curso de propaganda política e mídias sociais, cujo o foco é o uso da tecnologia em benefício do direito. Desse forma, a abordagem será voltada para o Direito Digital, aplicado ao direito Eleitoral.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I – Apresentação do curso.

- 1.2 – Introdução à segurança da Informação;
- 1.3 – Disrupção digital.
- 1.4 – Pontos positivos e pontos negativos das novas tecnologias.
- 1.5 – Riscos institucionais e responsabilidade dos usuários.
- 1.6 – Quarta revolução industrial e as mudanças no mundo jurídico.
- 1.7 – Conhecimentos essenciais em tempos modernos.
- 1.8 – Casos práticos e uso acessório do Direito Digital pelas demais áreas do Direito.

Unidade II – Riscos Institucionais e a estratégia nacional de segurança cibernética.

- 2.1 – Ataques e invasões ao Judiciário Brasileiro.
- 2.2 – Como ocorrem os principais ataques.
- 2.3 – Introdução aos golpes de Phishing
- 2.4 – Casos práticos
- 2.5 – Rede Sem fio aberta ou desprotegida
- 2.6 – Casos práticos.
- 2.7 – Rede institucional desprotegida – Estudo de Caso – Cartório de Registro.
- 2.8 – Mal uso de equipamentos institucionais e os riscos ao órgão de lotação.
- 2.9 – Bad Usb, Shell reverso, Yellow Duck Usb e outras armadilhas
- 2.10 – Links desconhecidos
- 2.11 – Análise de riscos: por onde andam minhas senhas e o que podem fazer com elas?
- 2.12 – Ferramentas úteis.

Unidade III – Infraestrutura de Internet

- 3.1 – Como funciona a Internet?
- 3.2 – Conceitos essenciais:
 - 3.2.1 – IPV4
 - 3.2.2 - IPV6
 - 3.2.3 – Portas Lógicas
 - 3.2.4 – NAT – Network Address Translation
 - 3.2.5 – CGNAT – Carrier Grade Network Address Translation
 - 3.2.6 – DNS – Domain Name Service



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3.2.7 – Whois, Nslookup, Dig e outras ferramentas essenciais.

3.2.8 – Protocolos de Rede (HTTP, HTTPS, SMTP e outros)

3.3 – Localização de infratores

3.4 – Remoção de conteúdo.

3.6 – Aspectos tecnológicos do Marco Civil da Internet e as responsabilidades dos provedores de conexão ou de aplicação.

3.7 – Ferramentas essenciais

Unidade IV – Introdução à OSINT Eleitoral

4.1 – Introdução à OSINT

4.2 – Divisões da estrutura de dados da internet

4.2.1 – Superfície da Rede, Dark Web e Deep Web.

4.3 – Localização de informações na Superfície da Internet.

4.3.1 – Localizando provedores de conteúdo hospedados no Brasil.

4.3.2 – Localizando dados do CNPJ.

4.3.3 – Localizando dados da pessoa física.

4.3.4 – Relacionando domínios e subdomínios.

4.4 – Sock Puppets – Preparação de laboratório

4.4.1 – Criação de laboratório para investigação.

4.4.2 – Ferramentas avançadas

4.4.3 – Busca de metadados, Identificadores de contas, URLs secretas e outras informações.

4.5 – Investigação em Mídias Sociais

4.5.1 – Investigando um usuário específico – Exercício prático.

4.5.2 – Analisando as redes sociais de um candidato em cumprimento à obrigatoriedade de transparência e cadastro dos endereços junto à Justiça Eleitoral.

4.6 – Busca reversa por imagem.

4.6.1 – Busca reversa por imagem em buscadores

4.6.2 – Busca reversa de imagem por extensões de navegador.

4.6.3- Busca reversa de imagem por inteligência artificial.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

4.7 – Entendendo a Dark Web

4.7.1 – Operadores de buscas avançados.

4.7.2 – Dados obscurecidos na rede, robots e outros métodos de ocultação.

4.7.3 – Usando Google Dorks

4.7.4 – Analisando falhas de configuração de servidores quando à indexação de pastas.

4.7.5 – Conhecendo os Chains.

4.8 – Entendendo a Deep Web

4.8.1 – Funcionamento de uma rede Onion

4.8.2 – Acessando a Deep Web

4.8.3 – Verificando vazamentos de senhas.

4.8.4 – Verificando a ocorrência de crimes dos mais variados.

4.9 – Investigações em casos concretos

4.10 – Investigações avançadas – Follow the Money

4.10.1 – Segundo o dinheiro.

4.10.2 – Segundo os rastros da cobiça.

Unidade V - Introdução ao Direito Digital

5.1 – O Ciberespaço e a Lei do Cavalo – uma discussão importante sobre a legislação enfrentamento à desinformação.

5.2 - PL 2630 – O PL das Fake News.

5.3 – Retrospecto histórico do combate à desinformação no Brasil.

5.4 – Remoção de conteúdo em provedores hospedados em território nacional – Questões jurídicas.

5.5.1 – Singularização da relação processual e responsabilização dos provedores.

5.5 – Quebras de sigilo: quando, como e o que pedir.

5.5.1 – Dados coletados pelos provedores de conexão.

5.5.2 – Dados coletados pelos provedores de aplicação e redes sociais.

5.6 – Aplicando na prática o Marco Civil da Internet no Direito Eleitoral, combinado com a legislação eleitoral.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade VI – PRODUÇÃO DE PROVAS DIGITAIS.

6.1 – Prints de Tela.

6.1.1 – Funcionamento do protocolo HTTP(s) e os prints de tela.

6.1.2 – Filmagem da tela

6.1.3 – Modificando um site.

6.1.4 – Modificando uma conversa em programa de mensageria.

6.1.5 – Modificando um e-mail

6.1.6 – Forjando um remetente de e-mail.

6.2 – Atas notariais tradicional : Juris Tantum e Juris et de Jure?

6.3 – Legislação processual Civil.

6.4 – Prova digital em blockchain. Principais serviços.

6.5 - Fraudando conversas em aplicativos de mensageria

6.6 - Ferramentas importantes e como utilizá-las no dia a dia.

UNIDADE VII – DESAFIOS EM QUESTÕES PRÁTICAS ELEITORAIS.

7.1 - Vazamentos de dados

7.1.2 – Gerenciamento das senhas.

7.2 – Duplo fator de autenticação.

7.3 – Dissimulação nos impulsionamentos de propaganda eleitoral -

7.4 - Remorização dos impulsionamentos.

7.5 – Deep Fakes

7.5.1 – Jornal Nacional e Renata Vasconcelos

7.6 – Bolso Flix e Lula Flix – Análise de casos de 2022.

7.7 - Telegram e Whatsapp – Semelhanças, diferenças, bloqueio, suspensão.

7.7.1 Como investigar programas de mensagens instantâneas.

7.8 - Navegando anonimamente na rede. O Desafio do anonimato na rede e a Interferência Mínima da Justiça Eleitoral no Debate democrático.

Curso Atualizado com as Resoluções do TSE para 2024.



DEPOIMENTOS DE ALUNOS

Silvio Ronaldo Moraes - Des. Integrante do Pleno do TRE-RS

"Tive o privilégio de fazer esse curso com o Prof Basílio na edição especial para o TRE. É excelente. O conteúdo abrange todos os aspectos necessários de real interesse, ministrados com uma didática ímpar, por quem detém profundo conhecimento da matéria. Prof. Basílio trabalha toda a evolução e sucessivas alterações das normas e princípios eleitorais até a atualidade, prendendo a atenção e enriquecendo culturalmente os alunos. Tenho o prazer de recomendar a todos e avalizo o proveito que o curso representa."

Ulisses Sousa Torres - Servidor TRE-AL

"Excelente curso. Abordagem atual da legislação e práticas eleitorais. Visão das mídias digitais, segurança de rede, produção e verificação de provas digitais. Meus sinceros agradecimentos a EJE/AL, Professor Basílio e à Politalks."

Carmen Maria Paiva Ferraz Soares - Magistrada 32ª ZE-PI

"Curso de excelência, muito boa capacitação. Matéria atual e necessária. Professor de inteligência privilegiada, didático, suave em transmitir seus conhecimentos."

Verian Francelino dos Santos - Servidora do TRE-PA

"O curso foi um divisor de águas para mim, na medida em que abriu meus olhos para urgente necessidade de adoção de medidas de segurança e proteção de senhas e dados pessoais/funcionais, bem como esclareceu quais os procedimentos adequados diante das "fake news" e de propaganda irregular nas redes sociais."

RAFAELA MENDES LEAL - Estagiária da 18ª ZE-GO

"Sou estagiária do cartório zona 18ª e esse foi o melhor curso que eu fiz durante a minha formação de jurista, sem dúvidas muito proveitoso. Além de toda excelência, a didática é excelente, pois até mesmo uma estudante do 5º período de direito, no caso eu, pôde compreender e acompanhar o curso perfeitamente. Quero agradecer ao professor Basílio por abrir meu horizonte sobre o direito digital."



SINGULARIDADE DO CURSO E A NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DO CONTRATADO

O curso requerido desfruta de singularidade, eis que moldado ao interesse do contratante, voltado que será para oferecer ao seu público-alvo um panorama, de forma prática, das principais normas e conceitos e ferramentas do Direito Eleitoral Digital e Mídias Sociais nas Eleições de 2024.

Neste sentido, propõe-se a contratação do professor Alexandre Basílio através da PolitTalks cujo currículo é extenso:

Graduado em Direito, em Ciência Política e em Redes de Computadores. Pós-Graduado em Direito Eleitoral, Direito Digital e em Cibersegurança e Gestão de Riscos. Mestrando em Ciência Política pela Universidade de Lisboa. Coordenador do grupo temático de Sistematização da Legislação Eleitoral no eixo Propaganda, Poder de Polícia, Pesquisas Eleitorais e Direito de Resposta, a convite do Min. Luiz Edson Fachin, com contribuições no texto das Resoluções Eleitorais aplicáveis às eleições 2020; Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADEP; • Analista Judiciário – Área Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul; Ex-Servidor do TRE-PB onde atuou como Assessor Jurídico da Procuradoria Regional Eleitoral, do Gabinete do Juiz Federal membro e da Vice-Presidência até 2016. Membro da Comissão Científica da Escola Judiciária do TRE-PB até 2016. Foi o Coordenador do Gabinete dos Juízes Auxiliares de Propaganda /Eleições 2014. Professor da Pós-Graduação da Fundação do Ministério Público – FMP, 2019. Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral da Univali/TRE-SC. Professor da Pós-Graduação do Instituto para o Desenvolvimento Democrático – IDDE – Belo Horizonte. Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral do Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS – 2019 Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral e Digital da Faculdade Baiana de Direito. Professor de Direito Eleitoral da Academia de Polícia Militar da Paraíba até 2016. Palestrante convidado pela Escola Superior do Ministério Público para capacitar todos os Procuradores Regionais Eleitorais quanto à propaganda eleitoral para 2018. Palestrante convidado pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais para capacitar todos os Juízes Eleitorais auxiliares em matéria de propaganda eleitoral para 2018.



Professor da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul responsável pela capacitação dos Juízes Eleitorais Estaduais para as eleições 2018/2020. Palestrante Convidado pelo Assembleia Legislativa de Santa Catarina – 2015. Palestrante convidado pelos Tribunais Regionais Eleitorais do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Roraima, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Distrito Federal, Piauí, Tocantins, Goiás e Paraná, Rio de Janeiro, e pelo Ministério Público de São Paulo. Palestrante Convidado da Escola de Magistratura da Paraíba (ESMA-PB -2014/2016); Palestrante Convidado da Procuradoria-Geral de Justiça-PB (MPPB 2014). Coautor dos Livros: Reforma Política, Diálogos e Reflexões (2016) e Participação Política, Balanços e Perspectivas (2017), ambos da Editora Instituto Memória, Coautor do livro Direito Eleitoral e Ciência Política (2018) Editora Espaço Acadêmico. Coautor da Coleção Tratado de Direito Eleitoral, Organizado por Luiz Fux, Walber Agra e Luiz Fernando Casagrande, 2018, Editora Fórum. Coautor do Livro Constituição e Processo Eleitoral, 2018, Editora Fórum.

Chefiou a Missão Internacional que realizou as eleições presidenciais de Guiné-Bissau, na África em 2009, a Convite da Organização das Nações Unidas por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

É fato que, cada professor possui características que o tornam invulgar, seja pelos conhecimentos e pela experiência que adquiriu ao longo da vida, pela capacidade de instigar os alunos à pesquisa e à reflexão acadêmica, seja pela sua oratória, pelo seu carisma, pela sua metodologia, enfim, um amplo espectro de qualidades peculiares, que obstam a uma comparação em análise objetiva e isonômica, própria dos certames públicos.

Por essa razão, salvo a hipótese de treinamentos padronizados, na qual a atuação do professor não seja relevante ao alcance de seu resultado, a contratação de cursos compreende hipótese de inexigibilidade de licitação, consoante dispõe o art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Nessa vertente já se manifestou o Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão n. 1.247/2008.

À vista disso, é que se arrima a contratação requerida no artigo 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei n. 8.666/93, bem como no art. 74, III, “f” da nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.



ORÇAMENTO PARA TURMA COM 35 ALUNOS

Orçamento válido por 45 dias

Investimento:

Valor por aluno: R\$1000,00

Número de alunos: 35

Valor total da turma **sem gravação**: R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

Valor total da turma **com gravação**: R\$38.500,00 (Trinta e oito mil e quinhentos reais.)

Gravação no moodle da empresa disponível do dia 06 de junho a 06 de outubro de 2024.

- Carga horária: 20 horas-aula
- 5 encontros de 4 horas (20h), ao longo de uma semana.
- Modalidade: AO VIVO sem gravação ou AO VIVO com gravação
- Período das inscrições: A definir
- Dias do curso: 20, 21, 22, 23 e 27 de maio de 2024
- Horário das aulas: 18h às 22h - horário de Brasília
- O aluno terá que acessar pelo menos 80% (4 aulas) do curso para receber o certificado.
- Os certificados serão entregues 10 dias úteis após o término do curso.
- A empresa se reserva o direito de alterar o conteúdo programático conforme as mudanças legislativas que ocorrerem para o pleito de 2024.

NOTA IMPORTANTE:

A contratação do curso não importa em transmissão dos direitos autorais do professor para o órgão contratante.

GRAVAÇÃO EXPRESSAMENTE PROIBIDA SE NÃO FOR CONTRATADA.

Contato para mais informações:



COMERCIAL@POLITALKS.COM.BR
POLITALKS.CONSULTORIA@GMAIL.COM



(31) 97555-1877
(APENAS WHATSAPP)



PoliTalks

Coordenação
PAULA DE CARLI

Sobre a empresa:

Razão Social: PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA

Nome Fantasia: POLITALKS CONSULTORIA
AVANÇADA

CNPJ: 42.921.701/0001-03

Empresa Optante Simples Nacional

DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO:

PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA / POLITALKS
CONSULTORIA AVANÇADA

BANCO DO BRASIL

Data e hora da consulta: 17/10/2023 16:21

Usuário: ***.451.909-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
70020	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
05.858.851/0001-93	RUA ESTEVES JUNIOR, N. 68 CENTRO FLORIANOPOLIS/SC	88015-130
Município	UF	Telefone
FLORIANOPOLIS	SC	048 3251-3700

Ano	Tipo	Número
2023	NE	771

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167783	1000000000	339039	-	SC CAPPAC

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
17/10/2023	Estimativo	31.169/2023	-	39.990,00

Favorecido

Código	Nome	CEP
42.921.701/0001-03	PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA	90110-020
Endereço		
CORONEL ANDRE BELO 728 MENINO DEUS		
Município	UF	Telefone
PORTO ALEGRE	RS	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação				
94	INEXIGIBILIDADE				
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
LEI 8.666 / 1993	25	-	II	-	

Descrição

2023NECT - Contratação de empresa especializada visando à capacitação e atualização de servidores e magistrados na temática Direito Digital Eleitoral para as Eleições de 2024. Req. EJESC. PAE n. 31.169/2023.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	17/10/2023 16:09:41	Alteração

Data e hora da consulta: 17/10/2023 16:21

Usuário: ***.451.909-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	39.990,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	<p>Dados do evento: curso sobre o tema Direito Digital Eleitoral para as Eleições de 2024.</p> <p>Quantidade de participantes: 100 servidores</p> <p>Modalidade: online, ao vivo (Zoom - sem gravação)</p> <p>Período: 18, 20, 23,26 e 27/10/2023</p> <p>Carga Horária: 20 horas</p> <p>Informações sobre penalidades e prazo de pagamento constam no seguinte link:</p> <p>https://www.tre-sc.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/contas-publicas-1/contratacoes/penalidades-e-pagamento-dispensa-e-inexigibilidade-de-licitacao</p>	39.990,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
17/10/2023	Inclusão	1,00000	39.990,0000	39.990,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa

GERALDO LUIZ SAVI JÚNIOR

***.173.219-**

17/10/2023 16:09:41

Gestor Financeiro

JOSE LUIZ SOBIERAJSKI JUNIOR

***.589.089-**

17/10/2023 15:49:34

Unidade Gestora		Número	Data Referência
290012	Fundo de Desenvolvimento Institucional do Ministerio Público de Rondônia	2024NE000083	12/03/2024
Gestão		Processo	Nota Empenho Original
29012	Fundo de Desenvolvimento Institucional do Ministerio Público de Rondônia	2567/2024-98	
Evento		Referência Legal	Pré-Empenho
400010	RC09-Emissão de Empenho da Despesa	Lei 14.133/2021	
Credor		Modalidade Empenho	Empenho Centralizado
42.921.701/0001-03	PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA	Ordinário	Não
Endereço Credor		Valor	
RUA CORONEL ANDRE BELO 000728 - MENINO DEUS - PORTO ALEGRE - RO - 90110020		55.000,00 (Cinqüenta e Cinco Mil Reais)	
Grupo Programação Financeira		Tipo Prestação Contas	Tipo Contrato
339	Outras Despesas Correntes - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica		
Modalidade Licitação		Transação	Obedece Ordem Cronológica
22	Licitação Inexigível Lei 14133/2021.	0540 Nota Empenho	Sim
Complemento			
Unidade Gestora		Nota Descentralização Crédito	
Gestão		Nota Descentralização Crédito	
Contrato			
Histórico			
Contratação de empresa para fornecer o Curso de Direito Eleitoral Digital, com 50 (cinquenta) vagas, nos dias 20, 21, 22, 23 e 27 de maio de 2024, das 18h às 22h, na modalidade AO VIVO com gravação, por meio da Plataforma ZOOM, com carga horária de 20h, público-alvo membros eleitorais e seus respectivos assistentes, a ser ministrado pelo Dr. Alexandre Basilio, nos moldes apresentados na proposta comercial 1612013. Conforme Autorização de Empenho SG 89 (1627496).			
Entrega			
Data		Prazo	Limite
Classificação Orçamentária			
Esfera	Unidade Orçamentária	Programa Trabalho	
Fiscal	29012	03 128 1280 2951 295101	
Função	Subfunção		
03 Essencial à Justiça	128 Formação de Recursos Humanos		
Programa	Ação		
1280 1280-PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA	2951 CAPACITAR E APERFEIÇOAR AGENTES POLÍTICOS		
Subação	Fonte Recurso		
295101 CAPACITAR E APERFEIÇOAR AGENTES POLÍTICOS	1.759.0.08027 Recursos Destinados ao FUNDIMPER		
Natureza Despesa			
33.90.39.26 CURSOS, TREINAMENTOS E APERFEIÇOAMENTO.			

Cronograma Desembolso

Janeiro	Fevereiro	Março	55.000,00
Abril	Maio	Junho	
Julho	Agosto	Setembro	
Outubro	Novembro	Dezembro	

Descrição Itens

Item	Cód. Material	Qtd	Especificação	Unidade Medida	Valor Unitário	Valor Total
1		1,00	Curso de Direito Eleitoral Digital (com gravação).	UN	55.000,00000	55.000,00

Unidade GestoraNúmeroData Referência

290012	Fundo de Desenvolvimento Institucional do Ministerio Público de Rondônia	2024NE000083	12/03/2024
--------	--	--------------	------------

GestãoProcessoNota Empenho Original

29012	Fundo de Desenvolvimento Institucional do Ministerio Público de Rondônia	2567/2024-98
-------	--	--------------

EventoReferência LegalPré-Empenho

400010	RC09-Emissão de Empenho da Despesa	Lei 14.133/2021
--------	------------------------------------	-----------------

CredorModalidade EmpenhoEmpenho Centralizado

42.921.701/0001-03	PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA	Ordinário	Não
Endereço Credor		Valor	
RUA CORONEL ANDRE BELO 000728 - MENINO DEUS - PORTO ALEGRE - RO - 90110020		55.000,00 (Cinquenta e Cinco Mil Reais)	



Documento assinado eletronicamente por **Dandy De Jesus Leite Borges**, **Secretário-Geral**, em 12/03/2024, às 13:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Aldenor José Neves**, **Diretor de Orçamento e Finanças**, em 12/03/2024, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mpro.mp.br/verifica.php> informando o código verificador **1629067** e o código CRC **7DC14039**.

Data e hora da consulta: 12/03/2024 16:26

Usuário: ***.125.831-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
70023	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
05.526.875/0001-45	88721400130A N. 300, CENTRO	74003-010
Município	UF	Telefone
GOIANIA	GO	062-3920-4197

Ano	Tipo	Número	Pré-empenho
2024	NE	227	2024PE000039

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167864	1000000000	339039	70136	TRE TREINA

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
07/03/2024	Ordinário	24.0.000002382-1	-	50.000,00

Favorecido

Código	Nome	CEP
42.921.701/0001-03	PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA	90110-020
Endereço	UF	Telefone
CORONEL ANDRE BELO 728 MENINO DEUS	RS	
Município	UF	Telefone
PORTO ALEGRE	RS	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
174	INEXIGIBILIDADE	Lei 14.133/2021	74	-	III	f

Descrição

2024NECT - Curso para participação de até cinquenta pessoas, dentre magistrados e magistradas, promotores e promotoras eleitorais, servidores e servidoras que atuam no âmbito deste Regional, no curso Direito Digital Eleitoral, evento online síncrono descrito como EAD (Zoom ou Google Meet, com link disponibilizado pela EJE), a realizar-se nos dias 15 a 19 de abril de 2024, com carga horária de vinte horas.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	11/03/2024 19:42:14	Alteração

Data e hora da consulta: 12/03/2024 16:26

Usuário: ***.125.831-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	50.000,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Curso para participação de até cinquenta pessoas, dentre magistrados e magistradas, promotores e promotoras eleitorais, servidores e servidoras que atuam no âmbito deste Regional, no curso "Direito Digital Eleitoral", evento online síncrono descrito como "EAD (Zoom ou Google Meet, com link disponibilizado pela EJE)", a realizar-se nos dias 15 a 19 de abril de 2024, com carga horária de vinte horas.	50.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
07/03/2024	Inclusão	1,00000	50.000,0000	50.000,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa

WILSON GAMBOGE JÚNIOR

***.305.061-**

11/03/2024 19:42:14

Gestor Financeiro

PAULO HUMBERTO DE FARIA KLIEMANN

***.810.811-**

11/03/2024 14:46:47



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
Q-202 N AV.TEOTONIO SEGURADO, CONJ 1 LTS 1/2 CX. POSTAL 181 - Bairro PLANO DIRETOR NORTE - CEP 77006214 - Palmas -
TO

ATESTO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu, Katyiene Pimentel da Silva, Coordenadora da Escola Judiciária Eleitoral do Tocantins, no uso de minhas atribuições e nos termos da Lei.

ATESTO, para os fins que se fizerem necessários, que a empresa **PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA**, CNPJ nº :**42.921.701/0001-03**, realizou o evento de capacitação, com contratação por inexigibilidade, lastreada pela Nota de Empenho 2021NE000369, emitida em 22/09/2021, onde participaram magistrados e servidores deste Regional:

- **Curso:** "CURSO DIREITO ELEITORAL DIGITAL ESSENCIAL E AS MÍDIAS SOCIAIS".
- **Modalidade:** EAD, via internet
- **Período:** 18, 19, 20 e 21 de outubro de 2021, das 9h às 12h
- **Instrutor/facilitador:** Alexandre Basílio Coura
- **Turma:** 41 alunos
- **Carga horária:** 20 h/a

O evento teve o seguinte conteúdo programático:

Unidade I – Apresentação do curso.

- 1.2 – Introdução à segurança da Informação;
- 1.3 – Quarta revolução industrial e as mudanças no mundo.
- 1.4 – Quem é o Jurista do Futuro e como se preparar para chegar lá.
- 1.5 – Introdução ao Direito Digital.
- 1.6 – O Ciberespaço e a Lei do Cavalo – uma discussão importante.
- 1.7 – Conhecimentos essenciais em tempos modernos.
- 1.8 – Apresentação de algumas ferramentas úteis ao dia-a-dia.
- 1.9 – Análise de riscos: por onde andam minhas senhas e o que podem fazer com elas?

Unidade II – Alfabetização Digital – Conceitos essenciais.

- 2.1 – Introdução ao funcionamento das redes de computadores e da internet.
- 2.2 – Compreendendo os dados essenciais para uma ordem de quebra de sigilo de dados: IPV4, IPV6, NAT, CGNAT, Lan, WAN, Internet, provedor de aplicação e de conexão.
- 2.3 - Serviços de internet – DNS, E-mail, Web Server e aplicações;
- 2.4 – Perigos da rede. A quais riscos minha rede está exposta.
- 2.5 – Conhecimentos essenciais para a segurança da sua rede doméstica.

rede.

2.6 – Entendendo o básico de Criptografia de dados e informações compartilhadas na

2.7 – Consultando os provedores de conexão e entendendo as VPNs.

2.8 – Consultando as operadoras telefônicas.

2.9 – Responsabilidade dos provedores no Brasil e no mundo -Repercussão geral no STF.

Unidade III – Legislação de Crimes Cibernéticos.

3.1 – Comentários ao Marco Civil da Internet, Lei 9.504/97, Lei 64/90 e o abuso no uso dos veículos e meios de comunicação; Comentários à LGPD e o conceito de privacidade.

3.2 - Como não ser a próxima vítima?

3.3 - Entendendo os conceitos de Hash, VPN Binding Files, Short Links, engenharia social e outros termos essenciais.

3.4 -Riscos do uso de Wifi gratuitos para acessar Sistemas do Tribunal.

3.5 – Sistema atualizado = redução dos riscos.

3.6 – Prints de tela e as provas judiciais. Validade dos prints de tela como prova processual.

3.7 – Prova digital em blockchain. Principais serviços.

3.8 – Ata notarial e cadeia de custódia. Cuidados necessários.

3.9 – Conversas em aplicativos de mensageria – produção de prova, privacidade e prints de tela.

Unidade IV – OSINT Eleitoral e Mídias sociais.

4.1 – O desafio do anonimato na rede e a Interferência Mínima da Justiça Eleitoral no Debate democrático.

4.2 – Como localizar infratores.

4.3 – Como a internet sabe nossa localização.

4.4 - LGPD e a coleta de dados.

4.5 - Proteção de dados valiosos: valiosos para quem?

4.6 – Outras técnicas de localização do infrator por meio de técnicas do tipo “follow the money”.

4.7 – Localizando o proprietário de uma página no Brasil e no Exterior.

4.8 – Meios avançados de localização por tags.

4.9 – Mídias sociais e o marketing digital. A campanha eleitoral de 727 dias permitida pela lei.

4.10 – Como funcionam os bots nas mídias sociais

4.11 – Investigando mídias sociais e coletando dados do investigado.

Atesto, ainda, que o evento foi realizado de forma plenamente satisfatória, com zelo, pontualidade, profissionalismo e eficiência que comprovam a capacidade técnica da empresa para organizar, financiar e realizar eventos e serviços dessa natureza, não havendo nada que a desabone até a presente data.

O referido é verdade e dou fé.

KATHIENE PIMENTEL DA SILVA

Coordenador

Documento assinado eletronicamente em 08/11/2021, às 18:13, conforme art. 1º, § 2º, III,



"b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1632783** e o código CRC **83248495**.

0007804-38.2021.6.27.8080

1632783v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 1/2021 - TRE-AL/PRE/EJE**

Eu, Yuri Anísio Gonçalves, Secretário da Escola Judiciária Eleitoral de Alagoas, no uso de minhas atribuições e nos termos da Lei.

ATESTO, para os fins que se fizerem necessários, que a empresa PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA, CNPJ nº :42.921.701/0001-03, realizou o evento de capacitação, com contratação por inexigibilidade, lastreada pela Nota de Empenho 2021NE000400, emitida em 25/10/2021, em que participaram servidores deste Regional:

- **Curso:** "CURSO DIREITO ELEITORAL DIGITAL ESSENCIAL E AS MÍDIAS SOCIAIS".
- **Modalidade:** EAD, via internet
- **Período:** 17 a 19 de novembro de 2021, das 8h às 12h
- **Instrutor/facilitador:** Alexandre Basílio Coura
- **Turma:** 49 alunos
- **Carga horária:** 20 h/a

O evento teve o seguinte conteúdo programático:

Unidade I – Apresentação do curso.

- 1.2 – Introdução à segurança da Informação;
- 1.3 – Quarta revolução industrial e as mudanças no mundo.
- 1.4 – Quem é o Jurista do Futuro e como se preparar para chegar lá.
- 1.5 – Introdução ao Direito Digital.
- 1.6 – O Ciberespaço e a Lei do Cavalo – uma discussão importante.
- 1.7 – Conhecimentos essenciais em tempos modernos.
- 1.8 – Apresentação de algumas ferramentas úteis ao dia-a-dia.
- 1.9 – Análise de riscos: por onde andam minhas senhas e o que podem fazer com elas?

Unidade II – Alfabetização Digital – Conceitos essenciais.

- 2.1 – Introdução ao funcionamento das redes de computadores e da internet.
- 2.2 – Compreendendo os dados essenciais para uma ordem de quebra de sigilo de dados: IPV4, IPV6, NAT, CGNAT, Lan, WAN, Internet, provedor de aplicação e de conexão.
- 2.3 - Serviços de internet – DNS, E-mail, Web Server e aplicações;
- 2.4 – Perigos da rede. A quais riscos minha rede está exposta.
- 2.5 – Conhecimentos essenciais para a segurança da sua rede doméstica.
- 2.6 – Entendendo o básico de Criptografia de dados e informações compartilhadas na rede.
- 2.7 – Consultando os provedores de conexão e entendendo as VPNs.

2.8 – Consultando as operadoras telefônicas.

2.9 – Responsabilidade dos provedores no Brasil e no mundo -Repercussão geral no STF.

Unidade III – Legislação de Crimes Cibernéticos.

3.1 – Comentários ao Marco Civil da Internet, Lei 9.504/97, Lei 64/90 e o abuso no uso dos veículos e meios de comunicação; Comentários à LGPD e o conceito de privacidade.

3.2 - Como não ser a próxima vítima?

3.3 - Entendendo os conceitos de Hash, VPN Binding Files, Short Links, engenharia social e outros termos essenciais.

3.4 -Riscos do uso de Wifi gratuitos para acessar Sistemas do Tribunal.

3.5 – Sistema atualizado = redução dos riscos.

3.6 – Prints de tela e as provas judiciais. Validade dos prints de tela como prova processual.

3.7 – Prova digital em blockchain. Principais serviços.

3.8 – Ata notarial e cadeia de custódia. Cuidados necessários.

3.9 – Conversas em aplicativos de mensageria – produção de prova, privacidade e prints de tela.

Unidade IV – OSINT Eleitoral e Mídias sociais.

4.1 – O desafio do anonimato na rede e a Interferência Mínima da Justiça Eleitoral no Debate democrático.

4.2 – Como localizar infratores.

4.3 – Como a internet sabe nossa localização.

4.4 - LGPD e a coleta de dados.

4.5 - Proteção de dados valiosos: valiosos para quem?

4.6 – Outras técnicas de localização do infrator por meio de técnicas do tipo “follow the money”.

4.7 – Localizando o proprietário de uma página no Brasil e no Exterior.

4.8 – Meios avançados de localização por tags.

4.9 – Mídias sociais e o marketing digital. A campanha eleitoral de 727 dias permitida pela lei.

4.10 – Como funcionam os bots nas mídias sociais

4.11 – Investigando mídias sociais e coletando dados do investigado.

Atesto, ainda, que o evento foi realizado de forma plenamente satisfatória, com zelo, pontualidade, profissionalismo e eficiência que comprovam a capacidade técnica da empresa para organizar, financiar e realizar eventos e serviços dessa natureza, não havendo nada que a desabone até a presente data.

O referido é verdade e dou fé.

Yuri Anísio Gonçalves
Secretário da Escola Judiciária Eleitoral

Documento assinado eletronicamente por YURI ANÍSIO GONÇALVES, Técnico Judiciário, em 17/12/2021, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-al.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0991362** e o código CRC **16553349**.

0005762-07.2021.6.02.8502

0991362v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
PRAÇA CÍVICA, 300 - Bairro CENTRO - CEP 74003-010 - Goiânia - GO - www.tre-go.jus.br

ATESTADO - EJE

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu, **Lafaiete Ribeiro de Campos**, Oficial de Gabinete da Escola Judiciária Eleitoral de Goiás, no uso de minhas atribuições e nos termos da Lei.

ATESTO, para os fins que se fizerem necessários, que a empresa **PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA**, CNPJ nº 42.921.701/0001-03, realizou o evento de capacitação, com contratação por inexigibilidade, lastreada pela Nota de Empenho 2021NE000386, emitida em 18/10/2021, onde participaram magistrados e servidores deste Regional:

- **Curso:** "CURSO DIREITO ELEITORAL DIGITAL ESSENCIAL E AS MÍDIAS SOCIAIS".
- **Modalidade:** EAD, via internet;
- **Período:** 5, 8, 9, e 16 de novembro de 2021, das 9h às 12h;
- **Instrutor/facilitador:** Alexandre Basílio Coura;
- **Turma:** 79 alunos;
- **Carga horária:** 16 h/a.

O evento teve o seguinte conteúdo programático:

Unidade I – Apresentação do curso.

- Introdução à segurança da Informação;
- Quarta revolução industrial e as mudanças no mundo.
- Quem é o Jurista do Futuro e como se preparar para chegar lá.
- Introdução ao Direito Digital.
- O Ciberespaço e a Lei do Cavalo – uma discussão importante.
- Conhecimentos essenciais em tempos modernos.
- Apresentação de algumas ferramentas úteis ao dia-a-dia.
- Análise de riscos: por onde andam minhas senhas e o que podem fazer com elas?

Unidade II – Alfabetização Digital – Conceitos essenciais.

- Análise de riscos: por onde andam minhas senhas e o que podem fazer com elas?
- Introdução ao funcionamento das redes de computadores e da internet.
- Compreendendo os dados essenciais para uma ordem de quebra de sigilo de dados: IPV4, IPV6, NAT, CGNAT, Lan, WAN, Internet, provedor de aplicação e de conexão.
- Serviços de internet – DNS, E-mail, Web Server e aplicações;
- Perigos da rede. A quais riscos minha rede está exposta.
- Conhecimentos essenciais para a segurança da sua rede doméstica.
- Entendendo o básico de Criptografia de dados e informações compartilhadas na.
- Consultando os provedores de conexão e entendendo as VPNs.
- Consultando as operadoras telefônicas.
- Responsabilidade dos provedores no Brasil e no mundo -Repercussão geral no STF

Unidade III – Legislação de Crimes Cibernéticos.

- Comentários ao Marco Civil da Internet, Lei 9.504/97, Lei 64/90 e o abuso no uso dos veículos e meios de comunicação; Comentários à LGPD e o conceito de privacidade.
- Como não ser a próxima vítima?
- Entendendo os conceitos de Hash, VPN Binding Files, Short Links, engenharia social e outros termos essenciais.
- Riscos do uso de Wifi gratuitos para acessar Sistemas do Tribunal.
- Sistema atualizado = redução dos riscos.
- Prints de tela e as provas judiciais. Validade dos prints de tela como prova processual.
- Prova digital em blockchain. Principais serviços.
- Ata notarial e cadeia de custódia. Cuidados necessários.
- Conversas em aplicativos de mensageria – produção de prova, privacidade e prints

Unidade IV – OSINT Eleitoral e Mídias sociais.

- O desafio do anonimato na rede e a Interferência Mínima da Justiça Eleitoral no Debate democrático.
- Como localizar infratores.
- Como a internet sabe nossa localização.
- LGPD e a coleta de dados.
- Proteção de dados valiosos: valiosos para quem?

- Outras técnicas de localização do infrator por meio de técnicas do tipo “follow the money”.
- Localizando o proprietário de uma página no Brasil e no Exterior.
- Meios avançados de localização por tags.
- Mídias sociais e o marketing digital. A campanha eleitoral de 727 dias permitida
- Como funcionam os bots nas mídias sociais
- Investigando mídias sociais e coletando dados do investigado.

Atesto, ainda, que o evento foi realizado de forma plenamente satisfatória, com zelo, pontualidade, profissionalismo e eficiência que comprovam a capacidade técnica da empresa para organizar, financiar e realizar eventos e serviços dessa natureza, não havendo nada que a desabone até a presente data.

O referido é verdade e dou fé.

LAFAIETE RIBEIRO DE CAMPOS
Oficial de Gabinete da EJE-GO



Documento assinado eletronicamente por **LAFAIETE RIBEIRO DE CAMPOS, TÉCNICO JUDICIÁRIO**, em 26/11/2021, às 14:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-go.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0185920** e o código CRC **E69467F0**.

"É um dever de todos, sem exceção, proteger crianças e adolescentes contra a violência infantil"
Para denúncia disque 100 e/ou (62) 3286-1540 (Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CERTIDÃO Nº 38/2022 - PRES/EJE-RO

Certifico para os devidos fins que a empresa PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA - nome fantasia POLITALKS - Cursos Jurídicos Avançados, CNPJ 42.921.701/0001-03, situada na Rua Coronel André Belo, 728 - Bairro Menino Deus - Porto Alegre - RS, prestou serviços de capacitação para membros da Corte Eleitoral, magistrados, promotores e servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, executando o curso "**Direito Eleitoral Digital**", na modalidade telepresencial - ao vivo, nos dias 18 a 22 de julho de 2022, com o instrutor Alexandre Basílio Coura.

Na execução do curso, a referida empresa cumpriu com todas as condições estabelecidas para o serviço, atendendo satisfatoriamente e evidenciando sua plena capacidade técnica.



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE POSSAMAI LEITE**, **Técnico Judiciário**, em 18/08/2022, às 17:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0881056** e o código CRC **54C505C7**.

Contratação - Curso de Direito Eleitoral Digital


Unidade de Fomento à Pesquisa Científica e Inovação – UFPCI/CEAF (Coordenação)

<ceaf.pesquisa@mpba.mp.br>

Seg, 26/02/2024 11:33

Para:CEAF - Coordenacao Administrativa <ceaf.administrativa@mpba.mp.br>

Cc:Grazielle Maria Grave T de Andrade <grazielle.andrade@mpba.mp.br>

 2 anexos (4 MB)

Proposta - Direito Digital - MP BA 2024.pdf; JUSTIFICATIVA CONTRATAÇÃO DO CURSO DE DIREITO ELEITORAL DIGITAL.docx;

Bom dia, Lili e Grazi!

Conforme conversei com Lili na sexta, segue a proposta + justificativa para contratação do Curso Direito Eleitoral Digital.

Dr. Tiago já autorizou que seja logo encaminhado o processo de contratação, pois o curso está previsto para maio. Considerando que já iniciamos o ano eleitoral, não podemos perder essa vaga na agenda do professor.

Como fiscais do contrato podem me colocar como titular, e como suplente um dos servidores do NUEL: Neilson Aragão Cruz (mat. 352493) ou Carla Gabriela Macedo Nunes (mat. 353315).

Obrigada!

Atenciosamente,

Synthya Torquato

Coordenação da Unidade de Fomento à Pesquisa Científica e Inovação – UFPCI

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF

Rua Pedro Américo, n. 13 - Nazaré, Salvador - BA


☎ (71) 3322-4731 (ramal 242)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 42.921.701/0001-03 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 29/07/2021</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) POLITALKS - CONSULTORIA AVANÇADA</div>	<div>PORTE ME</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 85.99-6-05 - Cursos preparatórios para concursos</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO R CORONEL ANDRE BELO</div>	<div>NÚMERO 728</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 90.110-020</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO MENINO DEUS</div>	<div>MUNICÍPIO PORTO ALEGRE</div>	<div>UF RS</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO POLITALKS CONSULTORIA@GMAIL.COM</div>		<div>TELEFONE (51) 9692-6785</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/07/2021</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

 <p>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo</p>			<p>Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)</p>		
<p>NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)</p>		<p>Código da Natureza Jurídica</p> <p style="text-align: center; font-size: 1.2em;">2062</p>	<p>Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio</p>		

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul


Nome: PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	090			CONTRATO
		315	1	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

Nº FCN/REMP



RSP2100231763

PORTO ALEGRE

Local

29 Julho 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO / /
Data

☐ NÃO / /
Data

Responsável

Responsável

Processo em Ordem À decisão

 / /
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
3ª Exigência
4ª Exigência
5ª Exigência

☐
☐
☐
☐

/ /
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
3ª Exigência
4ª Exigência
5ª Exigência

☐
☐
☐
☐

/ /
Data

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES





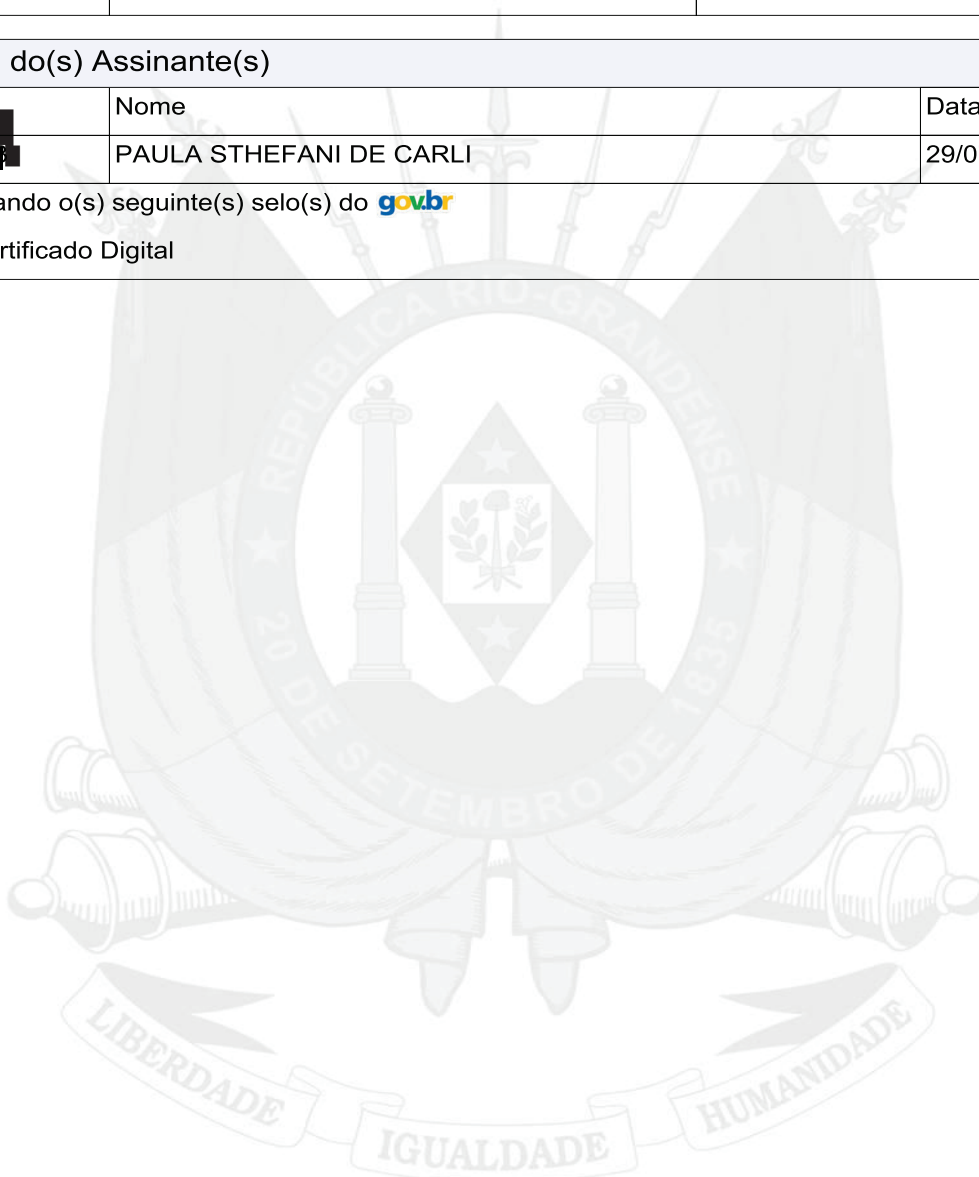
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/261.487-8	RSP2100231763	29/07/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPE	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	PAULA STHEFANI DE CARLI	29/07/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43209094163 em 29/07/2021 da Empresa PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA, CNPJ 42921701000103 e protocolo 212614878 - 29/07/2021. Autenticação: 71F9599D190BB39F0647CC11257BAB280ECEDD4. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/261.487-8 e o código de segurança e2X0. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/08/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

Anexo - Contrato Social (1005339)

SEI 19.09.45340.0005141/2024-75 / pg. 82

CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 2/7

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA

1. PAULA STHEFANI DE CARLI, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESÁRIA, Solteira, data de nasciment [REDACTED], nº do CPF [REDACTED], documento de identidade 6463976, SESPDC, SC, com domic [REDACTED].

Constituem uma sociedade empresária limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA.

Parágrafo Único: A sociedade tem como nome fantasia POLITALKS - CONSULTORIA AVANÇADA.

Cláusula Segunda - O objeto social será SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDOS E SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL E CURSOS PREPARATORIOS PARA CONCURSOS.

Cláusula Terceira - A sede da sociedade é na RUA CORONEL ANDRE BELO, número 728, bairro / distrito MENINO DEUS, município PORTO ALEGRE - RS, CEP 90.110-020.

Cláusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades em 27/07/2021 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL reais) dividido em 1 quotas no valor nominal R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL reais), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR R\$
PAULA STHEFANI DE CARLI	1	200.000,00
TOTAL	1	200.000,00

Cláusula Sexta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sétima - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Oitava - A administração da sociedade caberá à administradora/sócia PAULA STHEFANI DE CARLI, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).



CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA

Cláusula Nona - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Décima - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima Primeira - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Cláusula Décima Segunda - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Terceira - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Quarta - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula Décima Quinta - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Sexta - Fica eleito o foro de PORTO ALEGRE - RS para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratado(s), assinam o presente instrumento.

PORTO ALEGRE, 27 de Julho de 2021.

PAULA STHEFANI DE CARLI
Sócio/Administrador





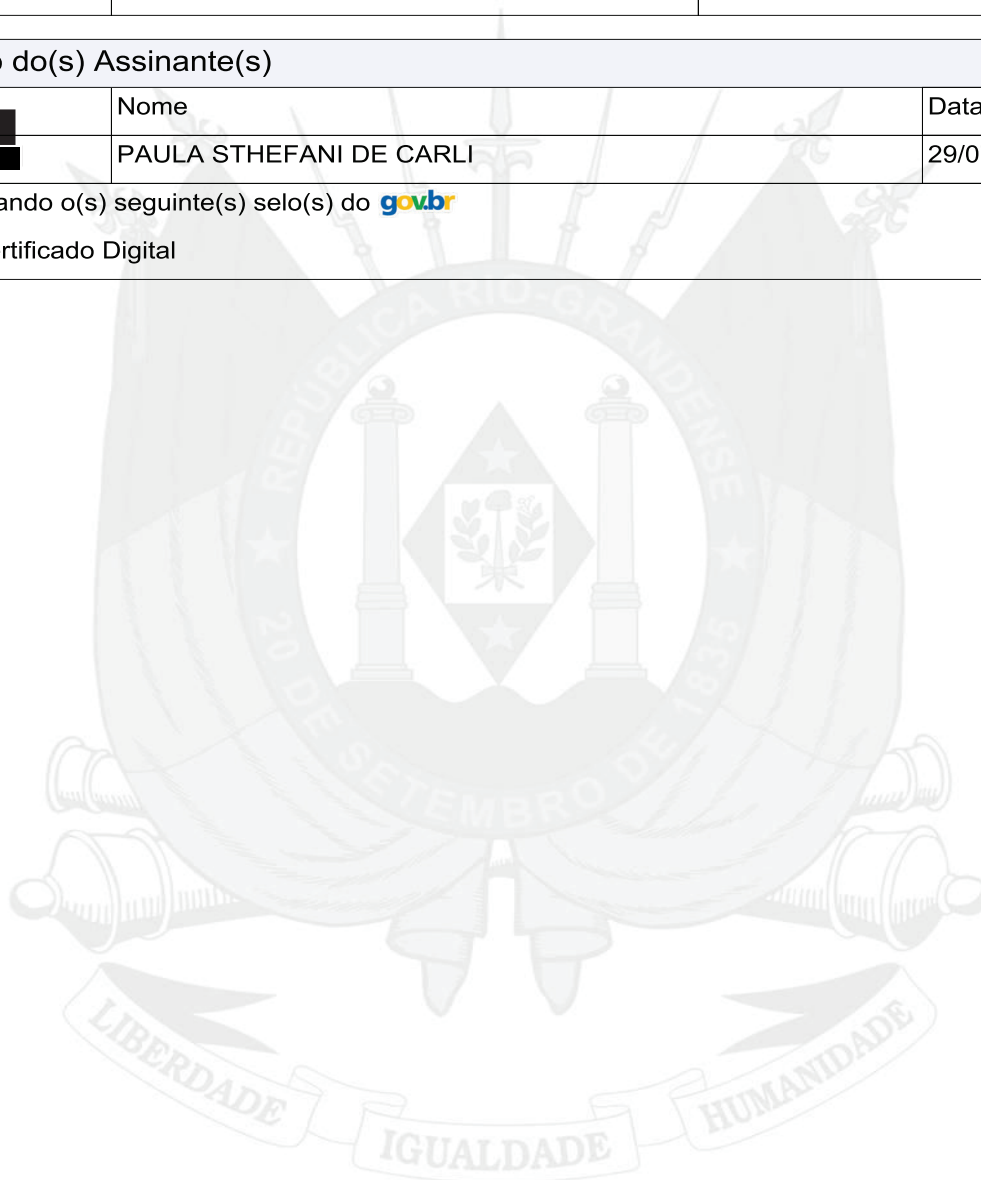
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/261.487-8	RSP2100231763	29/07/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPE	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	PAULA STHEFANI DE CARLI	29/07/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43209094163 em 29/07/2021 da Empresa PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA, CNPJ 42921701000103 e protocolo 212614878 - 29/07/2021. Autenticação: 71F9599D190BB39F0647CC11257BAB280ECEDD4. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/261.487-8 e o código de segurança e2X0. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/08/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

Anexo - Contrato Social (1005339)

SEI 19.09.45340.0005141/2024-75 / pg. 85

CARLOS V. BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 5/7




TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL


Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA, de NIRE 4320909416-3 e protocolado sob o número 21/261.487-8 em 29/07/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 43209094163, em 29/07/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Jorge Otacilio Neves Diehl.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
	PAULA STHEFANI DE CARLI	29/07/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do 		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
	PAULA STHEFANI DE CARLI	29/07/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do 		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 27/07/2021



Documento assinado eletronicamente por Jorge Otacilio Neves Diehl, Servidor(a) Público(a), em 29/07/2021, às 18:07.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](http://portal.de.servicos.da.jucisrs) informando o número do protocolo 21/261.487-8.





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[REDACTED]	CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES



Porto Alegre, quinta-feira, 29 de julho de 2021



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43209094163 em 29/07/2021 da Empresa PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA, CNPJ 42921701000103 e protocolo 212614878 - 29/07/2021. Autenticação: 71F9599D190BB39F0647CC11257BAB280ECEDD4. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/261.487-8 e o código de segurança e2X0. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/08/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

Anexo - Contrato Social (1005339)

SEI 19.09.45340.0005141/2024-75 / pg. 87

CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 7/7

001-03

SARIAL:

ANI DE CARLI LTDA

IAL:

(Duzentos mil reais)

os e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seg

Empresarial:

ANI DE CARLI

inistrador

relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

às **08:45** (data e hora de Brasília).

Conheça o professor



Alexandre Basílio foi o Presidente da Comissão Temática número 03, da I Jornada de Direito Eleitoral promovida pelo TSE com o objetivo de criação de enunciados sobre Propaganda Política, Direito de Resposta, Pesquisas Eleitorais e Podere de Polícia .
Coordenador do grupo temático de Propaganda Eleitoral do TSE

para Sistematizar as normas Eleitorais, enviando ao Congresso sugestões de melhorias no texto legislativo e, ao mesmo tempo, nova redação para as resoluções eleitorais do TSE para as eleições de 2022. É um dos autores do Novo Código Eleitoral. Coordenou o grupo 03 para Sistematização das Normas Eleitorais, a convite do Min. Edson Fachin, para aprimorar as Resoluções Eleitorais para as eleições de 2020. Professor certificado como Formador da ENFAM. Curso FOFO 2020.

Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADEP;

Mestrando em Ciência Política. Pós-Graduado em Direito Digital e Compliance.

Pós-graduado em Graduação em gestão de riscos e Cibersegurança. Graduado em Ciência Política, Graduado em Direito. Graduando em Engenharia de Computação e em Redes de Computadores, Analista Judiciário – Área Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, Professor convidado da UERJ para lecionar Sistemas Eleitorais Comparados na Pós-Graduação em Direito Eleitoral 2021/2022. Professor convidado da Escola Nacional da Magistratura/PUC para lecionar sobre Direito Digital Eleitoral.

Professor Convidado do CNJ/PNUD para lecionar sobre Introdução à Lei Geral de Proteção de Dados e Lei de Acesso à informação. Professor Convidado da Escola Paulista do Ministério Público para lecionar Propaganda Política e eleições 2020.

Professor da Pós-Graduação da Fundação do Ministério Público – FMP, 2019, 2020 e 2021.

Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral da Univali/TRE-SC. Professor da Pós-Graduação do Instituto para o Desenvolvimento Democrático – IDDE – Belo Horizonte. Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral do Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS – 2019, 2020 e 2021; Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral da Faculdade Baiana de Direito. Professor de Direito Eleitoral na Graduação em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar da Paraíba até 2016.

Palestrante convidado pela Escola Superior do Ministério Público para capacitar todos os Procuradores Regionais Eleitorais quanto à propaganda eleitoral para 2018. Palestrante convidado pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais para capacitar todos os Juízes Eleitorais auxiliares em matéria de propaganda eleitoral para 2018. Professor da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul responsável pela capacitação dos Juízes Eleitorais Estaduais paras as eleições 2018/2020. Palestrante Convidado pelo Assembleia Legislativa de Santa Catarina - 2015.

Conheça o professor

Foi Instrutor e Palestrante da Escola Judiciária Eleitoral da Paraíba /EJE-PB entre 2007 e 2016, ministrando capacitações para todos os Magistrados e servidores eleitorais do Estado. Palestrante convidado e professor de cursos nos seguintes tribunais nos últimos anos: Tribunais Regionais Eleitorais do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Rondônia, Acre, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Piauí, Tocantins, Goiás, Santa Catarina, Paraná.

Palestrante Convidado da Escola de Magistratura da Paraíba (ESMA-PB -2014/2016);

Palestrante Convidado da Procuradoria-Geral de Justiça-PB (MPPB 2014). Coautor da Coleção Tratado de Direito Eleitoral, Organizado por Luiz Fux, Walber Agra e Luiz Fernando Casagrande, 2018, Editora Fórum. Coautor do Livro: A Nova Campanha Eleitoral (2020) Editora JH Mizuno; 1ª edição (11 agosto 2020). Coautor do Livro: Dicionário das Eleições, Editora Juruá, publicado em Publicado em: 09/10/2020;

Coautor do Livro: Constituição e Processo Eleitoral, 2018, Editora Fórum. Coautor do livro: Direito Eleitoral e Ciência Política (2018) Editora Espaço Acadêmico. Coautor dos Livro: Reforma Política, Diálogos e Reflexões (2016) e Participação política, Balanços e Perspectivas (2017), ambos da Editora Instituto Memória,. Palestrante e consultor em tecnologia.

Chefiou a Missão Internacional que realizou as eleições presidenciais de Guiné-Bissau, na África em 2009, a Convite da Organização das Nações Unidas por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

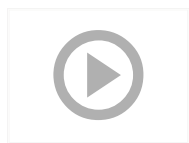
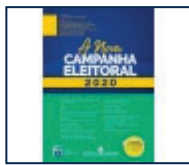
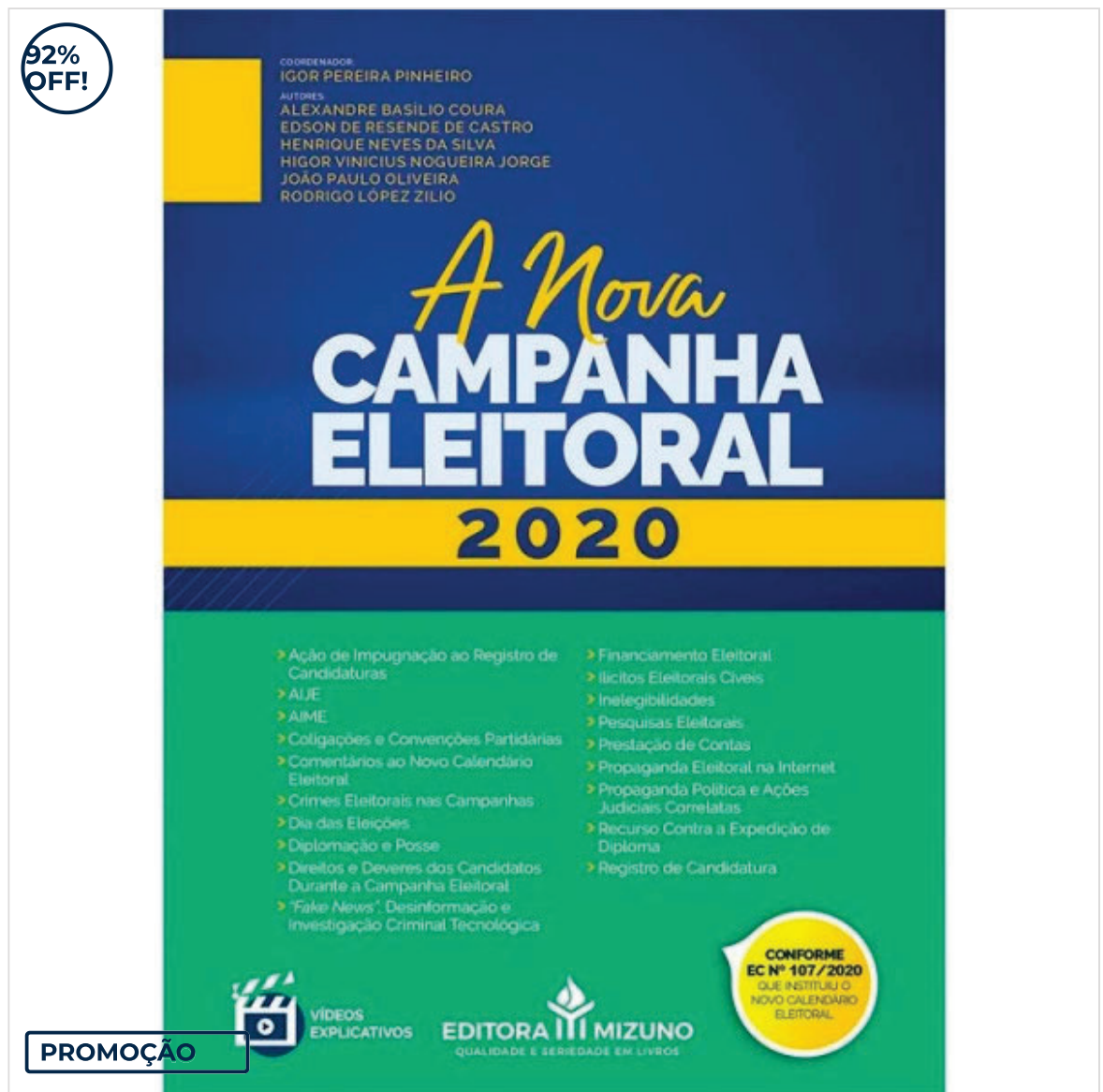
É fato que, cada professor possui características que o tornam invulgar, seja pelos conhecimentos e pela experiência que adquiriu ao longo da vida, pela capacidade de instigar os alunos à pesquisa e à reflexão acadêmica, seja pela sua oratória, pelo seu carisma, pela sua metodologia, enfim, um amplo espectro de qualidades peculiares, que obstam a uma comparação em análise objetiva e isonômica, própria dos certames públicos.

Por essa razão, salvo a hipótese de treinamentos padronizados, na qual a atuação do professor não seja relevante ao alcance de seu resultado, a contratação de cursos compreende hipótese de inexigibilidade de licitação, consoante dispõe o art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Nessa vertente já se manifestou o Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão n. 1.247/2008.

À vista disso, é que se arrima a contratação requerida no artigo 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei n. 8.666/93, bem como no art. 74, III, "f" da nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.

Atendimento: 19 3554-9820

Seja um
AutorSobre a Editora Mizuno
Saiba tudo sobre a Editora Mizuno, [em um clique](#)[Página Inicial](#) | [Autores](#) | [Alexandre Basílio Coura](#) | **A Nova Campanha Eleitoral**92%
OFF!

PROMOÇÃO

Compartilhe nas
REDES SOCIAIS

A Nova Campanha Eleitoral

Em estoque: **Envio Imediato**

Avaliações: ★★★★★

SKU.: 9786555260700

Autor: Igor Pereira Pinheiro, Rodrigo López Zilio, João Paulo Oliveira Dias de Carvalho, Higor Vinicius Nogueira Jorge, Henrique Neves da Silva, Edson de Resende de Castro, Alexandre Basílio Coura

Sinopse:

As eleições de 2020, sem dúvida, ficarão registradas na história da democracia brasileira como uma das mais inusitadas dos últimos tempos, haja vista a peculiaridade de ter sido precedida de uma pandemia mundial que impôs ? e continua impondo ? restrições físicas inimagináveis em um contexto de (pré)-campanha eleitoral e que não possui previsibilidade objetiva para acabar.

Não à toa foi aprovada a Emenda Constitucional nº107/2020, que alterou o dia do pleito e trouxe inúmeras...

Ao continuar navegando você aceita os cookies que utilizamos para melhorar o desempenho, a segurança e a sua experiência no site => Para mais informações, consulte a nossa [Política de Privacidade](#).

CONCORDAR

RECUSAR

**Clube de Fidelidade**

Crédito de R\$ 1,00 para compras futuras

Preço de tabela: R\$120,00

R\$10,00em até **1x** de **R\$ 10,00** s/ juros no cartão de créditoou **R\$ 9,50** à vista no boleto, cartão de débito ou Pix**COMPRAR****FAVORITOS****CONHEÇA NOSSOS KITS ELEITORAIS:** 📌📌📌**VER KITS**

Outras formas de pagamento

**CALCULE O FRETE**

Preços e prazos de entrega

digite seu CEP

OK[Não sei meu CEP!](#)**Descrição Geral****Sumário**

Sinopse

As **eleições de 2020**, sem dúvida, ficarão registradas na história da democracia brasileira como uma das mais inusitadas dos últimos tempos, haja vista a peculiaridade de ter sido precedida de uma pandemia mundial que impôs e continua impondo restrições físicas inimagináveis em um contexto de (pré)-campanha eleitoral e que não possui previsibilidade objetiva para acabar. Não à toa foi aprovada a **Emenda Constitucional nº107/2020**, que alterou o dia do pleito e trouxe inúmeras modificações no calendário eleitoral e em todo o processo da pré-campanha e da própria campanha eleitoral, exigindo uma atualização por parte de todos os atores envolvidos com as eleições.

Diante disso, a Editora Mizuno lança a presente obra, intitulada "A Nova Campanha Eleitoral", escrita por quem trabalha e conhece a realidade prática dos (pré)-candidatos, dos advogados, da **Justiça Eleitoral**, dos membros do Ministério Público e dos eleitores em geral, cujo objetivo é apresentar um verdadeiro manual voltado para a atuação do dia a dia desses players da seara político-eleitoral.

Ao longo do texto, o leitor perceberá que os \n \n Autor(es) não se ocuparam de discussões estritamente teóricas, tendo elaborado um texto eminentemente voltado para a prática eleitoral, que foi a pauta editorial proposta pela editora. Esperamos que a obra atenda às expectativas de todos os leitores.

Igor Pereira Pinheiro

Ao continuar navegando você aceita os cookies que utilizamos para melhorar o desempenho, a segurança e a sua experiência no site. Para mais informações, consulte a nossa [Política de Privacidade](#).

Tópicos abordados em Nova Campanha Eleitoral 2020:

- Ação de Impugnação ao Registro de Candidaturas
- AIJE
- AIME
- Coligações e Convenções Partidárias
- Comentários ao Novo Calendário Eleitoral
- Crimes Eleitorais nas Campanhas
- Dia das Eleições
- Diplomação e Posse
- Direitos e Deveres dos Candidatos Durante a Campanha Eleitoral
- "Fake News", Desinformação e Investigação Criminal Tecnológica
- Financiamento Eleitoral
- Ilícitos Eleitorais Cíveis
- Inelegibilidades
- Pesquisas Eleitorais
- Prestação de Contas
- Propaganda Eleitoral na Internet
- Propaganda Política e Ações Judiciais Correlatas > Recurso Contra a Expedição de Diploma
- Registro de Candidatura

Leia mais sobre os autores abaixo, as especificações do produto e adquira o seu exemplar!



Alexandre Basílio Coura

Analista Judiciário do TRE/RS.



Edson de Resende de Castro

Promotor de Justiça do MPMG.

Ao continuar navegando você aceita os cookies que utilizamos para melhorar o desempenho, a segurança e a sua experiência no site => Para mais informações, consulte a nossa [Política de Privacidade](#).



Henrique Neves da Silva

Advogado Eleitoralista e Ex-Ministro do TSE.



Higor Vinicius Nogueira Jorge

Delegado de Polícia, mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS, professor concursado da Academia de Polícia na Polícia Civil do Estado de São Paulo, titular da cadeira 30 da Academia de Ciências, Artes e Letras dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo e membro do Conselho de Ética da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo. Também é membro da Associação Internacional de Informática Forense (ASIIF), da Associação Internacional de Investigação de Crimes de Alta Tecnologia (Htcia) e da Associação Internacional da Polícia (Ipa – Brasil), além de professor de inteligência cibernética do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Apresentou aulas nas pós-graduações das seguintes instituições: MeuCurso, Complexo de Ensino Renato Saraiva (Cers), Escola Brasileira de Direito (Ebradi), Escola Superior de Advocacia da OAB-SP (ESA-OAB/SP – Campinas), Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – Campinas e Damásio Educacional. Em 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 foi escolhido na categoria “Jurídica” entre os melhores Delegados do Brasil pelo Portal Nacional dos Delegados & Revista da Defesa Social. Autor/coautor de livros sobre direito, tecnologia, investigação criminal tecnológica e educação digital.

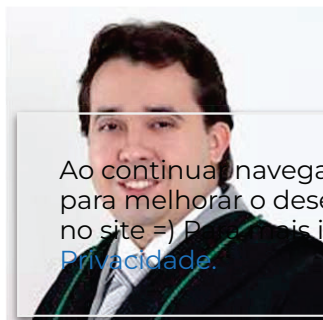


Igor Pereira Pinheiro

> Promotor de Justiça do MPCE (atualmente, como Promotor-Corregedor Auxiliar). > Doutorando, Mestre e Especialista em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. > Pós-Graduado em Licitações e Contratos Administrativos. > Expert em Direito Constitucional pela Universidade de Lisboa. > Autor dos livros “Nova Lei de Improbidade Administrativa Comentada” (3ª edição, 2024); Crimes Licitatórios (3ª edição 2024); “Crimes Eleitorais e Conexos” (2ª edição 2024); “Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Ano Eleitoral” (5ª edição, 2024). > Co-autor do livro “Nova Lei de Licitações Anotada e Comparada” (3ª edição, 2024); “Nova Lei do Abuso de Autoridade Anotada e Comparada” (2ª edição, 2024). > Professor e Palestrante convidado de diversas Escolas do MP e da Magistratura em todo o Brasil. > Ex-Coordenador do Grupo Auxiliar da Procuradoria Regional Eleitoral do Ceará (GAPEL) e ex-membro do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público do MPCE. > Coordenador Editorial de Direito Administrativo, Direito Anticorrupção e Direito Eleitoral do Grupo Mizuno.

João Paulo Oliveira Dias de Carvalho

Especialista em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Defensor Público do Estado do Ceará, ex-Defensor Público do Estado do Pará e ex-Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público do MPCE. > Coordenador Editorial de Direito Administrativo, Direito Anticorrupção e Direito Eleitoral do Grupo Mizuno. Professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (AESP/CE). É autor de obras e artigos jurídicos.



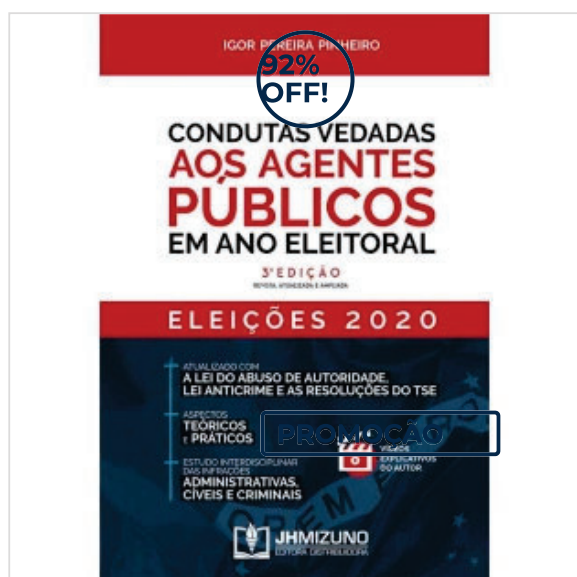
Ao continuar navegando, você aceita os cookies que utilizamos para melhorar o desempenho, a segurança e a sua experiência no site (=) Para mais informações, consulte a nossa [Política de Privacidade](#).



Rodrigo López Zilio

Promotor de Justiça do MPRS.

Veja mais livros DESTE AUTOR



CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM ANO ELEITORAL

Preço de tabela: R\$120,00

R\$10,00

em até 1x de R\$10,00 s/ juros
no cartão de crédito

R\$9,50 à vista

no boleto, cartão de débito ou Pix



IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO STF E STJ

Preço de tabela: R\$119,00

R\$65,45

em até 6x de R\$10,91 s/ juros
no cartão de crédito

R\$62,18 à vista

no boleto, cartão de débito ou Pix



ACORDOS PENAL E C

Preço de tabela: R\$119,00

R\$43,41

em até 4x de R\$10,91 s/ juros
no cartão de crédito

R\$41,28 à vista

no boleto, cartão de débito ou Pix

Ao continuar navegando você aceita os cookies que utilizamos para melhorar o desempenho, a segurança e a sua experiência no site => Para mais informações, consulte a nossa [Política de Privacidade](#).

Especificações do Produto

Assunto	Eleitoral
Idioma	Português
Edição	1
Mês	Agosto
Ano	2020
Editora	Editora Mizuno
Marca	Editora Mizuno
Tipo	Impresso
Encadernação	Brochura
Paginação	352
Formato	16x23
Altura (cm)	23
Largura (cm)	16
Profundidade (cm)	2
Peso (kg)	0.725
ISBN	9786555260700
EAN	9786555260700
NCM	49019900
Prévia	Leia algumas páginas



Avaliações

5.00 Média entre 1 opiniões

Ao continuar navegando você aceita os cookies que utilizamos para melhorar o desempenho, a segurança e a sua experiência no site => Para mais informações, consulte a nossa [Política de Privacidade](#).

Noemi Martins



Conteúdo é excelente. Produto chegou muito bem embalado e a entrega foi muito rápida.

29 de janeiro de 2021

Opiniões dos clientes

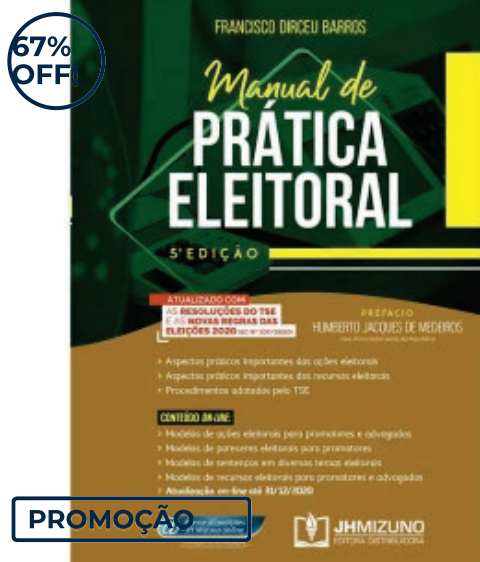
100% Recomendaram esse produto

<div>★★★★★</div> <div>1 avaliação</div>	100%
<div>★★★★☆</div> <div>0 avaliações</div>	0%
<div>★★★☆☆</div> <div>0 avaliações</div>	0%
<div>★★★☆☆</div> <div>0 avaliações</div>	0%
<div>★☆☆☆☆</div> <div>0 avaliações</div>	0%

AVALIAR O PRODUTO

Quem viu esse livro
VIU TAMBÉM

Ao continuar navegando você aceita os cookies que utilizamos para melhorar o desempenho, a segurança e a sua experiência no site => Para mais informações, consulte a nossa [Política de Privacidade](#).



MANUAL DE PRÁTICA ELEITORAL - 5ª EDIÇÃO - EC 107/2020

Preço de tabela: R\$210,00

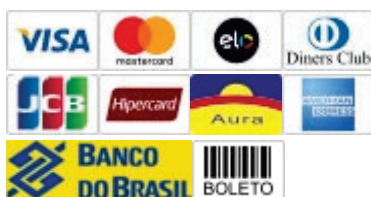
R\$68,99

em até **6x** de **R\$11,50** s/ juros
no cartão de crédito

R\$65,54 à vista

no boleto, cartão de débito ou Pix

Formas de Pagamento



Formas de Entrega



Segurança e Certificação



Razão Social: EDITORA MIZUNO LTDA ME | CNPJ: 05.436.503/0001-28 | Rua Benedito Zaccariotto, 172 Parque Alto das Palmeiras | Leme - SP | [Mapa do site](#)

Bis2Bis

Crie sua loja virtual com a melhor empresa de e-commerce do Brasil.

Ao continuar navegando você aceita os cookies que utilizamos para melhorar o desempenho, a segurança e a sua experiência no site => Para mais informações, consulte a nossa [Política de Privacidade](#).

CEAF oferta 40 vagas para membros se inscreverem em **curso de Direito Eleitoral Digital**

- 15 de junho de 2022

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) abriu inscrições nesta segunda-feira (20/06) para membros do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) interessados em participarem do curso de Direito Eleitoral Digital. Com um total de 40 vagas, as inscrições seguem até o dia 28 de junho e serão feitas exclusivamente mediante requerimento protocolizado através do Sistema de Automação do Ministério Público (SAJ-MP) por meio de procedimento de gestão administrativa (PGA), dirigido à Escola Superior do Ministério Público (ESMP), com direcionamento à Coordenação do CEAF.

A relação dos selecionados será divulgada através da intranet e encaminhada aos respectivos e-mails institucionais, até a data de 01 de julho de 2022. O conteúdo programático tem como principal objetivo atualizar os membros do MPCE quanto às novas técnicas aplicáveis às eleições, com foco na tecnologia e no direito. Dessa forma, todas as explicações são voltadas para o Direito Digital, aplicado ao Direito Eleitoral e à atuação do Ministério Público. O curso será ministrado pelo jurista da área de Direito Eleitoral **Alexandre Basílio Coura**.

A carga horária total é de 20h, divididas em encontros virtuais e atividades complementares. No período de 11 a 14 de julho de 2022, das 18h às 21h, ocorrerão as aulas síncronas (ao vivo) pela plataforma Zoom, na modalidade à distância. E as atividades complementares serão disponibilizadas na modalidade virtual assíncrona, através do Zoom, devendo ser concluídas em até 30 dias corridos após o início do curso.

Confira mais informações no Edital nº 05/2022.

Curtir 0

Secretaria de Comunicação

Ministério Público do Estado do Ceará

E-mail: imprensa@mpce.mp.br

TRE-SE desenvolve Curso de Direito Eleitoral Digital – Eleições 2020

O curso deu instrumentos para a identificação de notícias falsas

28/11/2019 12:14 - Atualizado em 30/08/2022 16:29



Nos dias 25 e 26 de novembro, no plenário Des. Luiz Magalhães, no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), aconteceu o 'Curso de Direito Eleitoral Digital – Eleições 2020', realizado pela Escola Judiciária de Sergipe (EJSE), ministrado pelo professor **Alexandre Basílio, analista judiciário, servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS)**. O curso apresentou aos servidores (dos cartórios e da Sede), juízes e promotores os maiores desafios para as próximas eleições. Discutiu-se, principalmente, a interdisciplinariedade entre Direito Eleitoral, tecnologia e marketing digital.

A capacitação também abordou aspectos ligados à tecnologia que preocupam os operadores do Direito, em especial, os que atuam no controle da propaganda eleitoral na *internet*.

O chefe da Seção de Autuação e Distribuição de Feitos e de Informações Partidárias, **Olavo Cavalcante**, disse que "o curso foi extremamente importante, notadamente, pelo fato de estarmos diante de uma eleição em relação à qual a quantidade de desinformação permeia todo o processo eleitoral. Devemos estar preparados para enfrentar a enxurrada de notícias falsas que estão por vir e, assim, usarmos instrumentos para coibi-las", completou afirmando que o curso deu instrumentos para a identificação das notícias falsas.

Alexandre Basílio é analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS). Também é chefe da Seção de Programas Institucionais da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul, membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep) e coordenador do Grupo de Estudos para a Sistematização das Normas Eleitorais (SNE). Também chefiou a Missão Internacional que realizou as eleições presidenciais de Guiné-Bissau, na África, em 2009, a Convite da Organização das Nações Unidas (ONU) por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

02m 08s de leitura



INFORMATIVO DO DIA 19/05/2023

Ciclo de Palestras “Direito Eleitoral Digital em Debate: Desafios e Perspectivas para as Eleições de 2024”

A Escola do Legislativo informa que o TRE/GO, parceiro institucional da Alego, realizará um ciclo de palestras denominado **“Direito Eleitoral Digital em Debate: Desafios e Perspectivas para as Eleições de 2024”**.

ELEIÇÕES 2024

Direito Eleitoral Digital em Debate: Desafio e perspectivas

Presença confirmada dos palestrantes:



Dr. Alexandre Basílio Coura

Servidor do TRE-RS e Professor de Direito Eleitoral

Dra. Sabrina Leles

Delegada da Polícia Civil de Goiás



23 DE MAIO

14:30 ÀS 16:30

Local: Auditório da Sede do TRE-GO

Inscrições:





O evento acontecerá de forma híbrida no dia 23 de maio do corrente ano, no Auditório Levino Emiliano dos Passos, na sede do TRE/GO, sito na Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, nº 300, Setor Central, nesta capital e no canal deste Regional no YouTube, através do link: <https://youtube.com/live/rDMMypYVfy?feature=share>.

Dentre os temas a serem abordados no evento, destacam-se:

- a) PRIMEIRO PAINEL: propaganda política no ambiente digital; combate à desinformação; desafios quanto à localização e remoção de conteúdos ilícitos da internet durante o ano eleitoral; localização de infratores, compreensão sobre os aspectos tecnológicos da propaganda política, validade das provas digitais e cadeia de custódia e a importância da Resolução nº 396/2021 do CNJ, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).
- b) SEGUNDO PAINEL: Exposição de casos práticos, dedicados a investigações policiais para elucidação de cyber delitos.

O primeiro painel ocorrerá das 14h30min às 15h20 min e será ministrado pelo servidor do TRE/RS, **Dr. Alexandre Basílio Coura**. O palestrante é Cientista Político, graduado em Direito com especialização em Direito Digital, Direito Eleitoral, Gestão de Riscos e Cibersegurança. É Mestrando em Ciência Política pela Universidade de Lisboa e certificado em Metaverso e Alfabetização para o Futuro pela Universidade de Stanford. É professor de Direito Eleitoral e Direito Digital e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADep.

O segundo painel ocorrerá das 15h30 às 16h20 min e será ministrado pela Dra. Sabrina Leles de Lima Miranda. A palestrante é Delegada de Polícia Civil do Estado de Goiás - Chefe da Divisão de Inteligência Institucional do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Professora da

Escola Superior da Polícia Civil do Estado de Goiás - Especialista em Inteligência de Segurança Pública - Co-autora do livro: "Tratado de Inteligência Aplicada à Investigação Criminal".

A EJE emitirá, mediante atestado de frequência, certificado de 4h (quatro horas) de participação aos inscritos através do link: <https://forms.gle/gdSQcL7qPRAShRfv9>

Dúvidas poderão ser sanadas pelos telefones (62) 3920-4366 e (62) 3920-4349, no período das 12h às 18h ou através do e-mail eje-listas@tre-go.jus.br.

📄 Baixar Arquivo

Fale conosco

NOME	EMAIL
ASSUNTO	
MENSAGEM	

enviar



SEDE:

Palácio Maguito Vilela - Avenida Emival Bueno,
Quadra G, Lote 01, Park Lozandes

Goiânia - Goiás.

CEP: 74.884-090

CONTATO:

Fone: (62) 3221-3000



SEDE:

Palácio Maguito Vilela - Avenida Emival Bueno,
Quadra G, Lote 01, Térreo, Bloco A, Park
Lozandes

CEP: 74.884-090

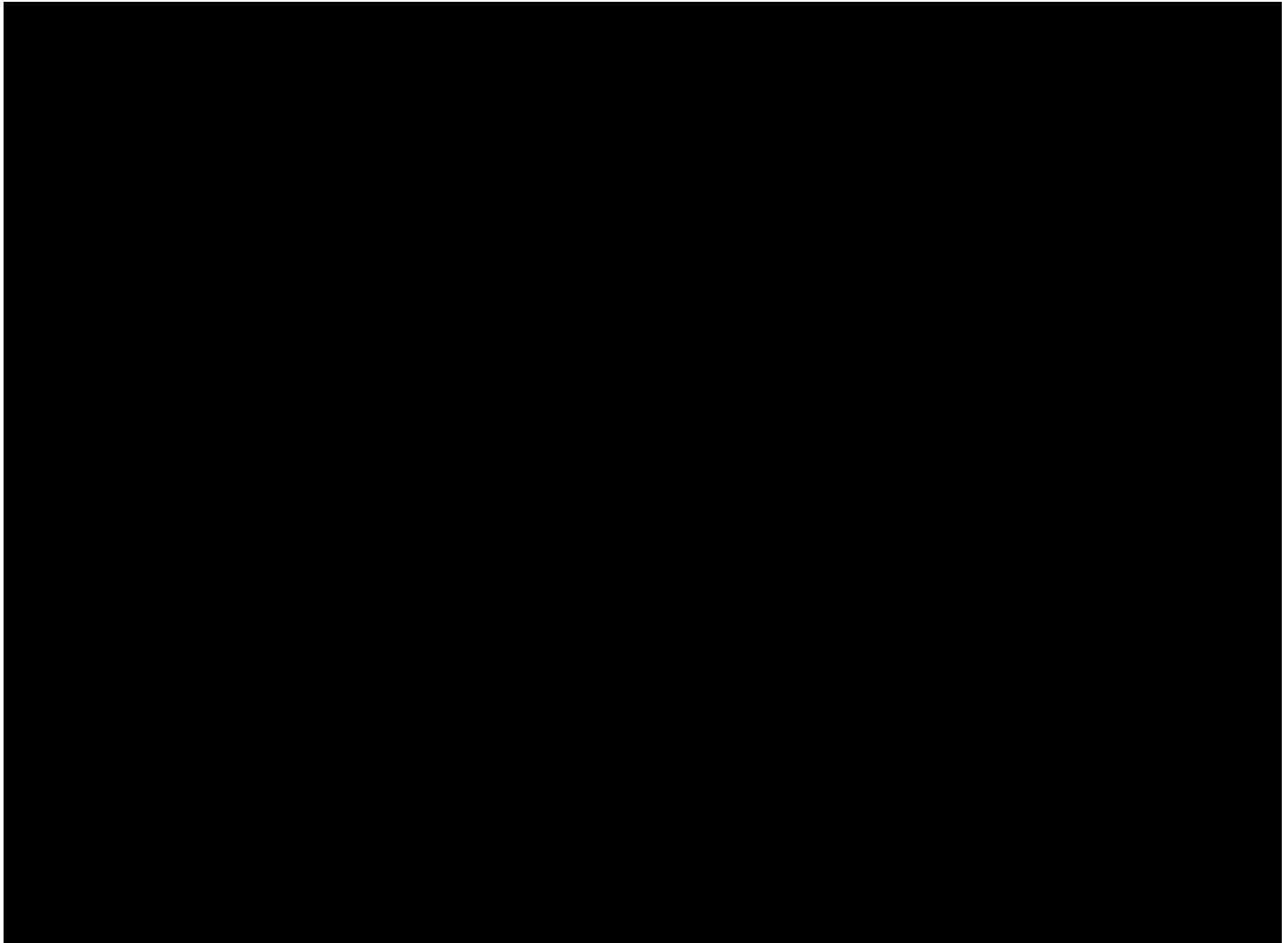
CONTATO:

E-mail:
escola@al.go.leg.br

Fone: (62) 3221-3162

Fax: (62) 3221-3199

como chegar



**RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO DO MP-BA SOBRE A RELAÇÃO
ENTRE A EMPRESA E O PROF. QUE MINISTRARÁ O CURSO A SER
CONTRATADO.**

A PoliTalks – Consultoria Avançada, especializada em Cursos de Direito e Tecnologia, tem como política oferecer ao Judiciário Federal e demais clientes os treinamentos mais atualizados do mercado a partir dos mais renomados professores.

Sobre o questionamento a respeito da vinculo entre o Professor Alexandre Basílio Coura e a empresa, venho informar o que segue.

Como se sabe, o Professor Alexandre Basílio Coura é servidor público federal e está entre os maiores especialistas do Brasil no que diz respeito ao Direito Eleitoral e ao Direito Digital.

Em razão de seu vínculo com a União e sua indisponibilidade de horários, não há relação de emprego entre ele e a empresa. Durante o ano eleitoral, ele, e outros servidores públicos federais, buscando levar aos interessados as informações mais atualizadas possível sobre o pleito, assinam contrato por demanda com a PoliTalks, como pessoa física, para lecionar pelo tempo do curso a ser oferecido, ao final do qual emitem nota fiscal avulsa para fins tributários.

Dessa forma, o contrato entre a PoliTalks e o Professor Alexandre Basílio é por demanda, para prestação ocasional de serviços específicos, sem vínculo de subordinação, a partir do qual pactuam todos os compromissos relativos à prestação dos serviços relativos ao curso a ser oferecido, o que possibilita que, para uma eventual necessidade, a PoliTalks possua o melhor e mais bem preparado corpo de professores, uma vez que tais demandas são sazonais e próprias dos anos eleitorais, sendo inviável e injustificável manter uma relação de emprego com professores de currículo tão vasto e custo tão elevado.

Isso é o que possibilita a existência da empresa e permite que ela ofereça cursos com baixo custo, infraestrutura adequada e didática excepcional com os melhores Professores do Brasil.

Em especial, no caso do Professor Alexandre Basílio, há com ele contrato de exclusividade na prestação de seus serviços, sendo de interesse da PoliTalks custear seu Mestrado em Lisboa, bem como suas certificações internacionais como Hacker Ético para fins de atendimento de outras demandas intermediadas pela PoliTalks a clientes da iniciativa privada, a exemplo de perícias e consultorias em cibersegurança.

Esperamos que reste esclarecido o questionamento.

Declaro, para os devidos fins, que esta é uma manifestação verdadeira e fiel à realidade, prestada de boa-fé e em conformidade com os princípios éticos e legais que regem a atuação da PoliTalks frente aos contratos com a administração pública federal e estadual.

Porto Alegre, 11 de março de 2024

PAULA
STHEFANI
DE
CARLI: [REDACTED]

Assinado digitalmente por PAULA
STHEFANI DE CARLI:09390218923
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=
(EM [REDACTED])
Razão: 'Eu sou o autor deste
documento'
Localização:
Data: '2024.03.11 23:05:07-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

PAULA STHEFANI DE CARLI

Coordenadora Geral / Sócia-administradora



**DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE,
SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ**

A Empresa PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA, inscrita no CNPJ 42.921.701/0001-03, por intermédio de seu representante legal a Sra PAULA STHEFANI DE CARLI, CPF [REDACTED] **DECLARA**, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos, salvo o maior de 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz.

Porto Alegre, 26 de março de 2024

PAULA STHEFANI
DE
CARLI: [REDACTED]

Assinado digitalmente por PAULA STHEFANI DE
CARLI:109390216923
ND: C=BR, O=CP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM
BRANCO), OU=35646780000126, OU=
videoconferencia, CN=PAULA STHEFANI DE
[REDACTED] documento
Localização:
Data: 2024.03.26 14:03:56-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

PAULA STHEFANI DE CARLI / Sócia-Administradora

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

A Empresa PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA, inscrita no CNPJ 42.921.701/0001-03, por intermédio de seu representante legal a Sra. PAULA STHEFANI DE CARLI, CPF [REDACTED], **DECLARA**, nos termos da Resolução nº 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, que não há em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público do Estado da Bahia, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Declara também estar ciente de que a referida vedação compreende o interregno entre a deflagração do procedimento de contratação e o período até 6 (seis) meses após a desincompatibilização do exercício dos respectivos cargos e funções, consoante Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Porto Alegre, 26 de março de 2024.

PAULA
STHEFANI DE
CARLI

Assinado digitalmente por PAULA STHEFANI
DE CARLI:09390216923
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-
CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=
35646780000126, OU=videoconferencia, CN
=PAULA STHEFANI DE [REDACTED]
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.03.26 14:05:10-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

PAULA STHEFANI DE CARLI / Sócia-Administradora



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20240863148**

RAZÃO SOCIAL	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	42.921.701/0001-03

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 28/02/2024, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA
CNPJ: 42.921.701/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 20:54:10 do dia 27/02/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/08/2024.

Código de controle da certidão: **6B46.50FF.1F69.5EB7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 42.921.701/0001-03
Razão Social: PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA
Endereço: RUA CORONEL ANDRE BELO 728 / MENINO DEUS / PORTO ALEGRE / RS / 90110-020

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/02/2024 a 11/03/2024

Certificação Número: 2024021102140500801182

Informação obtida em 28/02/2024 08:43:27

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO GERAL NEGATIVA DE DÉBITOS

Esta certidão é válida até: **29/03/2024**

Nome: PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA

CNPJ: 42.921.701/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer créditos que vierem a ser apurados, é certificado que, para o contribuinte acima especificado não constam débitos vencidos, lançados até 22 de fevereiro de 2024.

Certidão emitida em 28/02/2024 às 08:47:35, conforme Decreto 14.560 e Instrução Normativa SMF 04/2003.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf>), informando **CNPJ: 42.921.701/0001-03** e o código de autenticidade **202C82814FE4**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

CNPJ: **42.921.701/0001-03**

Certificamos que, aos **28 dias do mês de FEVEREIRO do ano de 2024**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Observações: Nada Consta

O nome do titular do CPF/CNPJ não consta nos bancos de dados da Secretaria da Fazenda. Se necessário, solicite documento de identificação.

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 27/4/2024

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **28019151**
Autenticação: **38278733**





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 42.921.701/0001-03

Certidão n°: 13347884/2024

Expedição: 28/02/2024, às 08:44:28

Validade: 26/08/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **42.921.701/0001-03**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

DECLARAÇÃO

Eu, Paula Sthefani de Carli, (brasileira, empresária, RG [REDACTED], CPF [REDACTED]), declaro ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA para os devidos fins, que os dados bancários abaixo pertencem a empresa PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA – POLITALKS CONSULTORIA AVANÇADA.

Dados bancários da empresa para pagamento:

PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA | POLITALKS CONSULTORIA AVANÇADA

BANCO DO BRASIL

Agência: 3240-9

Conta Corrente: 40761-5

CNPJ: 42.921.701/0001-03

 **Ag. 3240-9 • Cc. 40761-5**
Paula Sthefani de Carli Ltda

Porto Alegre, 11 de março de 2024

**PAULA
STHEFANI DE**

Assinado digitalmente por PAULA
STHEFANI DE CARLI:09390216923
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil
-RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM
BRANCO), OU=35646780000126, OU

Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Data: 2024.03.11 22:57:18-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

PAULA STHEFANI DE CARLI
Coordenadora Geral / Sócia-administradora



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **42.921.701/0001-03**

Razão Social: **PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA**

Atividade Econômica Principal:

8211-3/00 - SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO

Endereço:

RUA CORONEL ANDRE BELO, 728 - MENINO DEUS - 90.110-020 - Porto Alegre / Rio Grande do Sul

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

Emitido em: 05/03/2024 14:22

1 de 1



DECLARAÇÃO – EXECUTOR(A) ORÇAMENTÁRIO(A)

Declaro, para os devidos fins, que existem recursos orçamentários e financeiros disponíveis para dar suporte à despesa com a contratação em curso, bem como informo a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício financeiro e subseqüentes, conforme dados abaixo discriminados:

I. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA DESPESA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA):

DOTAÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GESTORA	AÇÃO (P/A/OE)	REGIÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ELEMENTO DA DESPESA
1	40.101 / 0007 Ex.: 40.x01 / xxxx	3594	9900	100	33.90.39
2 *					

* Se houver mais de uma dotação a ser indicada.

II. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO:

1) VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 38.500,00

Trinta e oito mil e quinhentos reais.

(valor por extenso)

2) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NO EXERCÍCIO VIGENTE (2024):

DOTAÇÃO	ELEMENTO DA DESPESA	SALDO DE DOTAÇÃO (R\$)	PREVISÃO DE GASTO COM A CONTRATAÇÃO NO ANO (R\$)
1	33.90.39	R\$ 43.031,96	R\$ 38.500,00
2 *			

* Se houver mais de uma dotação a ser indicada.

3) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES:

☒ A despesa será realizada integralmente neste exercício, não havendo impacto orçamentário-financeiro em qualquer dos exercícios orçamentários-financeiros seguintes.

☐ O impacto orçamentário-financeiro estimado para os 02 (exercícios) próximos exercícios será de:

EXERCÍCIO (ANO)	IMPACTO (R\$)
20XX	R\$
20XX	R\$



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

4) ORIGEM DO RECURSO:

- ☒ A) Recursos Próprios – Orçamento próprio do MPBA.
- ☐ B) Recursos Oriundos de Convênio Estadual.
- ☐ C) Recursos Oriundos de Convênio Federal.

** É possível assinalar mais de uma opção.*

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Matrícula: 353.215	Nome Completo: Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade	Cargo/Função: Assistente Técnico-Administrativo
Unidade Administrativa: Unidade de Finanças - CA - CEAF		

ATENÇÃO: Este documento deverá ser, obrigatoriamente, assinado digitalmente pelo executor orçamentário (responsável pelo preenchimento das informações orçamentárias).



Documento assinado digitalmente
GRAZIELE MARIA GRAVE TEIXEIRA DE ANDRADE
Data: 27/03/2024 09:53:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



MANIFESTAÇÃO

Autorizo a realização da despesa, mediante contratação por inexigibilidade de licitação.

Declaro, para os devidos fins, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa com a contratação em curso, no(s) valor(es) abaixo descrito(s), tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Indico os seguintes servidores para exercerem, respectivamente, as atribuições de gestão e fiscalização da contratação ^{*1}:

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DE CONTRATO	Liliane Formigli Noblat	352.906
FISCAL ADMINISTRATIVO	Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade	353.215
SUPLENTE	Michele Costa Bittencourt	353.657
FISCAL TÉCNICO	Synthya Torquato dos Reis	353.239
SUPLENTE	Neilson Aragão Cruz	352.493

Ante o exposto, encaminhe-se o presente procedimento aos servidores suprarrelacionados, para manifestação formal sobre a indicação, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

DADOS DO GESTOR ORÇAMENTÁRIO	
Nome Completo: Márcio José Cordeiro Fahel	Matrícula: 351.310
Unidade Administrativa: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF	Cargo/Função: Promotor de Justiça / Coordenador do CEAF
INSERIR ASSINATURA DIGITAL (GESTOR ORÇAMENTÁRIO):	MARCIO JOSE CORDEIRO FAHEL [Redacted Signature] Assinado de forma digital por MARCIO JOSE CORDEIRO [Redacted Signature] 4 Dados: 2024.03.27 08:19:27 -03'00'



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Manifestação - Gestor do Contrato

Ciente e de acordo com a indicação do Ordenador de Despesas (documento SEI 1009068) referente à contratação de curso Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para 35 (trinta e cinco) participantes do MPBA, processo SEI 19.09.45340.0005141/2024-75.

Atenciosamente,
Liliane Formigli Noblat
Mat. 352.906



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Formigli Noblat** em 27/03/2024, às 10:25, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1008068** e o código CRC **FE5F55C3**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Manifestação - Fiscal Administrativo

Ciente e de acordo com a indicação do Ordenador de Despesas (documento SEI 1009068) referente à contratação de curso Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para 35 (trinta e cinco) participantes do MPBA, processo SEI 19.09.45340.0005141/2024-75.

Atenciosamente,

Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade

Mat. 353.215



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** em 27/03/2024, às 10:19, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1008075** e o código CRC **D6844169**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Manifestação - Fiscal Administrativo - Suplente

Ciente e de acordo com a indicação do Ordenador de Despesas (documento SEI 1009068) referente à contratação de curso Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para 35 (trinta e cinco) participantes do MPBA, processo SEI 19.09.45340.0005141/2024-75.

Atenciosamente,

Michele Costa Bittencourt

Mat. 353.657



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Formigli Noblat** em 27/03/2024, às 10:25, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Michele da Costa Bittencourt** em 27/03/2024, às 10:42, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1009073** e o código CRC **6B7ECFB7**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Manifestação - Fiscal Técnico

Ciente e de acordo com a indicação do Ordenador de Despesas (documento SEI 1009068) referente à contratação de curso Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para 35 (trinta e cinco) participantes do MPBA, processo SEI 19.09.45340.0005141/2024-75.

Atenciosamente,

Synthya Torquato dos Reis

Mat. 353.239



Documento assinado eletronicamente por **Synthya Torquato dos Reis** em 27/03/2024, às 10:20, conforme o Ato Normativo nº 047, de 1º de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código Verificador **1009076** e o código CRC **5E18286B**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Manifestação - Fiscal Técnico - Suplente

Ciente e de acordo com a indicação do Ordenador de Despesas (documento SEI 1009068) referente à contratação de curso Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para 35 (trinta e cinco) participantes do MPBA, processo SEI 19.09.45340.0005141/2024-75.

Atenciosamente,

Neilson Aragão Cruz

Mat. 352.493



Documento assinado eletronicamente por **Neilson Aragao Cruz** em 27/03/2024, às 10:26, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1009129** e o código CRC **EF39426F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL:

Encaminho processo de contratação para análise de conformidade.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** em 27/03/2024, às 10:48, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1009240** e o código CRC **FBA83584**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Trata-se de procedimento de inexigibilidade de licitação, **instruído com fundamento no regime jurídico da lei Federal nº 14.133/2021 da Lei Estadual/BA nº 14.634/2023**, encaminhado pelo CEAf, visando à prestação de serviços de Capacitação do Promotores de Justiça e Assessores com atribuição eleitoral, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda - DFD (doc 1009029).

Registramos que, após análise da instrução do processo em epígrafe, observamos a necessidade dos seguintes ajustes/esclarecimentos pela Unidade demandante:

Na instrução do Procedimento:

1. Irregularidade/ ausência das seguintes certidões e/ou declarações:

1.1 Certidão Negativa do FGTS - vencida ;

No termo de referência:

2. No item 2.2: A unidade assinalou a alternativa "A", porém não indicou qual (dentre a "A.1" E "A.2") é adequada à contratação (A.1 caso se trate de contratação de pessoa jurídica, A.2 caso se trate de contratação de pessoa física);

3. No item 3.1: A unidade assinalou a alternativa "A" - empreitada por preço global, e no item 3.9.2, assinalou a alternativa "B". Tais previsões são incompatíveis com a demanda, haja vista que a empreitada pro preço global pressupõe um serviço que não pode ser precificado em unidades autônomas entre si, o que diverge do caso em tela. assim, sugerimos o preenchimento da opção preço unitário em ambos os itens;

Orientamos, ainda, que os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas. Após, retornem os autos para as providências de praxe.

Paula Souza de Paula Marques

Coordenadora-Administrativa

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula: 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 27/03/2024, às 16:13, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1009923** e o código CRC **47E9C3A8**.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 42.921.701/0001-03

Razão Social: PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA

Endereço: RUA CORONEL ANDRE BELO 728 / MENINO DEUS / PORTO ALEGRE / RS / 90110-020

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/03/2024 a 18/04/2024

Certificação Número: 2024032020115909948084

Informação obtida em 27/03/2024 22:17:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO									
1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO	<p>INDICAÇÃO DO ITEM (SE ÚNICO) OU FAMÍLIA (SE MÚLTIPLOS):</p> <p>Realização de curso Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para 35 (trinta e cinco) participantes do MPBA.</p>								
1.2 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO DEFINIDO</u>	<p>O quantitativo de 35 participantes do curso foi estabelecido pela Unidade de Fomento à Pesquisa, do Centro de Estudos do MPBA, tendo como base o grupo de pesquisa existente na referida Unidade, com foco em Direito Eleitoral.</p>								
1.3 NATUREZA DO OBJETO	<table border="1"> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/> (x)</td> <td>A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> ()</td> <td>B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> ()</td> <td> <p>C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p><input type="checkbox"/> () D.1) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA</p> <p><input type="checkbox"/> () D.2) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO)</p> <p><input type="checkbox"/> () D.3) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR POSTOS DE SERVIÇOS</p> <p><input type="checkbox"/> () D.4) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO)</p> </td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> ()</td> <td>D) OUTRO(S). Especificar:</td> </tr> </table>	<input checked="" type="checkbox"/> (x)	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO	<input type="checkbox"/> ()	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA	<input type="checkbox"/> ()	<p>C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p><input type="checkbox"/> () D.1) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA</p> <p><input type="checkbox"/> () D.2) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO)</p> <p><input type="checkbox"/> () D.3) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR POSTOS DE SERVIÇOS</p> <p><input type="checkbox"/> () D.4) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO)</p>	<input type="checkbox"/> ()	D) OUTRO(S). Especificar:
<input checked="" type="checkbox"/> (x)	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO								
<input type="checkbox"/> ()	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA								
<input type="checkbox"/> ()	<p>C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p><input type="checkbox"/> () D.1) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA</p> <p><input type="checkbox"/> () D.2) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO)</p> <p><input type="checkbox"/> () D.3) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR POSTOS DE SERVIÇOS</p> <p><input type="checkbox"/> () D.4) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO)</p>								
<input type="checkbox"/> ()	D) OUTRO(S). Especificar:								
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>SERVIÇOS CONTINUADOS</u>	<table border="1"> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/> (x)</td> <td>A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços continuados)</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> ()</td> <td>B) JUSTIFICATIVA:</td> </tr> </table>	<input checked="" type="checkbox"/> (x)	A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços continuados)	<input type="checkbox"/> ()	B) JUSTIFICATIVA:				
<input checked="" type="checkbox"/> (x)	A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços continuados)								
<input type="checkbox"/> ()	B) JUSTIFICATIVA:								
1.5 JUSTIFICATIVA: <u>ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA</u>	<table border="1"> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/> (x)</td> <td>A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços de engenharia)</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> ()</td> <td> <p>B) SERVIÇO(S) ENQUADRADO(S) COMO “SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA”</p> <p>➤ FUNDAMENTAÇÃO:</p> <p>➤ ITENS APLICÁVEIS - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO:</p> <p><input type="checkbox"/> () A) TODOS OS ITENS</p> <p><input type="checkbox"/> () B) PARTE DOS ITENS:</p> </td> </tr> </table>	<input checked="" type="checkbox"/> (x)	A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços de engenharia)	<input type="checkbox"/> ()	<p>B) SERVIÇO(S) ENQUADRADO(S) COMO “SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA”</p> <p>➤ FUNDAMENTAÇÃO:</p> <p>➤ ITENS APLICÁVEIS - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO:</p> <p><input type="checkbox"/> () A) TODOS OS ITENS</p> <p><input type="checkbox"/> () B) PARTE DOS ITENS:</p>				
<input checked="" type="checkbox"/> (x)	A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços de engenharia)								
<input type="checkbox"/> ()	<p>B) SERVIÇO(S) ENQUADRADO(S) COMO “SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA”</p> <p>➤ FUNDAMENTAÇÃO:</p> <p>➤ ITENS APLICÁVEIS - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO:</p> <p><input type="checkbox"/> () A) TODOS OS ITENS</p> <p><input type="checkbox"/> () B) PARTE DOS ITENS:</p>								
1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	<p>Com o avanço das atividades do Grupos de Estudo Eleitoral do MPBA, a UFPCI, em diálogo com o líder, Dr. Millen Castro Medeiros de Mouro, que também coordena do Núcleo de Apoio Eleitoral do MPBA (NUEL), identificou a necessidade de prestar suporte especializado aos seus integrantes, com vistas a qualificar as atividades de investigação de ilícitos eleitorais praticados em ambiente</p>								

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>digital.</p> <p>Portanto, acredita-se que seja crucial a contratação de colaboradores especializados em Direito Eleitoral Digital, para que preste instrutoria especializada ao Grupo, composto majoritariamente de promotores de justiça e assessores com atribuição eleitoral, elevando a qualidade do trabalho que estejam realizando.</p> <p>Como se depreende da proposta apresentada, as questões relacionadas à tecnologia permeiam cada vez mais as atribuições do Ministério Público. Ainda que o processo não diga respeito, de forma direta, à tecnologia, nota-se que as provas, álibis, quebras de sigilo e outras situações relacionadas ao cerne da discussão jurídica perpassam pelos meios tecnológicos, exigindo-se do Ministério Público uma atuação cada vez mais consentânea com essa realidade.</p> <p>Dessa maneira, sobretudo considerando-se a Política Nacional de Segurança da Informação, Decreto 9.637/2018, alterada pelo Decreto 10.641/2021, bem como a Resolução n. 396/2021 do CNJ, que criou a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário, é imprescindível que os membros do Ministério Público sejam permanentemente capacitados sobre as questões que envolvam a tecnologia como ferramenta para o exercício pleno de suas atribuições, notadamente quando relacionadas às eleições.</p> <p>O curso em questão tem por finalidade apresentar aos participantes os conceitos fundamentais sobre tecnologia, mídias sociais, infraestrutura de tecnologia da internet para localização de infratores e remoção de conteúdo, bem como a legislação e jurisprudência sobre o direito digital e produção de provas, por meio de um enfoque da aplicação desses conhecimentos no Direito Eleitoral, utilizando-se de casos concretos e ferramentas gratuitas de análise, de modo a capacitar os participantes para atuação no direito contemporâneo e, em especial, para as eleições de 2024.</p> <p>Atualmente, os profissionais que atuam em processos que envolvam direito digital sentem-se inseguros e ansiosos por não conhecerem conceitos básicos e essenciais sobre tecnologia exigidos para execução dessas atividades. Seja na vida profissional ou pessoal, entender sobre tecnologia passou a ser requisito básico para a vida em uma sociedade hiperconectada, sobretudo para os operadores do Direito, por ser a Justiça a responsável por pacificar as relações nas eleições. Contudo, o desafio atual desses profissionais é ter que dizer o direito no caso concreto, mesmo quando desconhecem por completo as regras do novo ambiente, agora chamado de ciberespaço.</p> <p>Justifica-se, também, o presente curso, em razão dos ataques digitais às redes de vários órgãos públicos de todas as esferas, como os recentes acontecimentos ocorridos contra o STF, STJ, TJRS e Senado Federal, bem como aos demais serviços públicos brasileiros, sem olvidar dos riscos aos computadores pessoais das autoridades e servidores públicos que, de forma direta ou indireta, trazem riscos para a infraestrutura protegida do órgão de sua lotação, ataques esses que serão a cada dia mais comuns, sendo essencial que haja uma preparação não apenas da equipe de tecnologia, mas, também, de todos os usuários internos dos serviços oferecidos pela Justiça brasileira</p> <p>Nesse sentido, a expertise desses colaboradores externos torna-se fundamental para, como dito anteriormente, qualificar os estudos e atividades práticas, que se asseverarão no período das eleições 2024, mas também para garantir que o MP promova aperfeiçoamento de membros e servidores e explorando plenamente o potencial de construção de conhecimento que as atividades de estudos especializados podem oferecer.</p>
<p>1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO</p>	<p>Cuida-se de prestação de serviços de realização de Curso de Direito Eleitoral digital, visando a capacitação de 35 Membros e Servidores do MPBA, que possuem atribuição eleitoral, integrantes do grupo de estudos do Centro de Estudos.</p> <p>O objeto compreende a execução dos serviços por meio de aulas transmitidas ao vivo, via</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	plataforma da empresa contrata, com gravação a ser disponibilizada pelo período de 4 meses no mínimo, com carga horária total de 20 horas/aula, distribuídas por 5 encontros ao longo de 1 semana, durante o horário de 18h às 22h, com previsão de início para mês de maio de 2024. A solução atende às necessidades da Instituição tendo em vista as constantes evoluções tecnológicas, a proximidade de novo processo eleitoral em 2024 e o aprimoramento de conhecimentos da área eleitoral.	
2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR		
2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO ENQUADRAMENTO COMO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	2.1.1 BASE LEGAL – <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u> : () A) Artigo 74, caput da Lei Federal nº 14.133/2021 () B) Artigo 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21 () C) Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 (x) D) Artigo 74, inciso III, alínea f da Lei Federal nº 14.133/2021 () E) Artigo 74, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 () F) Artigo 74, inciso V da Lei Federal nº14.133/2021	
	2.1.2 JUSTIFICATIVA PARA A INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO: Trata-se de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de serviço técnico profissional especializado relativo à realização de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, que será executado por profissional técnico e de notória especialização comprovada, instrutor Alexandre Basílio, que é um dos maiores especialistas em Direito Digital do país, atuante no mercado de cursos e palestras para Órgãos Públicos.	
2.2 CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO	(x)	A) JURÍDICA – <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u> : (x) A.1) DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA (Cartão CNPJ e ato constitutivo); () A.2) DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA (Documento oficial de identificação pessoal e cartão CPF, caso esta numeração não conste no primeiro)
	(x)	B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar: B.1) Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS; B.2) Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia; B.3) Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – caso não seja Bahia; B.4) Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado; B.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica); B.6) Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica);
	()	C) TÉCNICA (FACULTATIVO):
	()	D) ECONÔMICO-FINANCEIRA (FACULTATIVO):

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p><input type="checkbox"/> D.1) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA</p> <p><input type="checkbox"/> D.2) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, COM INDICAÇÃO DE ÍNDICES. ESPECIFICAR:</p> <p>➤ Justificar opção “D.2” (Em caso positivo):</p> <p>➤ ÍNDICES CONTÁBEIS APLICÁVEIS – ESCOLHER QUANTOS CABÍVEIS:</p> <p><input type="checkbox"/> 1. Liquidez Corrente (ILC), que deverá ser:</p> <p><input type="checkbox"/> Maior que 01 (um) <input type="checkbox"/> Outro. Indicar:</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Liquidez Geral (LG), que deverá ser:</p> <p><input type="checkbox"/> Maior que 01 (um) <input type="checkbox"/> Outro. Indicar:</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Solvência Geral (SG), que deverá ser:</p> <p><input type="checkbox"/> Maior que 01 (um) <input type="checkbox"/> Outro. Indicar:</p> <p><input type="checkbox"/> 4. Outro. Indicar:</p> <p><input type="checkbox"/> D.3) DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL, igual ou superior a _____ % do valor da inexigibilidade de licitação (limite legal: 10%);</p> <p>➤ Justificar opção “D.3” (Em caso positivo):</p>
<p>3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</p>	
3.1 REGIME DE EXECUÇÃO	<p><input type="checkbox"/> A) EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> B) EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO</p> <p><input type="checkbox"/> C) OUTRO. Indicar:</p>
3.2 RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO	<p>➤ PRAZO: 2 dias. Contagem – <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <input checked="" type="checkbox"/> Úteis <input type="checkbox"/> Corridos</p> <p>3.2.1. Prazo contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.</p> <p>3.2.2. As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).</p> <p>3.2.3. A Contratada poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.</p>
3.3 FORMA DE EXECUÇÃO	<p>➤ LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO: Modalidade remota, transmissão ao vivo com gravação, via plataforma da empresa.</p> <p>➤ DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p><input type="checkbox"/> A) NÃO SE APLICA</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> B) REGRAS: O curso será realizado durante os dias 20, 21, 22, 23 e 27/05/2024, das 18h</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

		às 22h (horário de Brasília).									
		<p>➤ DEMAIS REGRAS DE <u>EXECUÇÃO DO CONTRATO</u> :</p> <p>O curso será ministrado pelo instrutor Alexandre Basílio Coura, transmitido ao vivo com gravação, pela plataforma da contratada, que ficará disponível do dia 06/06 a 06/10/2024 para os participantes.</p>									
3.4 PRAZO(S) DE EXECUÇÃO		<p>A) REGRAS (SUGESTÃO):</p> <p>➤ PRAZO(S) DE EXECUÇÃO – INDIVIDUALIZAR POR SERVIÇO:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>SERVIÇO</th><th>PRAZO EM DIAS</th><th>CONTAGEM</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Realização do curso</td><td>60</td><td>() Úteis (x) Corridos</td></tr> <tr> <td></td><td></td><td>() Úteis () Corridos</td></tr> </tbody> </table> <p>➤ PRAZO(S) CONTADO A PARTIR DE - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u>:</p> <p>() A) RECEBIMENTO DO EMPENHO PELO FORNECEDOR (REGRA GERAL)</p> <p>(x) B) OUTRO – Informar: a partir da assinatura do contrato.</p> <p>➤ PRAZO PARA FINALIZAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS (SE HOUVER):</p> <p>➤ ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO(S) PRAZO(S) DE EXECUÇÃO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u>:</p> <p>() A) NÃO</p> <p>(x) B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de execução consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato aceito pela Instituição.</p>	SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM	Realização do curso	60	() Úteis (x) Corridos			() Úteis () Corridos
	SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM								
	Realização do curso	60	() Úteis (x) Corridos								
			() Úteis () Corridos								
()	<p>B) REGRAS (DEFINIDAS PELA UNIDADE SOLICITANTE):</p>										
()	<p>C) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO III - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)</p>										
3.5 REGRAS DE GARANTIA	(x)	<p>A) NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APLICÁVEL AO OBJETO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA ACESSÓRIA</p>									
	()	<p>B) GARANTIA <u>LEGAL</u> PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR</p>									
	()	<p>C) GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS</p> <p>➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:</p>									

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	()	<p>D) HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA)</p> <p>➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:</p> <p>➤ INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) – Indicar o número correspondente ao item na tabela do APENSO I:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ GARANTIA LEGAL: ○ GARANTIA CONTRATADA:
	()	<p>E) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO III - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)</p> <p>3.5.1 REGRAS DA GARANTIA CONTRATADA (Somente para opções C ou D):</p> <p>➤ EXECUTOR DA GARANTIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) CONTRATADO (REGRA GERAL)</p> <p>() B) FABRICANTE (EXCEÇÃO)</p> <p>○ Justificar a exigência de garantia do <u>fabricante</u> (Em caso positivo):</p> <p>○</p> <p>➤ DURAÇÃO, contado da data do recebimento dos serviços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) _____ DIAS</p> <p>() B) _____ MESES</p> <p>() C) GARANTIA PEDURARÁ CONTINUAMENTE DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL (SERVIÇOS CONTÍNUOS)</p> <p>○ Justificar prazo de duração definido:</p> <p>○</p> <p>➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) _____ HORAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos</p> <p>() B) _____ DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos</p> <p>() C) OUTRO(S). Indicar:</p> <p>➤ FORMA DE EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador</p> <p>() B) Assistência sediada no seguinte município:</p> <p>() C) Assistência sediada em local a critério da Contratada</p> <p>() D) <i>On site</i>, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (EXCEÇÃO). Regras:</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de ____ (____) horas, contadas da notificação pelo MPBA; ○ O executor da garantia (conforme acima indicado) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de serviços/bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles tenham sido executados (serviços) ou estiverem (bens), bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário; ○ Justificativa para a garantia <i>on site</i>: <p>() E) Outra. Especificar:</p> <p>➤ DETALHAMENTO DAS DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA (Se houver):</p>	
3.6 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> (x)	A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO
	<input type="checkbox"/> ()	B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS <ul style="list-style-type: none"> ➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis): ➤ Indicar regras/condições para subcontratação:
3.7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	<p>3.7.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:</p> <p>3.7.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o Contratante designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a Contratada sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.</p> <p>3.7.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:</p> <p>3.7.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento e no contrato, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;</p> <p>3.7.1.2.2 Transmitir à Contratada as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;</p> <p>3.7.1.2.3 Promover, com a presença da Contratada, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;</p> <p>3.7.1.2.4 Esclarecer as dúvidas da Contratada, solicitando ao setor competente do Contratante, se necessário, parecer de especialistas;</p> <p>3.7.1.2.5 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;</p>	

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>3.7.1.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).</p> <p>3.7.1.3 A fiscalização, pelo Contratante, não desobriga a Contratada de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.</p> <p>3.7.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do Contratante, sobre irregularidades ou falhas, não exime a Contratada das responsabilidades determinadas neste instrumento.</p> <p>3.7.1.4 O Contratante poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.</p> <p>3.7.1.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela Contratada, às suas expensas;</p> <p>3.7.1.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do Contratante.</p> <p>3.7.1.5 Para fins de fiscalização, o Contratante poderá solicitar à Contratada, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.</p> <p>3.7.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.</p> <p>3.7.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO: <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="435 1395 523 1507">(x)</td> <td data-bbox="523 1395 1511 1507">A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1</td> </tr> <tr> <td data-bbox="435 1507 523 1619">()</td> <td data-bbox="523 1507 1511 1619">B) DISPOSIÇÕES ESPECIFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL:</td> </tr> </table> <p>3.7.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:</p> <p>3.7.3.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.</p> <p>3.7.3.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:</p> <p>3.7.3.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.3.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.3.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.3.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente</p>	(x)	A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1	()	B) DISPOSIÇÕES ESPECIFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL:
(x)	A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1				
()	B) DISPOSIÇÕES ESPECIFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL:				

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>justificado;</p> <p>3.7.3.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p> <p>3.7.3.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.7.3.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.3.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.3.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.3.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.3.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:</p> <p>3.7.3.3.1 Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);</p> <p>3.7.3.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.2, a 3.7.3.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);</p> <p>3.7.3.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.5 a 3.7.3.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.7.3.2.2 a 3.7.3.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);</p>
	<p>3.7.4 DAS MULTAS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>(x) A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:</p> <p>3.7.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.7.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <p>3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>3.7.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;</p> <p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;</p> <p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p>
()	<p>B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS - PREENCHER, CONFORME O CASO:</p> <p>3.7.4.1 Moratória de xxx% (xxxx por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.7.4.2 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <p>3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.4.3 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;</p> <p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato;</p> <p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

		<p>Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p>
<p>3.8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)</p>	<p>3.8.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:</p> <p>➤ PRAZO: 4 dias corridos, contados: <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u></p> <p>() A) DA FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS</p> <p>(x) B) DA ENTREGA DA NOTA FISCAL/FATURA</p> <p>() C) OUTRO:</p>	
	<p>3.8.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:</p> <p>➤ PRAZO: 10 dias corridos, contados do recebimento provisório</p>	
	<p>3.8.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u>:</p> <p>() A) NÃO SE APLICA</p> <p>(x) B) PRAZO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u>:</p> <p>() 1) _____ HORAS. Contagem – Escolher <u>uma</u> opção: () Úteis () Corridos</p> <p>() 2) 30 DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis (x) Corridos</p> <p>() 3) OUTRO(S). Indicar:</p>	
	<p>3.8.4 DEMAIS REGRAMENTOS:</p> <p>3.8.4.1 O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;</p> <p>3.8.4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos nos prazos definidos neste instrumento, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;</p> <p>3.8.4.3 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 3.8.3 assegurado à Contratada a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço;</p> <p>3.8.4.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a Contratada obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;</p> <p>3.8.4.5 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados,</p>	

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>pelo Contratante, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/23, devendo ocorrer nos prazos definidos neste instrumento;</p> <p>3.8.4.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo Contratante não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Contratante, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.</p>	
3.9 DOS PREÇOS	3.9.1 ABRANGÊNCIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	
	(x)	<p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos. ➤ Demais regramentos (se houver):
	()	<p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p>
	3.9.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	
	()	<p>A) VALOR MENSAL FIXO</p>
	(x)	<p>B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS</p>
3.10 REGRAS DE FATURAMENTO	()	<p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relativo à completa execução dos serviços</p>
	()	<p>D) OUTRO:</p>
	3.10.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO(S) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	
	()	<p>A) MENSAL</p>
3.10 REGRAS DE FATURAMENTO	()	<p>B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO</p>
	(x)	<p>C) EM PARCELA ÚNICA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>(x) 1) AO FINAL DE <u>TODA</u> A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (Regra geral)</p> <p>() 2) OUTRO:</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	()	D) PARCELADO: ➤ QUANTIDADE DE PARCELAS: ➤ DEFINIÇÃO DOS MONTANTES DAS PARCELAS -
	()	E) OUTRO(A). Indicar:
	()	3.10.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> A) NÃO SE APLICA , sendo necessária somente a apresentação de nota fiscal/fatura e certidões de regularidade fiscal e trabalhista, conforme item 3.11.1 (abaixo).
	(x)	B) REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS, para além dos indicados na opção A. Especificar: <i>Entrega dos certificados dos participantes que tenham cumprido a carga horária mínima de acessos as aulas.</i>
3.11 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		<p>3.11.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado na periodicidade indicada no item 3.10.1, mediante apresentação, pela CONTRATADA, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo CONTRATANTE;</p> <p>3.11.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 3.11.1, desde que não haja pendência a ser regularizada;</p> <p>3.11.3 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;</p> <p>3.11.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratual;</p> <p>3.11.5 O CONTRATANTE realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;</p> <p>3.11.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela CONTRATADA, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;</p> <p>3.11.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3.</p> <p>3.11.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao CONTRATANTE, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.</p>
3.12 REAJUSTAMENTO	()	A) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. REGRAS:

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

		<p>➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) INPC/IBGE</p> <p>() B) OUTRO. Indicar:</p> <p>➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração.</p> <p>➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário.</p> <p>➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de execução de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do orçamento estimado pela administração.</p> <p>➤ Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;</p>
	(x)	<p>B) NÃO É CABÍVEL A PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA ORIGINÁRIA DO CONTRATO, dadas as regras de pagamento e a natureza dos serviços.</p> <p>Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência, os preços pactuados serão passíveis de reajustamento, conforme as seguintes regras e condições:</p> <p>➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>(x) A) INPC/IBGE</p> <p>() B) OUTRO. Indicar:</p> <p>➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo total de execução dos serviços contratados.</p> <p>➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de meses decorridos entre a apresentação da proposta de preços e o encerramento do prazo inicial de duração da execução contratual.</p> <p>➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos ao novo período de vigência contratual.</p> <p>➤</p>
3.13 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS	3.13.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	
	(x)	A) NÃO SE APLICA (Não se trata de registro de preços)

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>B) VIGÊNCIA DA ARP:</p> <p>()</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Prazo de vigência da ARP: _____ meses (Limitado a 1 ano) ➤ Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO: <p>() NÃO () SIM (Limitado ao <u>total</u> de vigência da ARP de 2 anos)</p> <p>3.13.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - ESCOLHER UMA OPÇÃO: NÃO APLICÁVEL PARA INEXIGIBILIDADES</p> <p>()</p> <ul style="list-style-type: none"> () 1) _____ meses, contados do recebimento do empenho pela contratada () 2) _____ dias, contados do recebimento do empenho pela contratada () 3) _____ meses, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)* () 4) _____ dias, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)* <p>B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X)</p> <p>(x) Opção 1: 6 meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) Data certa (previsão inicial): ____ de ____ de ____</p> <p>(x) B) Da data da (última) assinatura</p> <p>() Opção 2: _____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) Data certa (previsão inicial): ____ de ____ de ____</p> <p>() B) Da data da (última) assinatura</p> <p>3.13.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(x) A) NÃO SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA</p> <p>() B) SIM, SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA TAL FIM.</p> <p>➤ Justificativa:</p>
<p>3.14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</p>	<p>3.14.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>3.14.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente instrumento, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do Contratante, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;</p> <p>3.14.1.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;</p>


TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>3.14.1.2 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;</p> <p>3.14.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos serviços objeto deste instrumento;</p> <p>3.14.1.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;</p> <p>3.14.1.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;</p> <p>3.14.1.6 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;</p> <p>3.14.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;</p> <p>3.14.1.7.1 A eventual retenção de tributos pelo Contratante não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela Contratada;</p> <p>3.14.1.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;</p> <p>3.14.1.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;</p> <p>3.14.1.10 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;</p> <p>3.14.1.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo Contratante, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de inexigibilidade de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o Contratante;</p> <p>3.14.1.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;</p> <p>3.14.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;</p> <p>3.14.1.14 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.</p>
--	--

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>3.14.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;</p> <p>3.14.1.16 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;</p> <p>3.14.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;</p> <p>3.14.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;</p> <p>3.14.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei 14.133/2021);</p> <p>3.14.1.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei 14.133/2021);</p> <p>3.14.1.21 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;</p> <p>3.14.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <table border="1" data-bbox="435 1310 1511 1601"> <tr> <td data-bbox="435 1310 523 1406">()</td><td data-bbox="523 1310 1511 1406">A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.</td></tr> <tr> <td data-bbox="435 1406 523 1601">(x)</td><td data-bbox="523 1406 1511 1601"> B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: 3.14.2.1 Entrega dos certificados dos participantes que cumprirem 80% de acessos as aulas no mínimo; 3.14.2.2 Disponibilizar as gravações das aulas durante o período de 06/06/2024 a 06/10/2024, na plataforma da empresa. </td></tr> </table>	()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.	(x)	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: 3.14.2.1 Entrega dos certificados dos participantes que cumprirem 80% de acessos as aulas no mínimo; 3.14.2.2 Disponibilizar as gravações das aulas durante o período de 06/06/2024 a 06/10/2024, na plataforma da empresa.
()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.				
(x)	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: 3.14.2.1 Entrega dos certificados dos participantes que cumprirem 80% de acessos as aulas no mínimo; 3.14.2.2 Disponibilizar as gravações das aulas durante o período de 06/06/2024 a 06/10/2024, na plataforma da empresa.				
3.15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	<p>3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>3.15.1.1 Fornecer as informações necessárias para que a Contratada possa executar plenamente o objeto contratado;</p> <p>3.15.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;</p> <p>3.15.1.3 Permitir o acesso da Contratada às instalações físicas do Contratante, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;</p> <p>3.15.1.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;</p> <p>3.15.1.5 Fornecer à Contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando a</p>				

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>execução do objeto atender satisfatoriamente os prazos de execução, entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento.</p> <p>3.15.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:</p> <p>3.15.1.6.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;</p> <p>3.15.1.6.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;</p> <p>3.15.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="434 981 523 1059">()</td> <td data-bbox="523 981 1511 1059">A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.</td> </tr> <tr> <td data-bbox="434 1059 523 1167">(x)</td> <td data-bbox="523 1059 1511 1167">B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: 3.15.2.1 Enviar a lista dos participantes do curso.</td> </tr> </table>	()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.	(x)	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: 3.15.2.1 Enviar a lista dos participantes do curso.
()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.				
(x)	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: 3.15.2.1 Enviar a lista dos participantes do curso.				
<p>3.16 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL</p>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="434 1167 523 1261">(x)</td> <td data-bbox="523 1167 1511 1261">A) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL</td> </tr> <tr> <td data-bbox="434 1261 523 1630">()</td> <td data-bbox="523 1261 1511 1630"> <p>B) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Percentual exigido - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <p>() A) 5% (cinco por cento) () B) OUTRO*. Indicar: _____ % (_____ por cento)</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato. ➤ Justificativa para garantias com percentual superior a 5% (e limitadas a 10%) do valor inicial do contrato: </td> </tr> </table>	(x)	A) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL	()	<p>B) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Percentual exigido - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <p>() A) 5% (cinco por cento) () B) OUTRO*. Indicar: _____ % (_____ por cento)</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato. ➤ Justificativa para garantias com percentual superior a 5% (e limitadas a 10%) do valor inicial do contrato:
(x)	A) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL				
()	<p>B) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Percentual exigido - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <p>() A) 5% (cinco por cento) () B) OUTRO*. Indicar: _____ % (_____ por cento)</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato. ➤ Justificativa para garantias com percentual superior a 5% (e limitadas a 10%) do valor inicial do contrato: 				
<p>3.17 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</p>	<p>CONFORME FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATAÇÃO.</p>				
<p>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO:</p>					
<p>MATRÍCULA: 353.215</p>	<p>NOME DO SERVIDOR: Liliane Formigli Noblat</p>	<p>INSERIR ASSINATURA DIGITAL:</p> <div style="text-align: center;">  <p>Documento assinado digitalmente LILIANE FORMIGLI NOBLAT Data: 01/04/2024 08:55:36-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p> </div>			
<p>UNIDADE ADMINISTRATIVA: Coordenação Administrativa do CEAF</p>					

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

APENSO I

TABELA INDICATIVA DOS ITENS DE SERVIÇO A SEREM CONTRATADOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Código do item de serviço, com descrição
1	Realização de curso Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota, ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para 35 (trinta e cinco) participantes.	Unidade	01	21172 - Treinamento Qualificação Profissional

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

APENSO II

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

RAZÃO SOCIAL (PJ) ou NOME (PF): Paula Sthefani de Carli Ltda		
NOME FANTASIA (PJ): Politalks – Consultoria Avançada		CNPJ / CPF: 42.921.701/0001-03
ENDEREÇO: Rua Coronel André Belo, 728 – Menino Deus		
MUNICÍPIO: Porto Alegre	UF: RS	CEP: 90.110-020
REPRESENTANTE LEGAL (NOME E FUNÇÃO): Paula Sthefani de Carli Ltda		CPF: 093.902.169-23

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

APENSO III – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

Não se aplica.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL:

Em atendimento ao Despacho CEACC 1009923, encaminhado TR ajustado (doc. 1011164) e Certificado do FGTS atualizado (doc. 1010708).



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** em 27/20/32304, s 2à12: 4con9rme f to AormatiNb nv 20° 4 de 75 de Dezembro de 3232 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código Verificador **1011166** e o código CRC **173AB6CA**.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 42.921.701/0001-03
Razão Social: PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA
Nome Fantasia: POLITALKS - CONSULTORIA AVANCADA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 21/02/2025
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	19/08/2024	Automática
FGTS	Validade:	18/04/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	20/08/2024	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	21/04/2024
Receita Municipal	Validade:	23/03/2024 (*)

Emitido em: 01/04/2024 09:54

CPF: 008.XXX.XXX-05 Nome: CLARISSA CUMMING FARANI FERNANDES

Ass: _____

1 de 1



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 42.921.701/0001-03
Razão Social: PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA
Nome Fantasia: POLITALKS - CONSULTORIA AVANCADA
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: [REDACTED] Participação Societária: 100,00%
Nome: PAULA STHEFANI DE CARLI
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: 23/01/1999
Filiação Materna: LEDI DE CARLI
Estado Civil:
CEP: 90.110-020
Endereço: RUA CORONEL ANDRE BELO, 728 - MENINO DEUS
Município / UF: Porto Alegre / Rio Grande do Sul
Telefone: (51) 96926785
E-mail:



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 01/04/2024 09:49:05

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA**
CNPJ: **42.921.701/0001-03**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **PAULA STHEFANI DE CARLI**

CPF/CNPJ:



O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:52:10 do dia 01/04/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: DQTD010424095210

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (01/04/2024 às 09:57) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 660A.AF40.5EFB.2256 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado:

LIMPAR

Data da consulta: 01/04/2024 09:59:12

Data da última atualização: 03/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 03/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 03/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 03/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 03/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica
CPF/CNPJ: 42921701000103
Tipo de Suspensao: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Juridica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: ██████████
Tipo de Suspensao: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

Voltar





PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO GERAL NEGATIVA DE DÉBITOS

Esta certidão é válida até: **01/05/2024**

Nome: PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA

CNPJ: 42.921.701/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer créditos que vierem a ser apurados, é certificado que, para o contribuinte acima especificado não constam débitos vencidos, lançados até 22 de março de 2024.

Certidão emitida em 01/04/2024 às 10:20:58, conforme Decreto 14.560 e Instrução Normativa SMF 04/2003.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf>), informando **CNPJ: 42.921.701/0001-03** e o código de autenticidade **7C1ABE5315E0**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que as certidões de regularidade fiscal federal, estadual, municipal, do FGTS e trabalhista da empresa pretensa contratada, **POLITAKS- CONSULTORIA AVANÇADA**, CNPJ nº. 42.921.701/0001-03., encontram-se válidas, bem assim que inexistem registros de aplicação de sanções administrativas de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública da referida empresa, ou de seu (s) sócio (s) majoritário, conforme documento anexo.

Ressaltamos, ademais, que, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Oportunamente, procedo com a juntada das certidões atualizadas de regularidade fiscal municipal e do FGTS, considerando que na pesquisa realizada perante o SICAF (doc.1011725), a validade destas certidões já esgotaram o seu prazo de validade/ a validade se encontra próxima do vencimento.

Thalita Brito Caldas
Assistente Técnico-Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Mat.354.181



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** em 27/20/32304, s 7àt 34con5orme f to AormatiNb nv 20° 4de 7à de Dezembro de 3232 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código Verificador **1011725** e o código CRC **E18B5F24**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Trata-se de procedimento de inexigibilidade de licitação, **instruído com fundamento no regime jurídico da lei Federal nº 14.133/2021 da Lei Estadual/BA nº 14.634/2023**, encaminhado pelo CEAF, visando à prestação de serviços de Capacitação do Promotores de Justiça e Assessores com atribuição eleitoral, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda - DFD (doc 1009029).

Registramos que, após análise da devolutiva da unidade acerca da quanto solicitado no despacho desta Coordenação de nº 1009923, solicitamos o seguinte:

Em detida análise do processo de inexigibilidade, observamos que o DFD utilizado trata-se de versão anterior à disponível na base de conhecimento do SEI. Assim, indicamos a atualização do referido formulário, bem como a reavaliação acerca da necessidade de minuta contratual considerando o parecer de nº 151/2024 exarado pela Assessoria Técnico-Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa deste Ministério público. Neste sentido, em caso de alteração na formalização da contratação, solicitamos a respectiva alteração no Termo de Referência, inclusive que no item 3.13.1 seja excluído a expressão "não aplicável para inexigibilidades";

Orientamos, ainda, que **os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Após a realização dos ajustes indicados, retornem para as providências de praxe.

Thalita Brito Caldas
Assistente Técnico-Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Mat.354.181



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** em 27/27/020734s , 7213con:orme 5to f ormatiAo nN27v3de , ° de Dezembro de 0202 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código Atribuidor **1011855** e o código CRC **FD7E42E1**.



PARECER

Procedimento SEI n.º:	19.09.02328.0007283/2024-47
Interessado(a):	Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Espécie:	Consulta Jurídica

EMENTA: CONSULTA JURÍDICA. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. INEXIGIBILIDADE. INSTRUMENTO CONTRATUAL. ART. 95, LEI N.º 14.133/2021. INTERPRETAÇÃO. PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA, ECONOMICIDADE, DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, PROPORCIONALIDADE, RAZOABILIDADE, INTERESSE PÚBLICO. I. Considerando os princípios constitucionais da eficiência, da economicidade e da duração razoável do processo, bem como os princípios infraconstitucionais da celeridade, proporcionalidade e razoabilidade, opina-se pela não obrigatoriedade do instrumento contratual nas contratações diretas, mediante inexigibilidade de licitação, cujos valores sejam inferiores aos limites para a dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II).

PARECER Nº. 151/2024

I - RELATÓRIO

A **Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações (DCCL)** formula **Consulta Jurídica** com a seguinte indagação:

É possível dispensar a exigência de instrumento formal de contrato nas hipóteses de Inexigibilidade de Licitação previstas no inciso II do artigo 18 do Ato Normativo nº 004/2024?

É o breve relatório.

II - FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente opinativo se enquadra na classificação de "parecer facultativo", em decorrência da ausência de obrigatoriedade legal na sua confecção.

Cumprе ressaltar, ainda, que o órgão de assessoramento jurídico não pratica ato de gestão, nem aprecia elementos pertinentes à discricionariedade do gestor, não adentrando à conveniência e à oportunidade dos atos, assim como não interfere em aspectos técnicos do objeto sob responsabilidade de outros agentes e setores da Administração.

Postas tais considerações preliminares, passa-se à análise do mérito.

Antes de analisar o objeto da consulta sob o regime jurídico da Lei n.º 14.133/2021, nos parece relevante mencionar o tratamento dado ao tema pelo regime jurídico anterior.

Na Lei Estadual n.º 9.433/2005, o tema era tratado da seguinte forma:

Art. 82 Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até quinze dias contados da data da celebração do ajuste, poderão ser dispensados:

I – o critério de reajuste;

II – a atualização financeira a que se refere a alínea "c" do inciso XI do art. 79 desta Lei, correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias.

Art. 132 O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de **concorrência** e de **tomada de preços**, bem como nas **dispensas, inexigibilidades e pregão cujos preços estejam compreendidos nos limites daquelas modalidades de licitação**, e **facultativo** nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 1º A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.

§ 2º Na "carta-contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 126 desta Lei.

§ 3º É **dispensável** o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e **independentemente de seu valor, nos casos de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, das quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.**

Destrinchando o art. 82 da Lei Estadual nº. 9.433/2005, verifica-se, inicialmente, que a expressão "*compra*" era definida, no art. 8º, inciso III, como sendo toda aquisição remunerada de bens para fornecimentos de uma só vez ou parceladamente.

Por sua vez, a redação do art. 82 da Lei Estadual nº. 9.433/2005 definia que a "*compra para entrega imediata*" era aquela cujo prazo de entrega não ultrapassasse 15 (quinze) dias, contados da data da celebração do ajuste. O legislador estadual, nesse ponto, optou por considerar prazo distinto daquele previsto pelo legislador federal, já que o art. 40, § 3º, da Lei nº. 8.666/93 dispunha que a entrega imediata era aquela prevista para ocorrer em até 30 (trinta) dias da data prevista para apresentação da proposta.

A expressão "*ajuste*", também prevista no art. 82 da Lei Estadual nº. 9.433/2005, deveria ser entendida como sinônimo de "*contrato*". Dessa forma, para fins de contratação, a compra para entrega imediata era aquela cujo prazo não ultrapassasse 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento, pelo licitante vencedor, da nota de empenho (ou instrumento equivalente), momento em que o fornecedor toma conhecimento do pedido da Administração.

Decorria da redação do art. 132, *caput*, da Lei Estadual nº. 9.433/2005, que o legislador havia tornado obrigatório o instrumento contratual nas hipóteses em que a contratação fosse proveniente de licitação na modalidade "*concorrência*" ou "*tomada de preços*".

De acordo com o art. 50, inciso I e § 1º, da Lei Estadual nº. 9.433/2005, a "*concorrência*" era a modalidade de licitação que se fazia pelo chamamento universal de quaisquer interessados que comprovassem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução do seu objeto. Essa modalidade podia ser utilizada para registro de preços (art. 33, § 2º), alienação de imóveis (art. 34, I), concessão de direito real de uso (art. 44), dentre outras hipóteses legais.

Além das hipóteses em que a lei, expressamente, previa a utilização da modalidade "*concorrência*", independentemente do valor, o art. 55 da Lei Estadual nº. 9.433/2005 definia que as modalidades licitatórias observariam os limites fixados por ato expedido pela Administração.

Por exemplo, era obrigatória a realização de licitação na modalidade "*concorrência*" sempre que o valor da contratação ultrapassasse o valor de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), quando se tratasse de obra e serviço de engenharia e quando ultrapassar o valor de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais), para compras e serviços que não fossem de engenharia, conforme Decreto Estadual nº. 18.489/2018.

Já a licitação na modalidade "*tomada de preços*", de acordo com o art. 50, § 2º, era aquela realizada entre interessados devidamente cadastrados ou que provem perante a comissão, na data da abertura da licitação, que atendessem a todas as condições exigidas no edital para habilitação, observada a necessária qualificação e permitida a exigência de documentação comprobatória da capacidade técnica e operacional específica do licitante.

Por exemplo, era obrigatória a licitação na modalidade "*tomada de preços*", quando a contratação tivesse valor acima de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) e menor ou igual ao valor de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; e valor acima de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) e menor ou igual ao valor de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais), para compras e serviços que não fossem de engenharia.

É importante ressaltar que o art. 53, § 1º, da Lei Estadual nº. 9.433/2005, permitia que, mesmo nas contratações em que o valor fosse inferior aos limites supramencionados, a Administração se utilizasse da modalidade de licitação considerada mais complexa, razão pela qual, optando a Administração Pública pela realização da concorrência ou tomada de preços, deveria haver instrumento contratual, ainda que o valor fosse inferior aos limites das respectivas modalidades licitatórias.

Em seguida, o art. 132, *caput*, definia que o instrumento de contrato também seria obrigatório nas dispensas, inexigibilidades e pregão cujos preços estivessem compreendidos nos limites daquelas modalidades de licitação, vale dizer, concorrência e tomada de preços.

Dessa forma, diferentemente da primeira parte do art. 132, *caput*, essa segunda parte somente obrigava o instrumento contratual nas hipóteses em que os valores dos procedimentos administrativos de dispensa e inexigibilidade, ou da realização de licitação na modalidade "pregão" estivessem compreendidos nos limites daquelas modalidades de licitação.

Considerando, assim, que o limite da modalidade "*tomada de preços*" era menor do que o da modalidade "*concorrência*", era possível concluir que o instrumento contratual seria obrigatório nas hipóteses em que **a dispensa, a inexigibilidade ou a licitação na modalidade "pregão"** tivessem valor acima de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) para compras e serviços que não fossem de engenharia e valor acima de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) para obras e serviços de engenharia.

Nas demais hipóteses, a redação do art. 132, *caput*, **tornava facultativo** o instrumento contratual, podendo a Administração Pública substituí-lo por outros instrumentos equivalentes. Ou seja, caso o processo de contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, tivesse valor menor do que R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), o instrumento contratual era facultativo.

A seu turno, o art. 132, § 3º, da Lei Estadual nº. 9.433/2005, também dispensava o "termo de contrato", que nada mais é do que o próprio instrumento contratual, facultando a substituição por outros instrumentos equivalentes, a critério da Administração e independentemente do seu valor, nos casos de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, das quais não resultassem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

O Tribunal de Contas da União emitiu o seguinte enunciado acerca do tema:

Enunciado: É possível a formalização de contratação de fornecimento de bens para entrega imediata e integral, da qual não resulte obrigações futuras, por meio de nota de empenho, independentemente do valor ou da modalidade licitatória adotada, nos termos do art. 62, § 4º, da Lei 8.666/1993 e à luz dos princípios da eficiência e da racionalidade administrativa. Entende-se por “entrega imediata” aquela que ocorrer em até trinta dias a partir do pedido formal de fornecimento feito pela Administração, que deve ocorrer por meio da emissão da nota de empenho, desde que a proposta esteja válida na ocasião da solicitação.

A questão era mais complicada quando se tratasse de licitação na modalidade “pregão”. O entendimento era de que, se a licitação na modalidade “pregão” tivesse valor acima de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) para compras e serviços que não fossem de engenharia e valor acima de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) para obras e serviços de engenharia, deveria ser exigido o instrumento contratual.

Esse entendimento era o que melhor se harmonizava às exigências de desburocratização, eficiência, racionalidade, com as exigências legais e de atendimento aos princípios da segurança jurídica e da transparência, bem como da melhor gestão dos contratos administrativos.

Pois bem.

A Lei 14.133/2021 adotou regime jurídico ligeiramente diverso:

Art. 95. O instrumento de contrato é **obrigatório**, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

Como se pode notar, o dispositivo legal supratranscrito não mencionou a inexigibilidade de licitação. Dessa forma, em princípio, caso se adote uma interpretação meramente literal, seria obrigatório o instrumento de contrato em todas as contratações diretas, mediante inexigibilidade de licitação, desde que não se tratasse de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultassem obrigações futuras.

A título exemplificativo, o instrumento de contrato seria obrigatório na hipótese de contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (art. 74, III, “f”), ainda que o valor fosse ínfimo.

Essa interpretação literal, contudo, nos parece que vai na contramão da base de princípios prevista na Constituição Federal de 1988 e na própria Lei n.º 14.133/2021. Vejamos o que dispõe o seu art. 5º:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, **da eficiência**, do **interesse público**, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, **da razoabilidade**, da competitividade, **da proporcionalidade**, **da celeridade**, **da economicidade** e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

Assim estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Sobre o princípio da **boa administração**, leciona Celso Antônio Bandeira de Mello:

O fato é que o **princípio da eficiência** não parece ser mais do que uma faceta de um princípio mais amplo já superiormente tratado, de há muito, no Direito italiano: o princípio da “boa administração”. Este último significa, como resulta das lições de Guido Falzone, em desenvolver a atividade administrativa “do modo mais congruente, mais oportuno e mais adequado aos fins a serem alcançados, graças à escolha dos meios e da ocasião de utilizá-los, concebíveis como os mais idôneos para tanto.” Tal dever como assinala Falzone, “não se põe simplesmente como um dever ético ou como mera aspiração deontológica, senão como um dever atual e estritamente jurídico”. (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 29 ed. São Paulo: Malheiros. 2012, p. 125).

Fernanda Marinela, por sua vez, sobre o princípio constitucional da **eficiência**, dispõe que:

A eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. Consiste na busca de resultados práticos de produtividade, da economicidade, com a consequente **redução de desperdícios do dinheiro público** e rendimentos típicos da iniciativa privada, sendo que, nessa situação, **o lucro é do povo; quem ganha é o bem comum**. (MARINELA, Fernanda. *Manual de direito administrativo*. 15 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2021, p. 73).

Por se tratar de um princípio constitucional, é oportuno destacar a denominada força normativa da Constituição, como bem salienta Luís Roberto Barroso:

Uma das grandes mudanças de paradigma ocorridas ao longo do século XX foi a atribuição à norma constitucional do status de norma jurídica. Superou-se, assim, o modelo que vigorou na Europa até meados do século XIX, no qual a Constituição era vista como um documento essencialmente político, um convite à atuação dos Poderes Públicos. A concretização de suas propostas ficava invariavelmente condicionada à liberdade de conformação do legislador ou à discricionariedade do administrador. Ao Judiciário não se reconhecia qualquer papel relevante na realização do conteúdo da Constituição. [...] Atualmente, passou a ser premissa do estudo da Constituição o reconhecimento de sua força normativa, do caráter vinculativo e obrigatório de suas disposições. (BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 296).

A norma constitucional, portanto, assim como as demais normas jurídicas, é dotada de imperatividade, cabendo ao intérprete analisar as normas infraconstitucionais à luz da Carta Magna. Nessa esteira, o princípio constitucional da eficiência impõe que a Administração Pública, na aplicação do direito, se preocupe com o não desperdício de dinheiro público; com os denominados custos de transação; e com a ponderação entre o ônus indicado pelo texto legal e o seu benefício para o interesse público.

Nada obstante, outro princípio constitucional se aplica ao caso, que é o princípio da **economicidade**, previsto expressamente no art. 70, da Lei Maior:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, **economicidade**, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Vejamos o que leciona a doutrina a respeito de tal princípio:

Implica na eficiência na gestão financeira e na execução orçamentária, consubstanciadas na **minimização de custos e gastos públicos** e na **maximização da receita e da arrecadação**. É a justa adequação e equilíbrio entre as duas vertentes das finanças públicas. [...] Esse princípio implica na adequação entre receita e despesa, de modo que o cidadão não seja obrigado a fazer mais sacrifício e pagar mais impostos para obter bens e serviços que estão disponíveis no mercado a menor preço. (LEITE, Harrison. *Manual de direito financeiro*. 12 ed. Salvador: Ed. Juspodivm, 2023, p. 191).

É evidente que a obrigatoriedade de instrumento contratual, mesmo em contratações de baixa complexidade e/ou pequeno valor envolve gasto público, pois demanda o trabalho intelectual adicional dos agentes públicos responsáveis por sua elaboração, o que, por consequência, considerando que o regime anterior não previa tal obrigatoriedade, possivelmente, demandaria a contratação de novos agentes públicos, gerando mais gasto público.

Ademais, é lícito mencionar o direito fundamental constitucional à **duração razoável do processo**, também aplicável em âmbito administrativo:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Em âmbito infraconstitucional, além de a própria Lei nº 14.133/2021 prever o princípio da **celeridade**, a Lei Estadual nº. 12.209/2011 também o faz:

Art. 3º - A Administração Pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, **celeridade**, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, devido processo legal e ampla defesa, segurança jurídica, oficialidade, verdade material, gratuidade e, quando cabível, da instrumentalidade das formas.

Caso se aplique a interpretação literal do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, resta evidente que a obrigatoriedade do instrumento contratual tornará o processo de inexigibilidade de licitação, ainda que de baixa complexidade e baixo valor, mais burocrático e demorado, também em prejuízo ao interesse público.

De igual modo, a interpretação literal do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 vai na contramão da aplicação dos princípios da **razoabilidade e proporcionalidade**. O princípio da proporcionalidade exige que a medida seja adequada, necessária e proporcional (em sentido estrito) para que seja válida.

A adequação exige que o meio escolhido seja adequado para alcançar o fim visado. Nesse ponto, a alteração do regime jurídico contratual, mediante lei, se mostra adequada para alcançar a finalidade almejada, qual seja, a segurança jurídica contratual.

A necessidade significa que o meio escolhido deve ser necessário para obter o fim visado, sendo vedado o excesso. Mais uma vez, a alteração, mediante lei (meio escolhido), se mostra necessária para alcançar a finalidade, não havendo outro meio "menos gravoso" para atender aos interesses legítimos do Poder Legislativo.

Por fim, a proporcionalidade em sentido estrito é assim destacada pela doutrina:

Quanto à proporcionalidade em sentido estrito, esse vetor também é conhecido como ponderação. A ponderação nada mais é do que a aplicação prática da máxima parcial da proporcionalidade em sentido estrito e significa que o meio escolhido deve ser ponderado, sopesado, balanceado com o fim que se busca. Trata-se, em última análise, da avaliação da relação **custo-benefício, não podendo o custo ser superior ao benefício visado para que o ato seja considerado proporcional**. (BRAGA, Francisco. *Direito constitucional grifado*. 3 ed. São Paulo: Editora JusPodivm, 2023, p. 126).

No caso concreto, o meio escolhido (lei obrigando o instrumento contratual para as hipóteses de inexigibilidade) deve ser ponderado com a finalidade almejada (maior segurança jurídica contratual). Nesse aspecto, nos parece que o custo de se passar a elaborar instrumentos contratuais para (quase) todas as hipóteses de inexigibilidade de licitação supera os benefícios visados pela norma, que, aparentemente, seria o de conferir maior segurança jurídica contratual.

Isso porque, ao promover a ponderação entre a segurança jurídica contratual e todos os demais princípios constitucionais e infraconstitucionais aludidos, o custo supera, em muito, o suposto benefício gerado pela obrigatoriedade de instrumento contratual.

O entendimento ora defendido já foi adotado pela Advocacia-Geral da União, conforme orientação normativa nº 21/2022:

DESPACHO N. 051/2022/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 01 DE JUNHO DE 2022.

Referências: NOTA nº 199/2022/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU e DESPACHO n. 00046/2022/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU.

O inciso II do art. 18 do Ato Normativo n.º 004/2024 prevê o seguinte:

Art. 18. Será dispensável a análise jurídica dos procedimentos de contratação direta nas seguintes hipóteses:

I – dispensas de pequeno valor, com fundamento no art. 75, incisos I, e II, da Lei Federal nº 14.133/21, salvo se houver previsão de celebração de contrato não padronizado, ou nas hipóteses em que o gestor tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade do procedimento;

II – inexistibilidades fundadas no art. 74 da Lei Federal nº 14.133/21, relacionadas às demandas de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal e assinaturas de jornais, revistas e/ou periódicos especializados, em formato impresso ou digital, além de ferramentas de pesquisas, tais como plataformas de banco de preços, catálogos de materiais, doutrina jurídica, entre outros, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos no art. 75, inciso II, salvo se houver celebração de contrato não padronizado, ou nas hipóteses em que o gestor tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade do procedimento.

Como se pode notar, a previsão normativa se dá, apenas, para algumas hipóteses de contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, o que nos parece insuficiente. Dessa forma, esta Assessoria Técnico-Jurídica se posiciona no sentido da não obrigatoriedade do instrumento contratual nas contratações diretas, mediante inexigibilidade de licitação, cujos valores sejam inferiores aos limites para a dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II).

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Assessoria Técnico-Jurídica opina no sentido da não obrigatoriedade do instrumento contratual nas contratações diretas, mediante inexigibilidade de licitação, cujos valores sejam inferiores aos limites para a dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II).

É o parecer, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação. Em seguida, que seja comunicada a consultante.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

Bel^a. Maria Paula Simões Silva

Assessora de Gabinete/SGA

Matrícula nº. 355.047

Bel. Eduardo Loula Novais de Paula

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Matrícula nº. 353.707



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 19/03/2024, às 18:53, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 20/03/2024, às 18:18, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 0999909 e o código CRC BFBF962.

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO	
1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO	INDICAÇÃO DO ITEM (SE ÚNICO) OU FAMÍLIA (SE MÚLTIPLOS): Realização de curso Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para 35 (trinta e cinco) participantes do MPBA.
1.2 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO DEFINIDO</u>	O quantitativo de 35 participantes do curso foi estabelecido pela Unidade de Fomento à Pesquisa, do Centro de Estudos do MPBA, tendo como base o grupo de pesquisa existente na referida Unidade, com foco em Direito Eleitoral.
1.3 NATUREZA DO OBJETO	<div> <input checked="" type="checkbox"/> A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO </div> <div> <input type="checkbox"/> B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA </div> <div> <input type="checkbox"/> C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <input type="checkbox"/> D.1) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA <input type="checkbox"/> D.2) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO) <input type="checkbox"/> D.3) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR POSTOS DE SERVIÇOS <input type="checkbox"/> D.4) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO) </div> <div> <input type="checkbox"/> D) OUTRO(S). Especificar: </div>
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>SERVIÇOS CONTINUADOS</u>	<div> <input checked="" type="checkbox"/> A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços continuados) </div> <div> <input type="checkbox"/> B) JUSTIFICATIVA: </div>
1.5 JUSTIFICATIVA: <u>ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA</u>	<div> <input checked="" type="checkbox"/> A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços de engenharia) </div> <div> <input type="checkbox"/> B) SERVIÇO(S) ENQUADRADO(S) COMO “SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA” ➤ FUNDAMENTAÇÃO: ➤ ITENS APLICÁVEIS - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO: <input type="checkbox"/> A) TODOS OS ITENS <input type="checkbox"/> B) PARTE DOS ITENS: </div>
1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	Com o avanço das atividades do Grupos de Estudo Eleitoral do MPBA, a UFPCI, em diálogo com o líder, Dr. Millen Castro Medeiros de Mouro, que também coordena do Núcleo de Apoio Eleitoral do MPBA (NUEL), identificou a necessidade de prestar suporte especializado aos seus integrantes, com vistas a qualificar as atividades de investigação de ilícitos eleitorais praticados em ambiente

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>digital.</p> <p>Portanto, acredita-se que seja crucial a contratação de colaboradores especializados em Direito Eleitoral Digital, para que preste instrutoria especializada ao Grupo, composto majoritariamente de promotores de justiça e assessores com atribuição eleitoral, elevando a qualidade do trabalho que estejam realizando.</p> <p>Como se depreende da proposta apresentada, as questões relacionadas à tecnologia permeiam cada vez mais as atribuições do Ministério Público. Ainda que o processo não diga respeito, de forma direta, à tecnologia, nota-se que as provas, álibis, quebras de sigilo e outras situações relacionadas ao cerne da discussão jurídica perpassam pelos meios tecnológicos, exigindo-se do Ministério Público uma atuação cada vez mais consentânea com essa realidade.</p> <p>Dessa maneira, sobretudo considerando-se a Política Nacional de Segurança da Informação, Decreto 9.637/2018, alterada pelo Decreto 10.641/2021, bem como a Resolução n. 396/2021 do CNJ, que criou a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário, é imprescindível que os membros do Ministério Público sejam permanentemente capacitados sobre as questões que envolvam a tecnologia como ferramenta para o exercício pleno de suas atribuições, notadamente quando relacionadas às eleições.</p> <p>O curso em questão tem por finalidade apresentar aos participantes os conceitos fundamentais sobre tecnologia, mídias sociais, infraestrutura de tecnologia da internet para localização de infratores e remoção de conteúdo, bem como a legislação e jurisprudência sobre o direito digital e produção de provas, por meio de um enfoque da aplicação desses conhecimentos no Direito Eleitoral, utilizando-se de casos concretos e ferramentas gratuitas de análise, de modo a capacitar os participantes para atuação no direito contemporâneo e, em especial, para as eleições de 2024.</p> <p>Atualmente, os profissionais que atuam em processos que envolvam direito digital sentem-se inseguros e ansiosos por não conhecerem conceitos básicos e essenciais sobre tecnologia exigidos para execução dessas atividades. Seja na vida profissional ou pessoal, entender sobre tecnologia passou a ser requisito básico para a vida em uma sociedade hiperconectada, sobretudo para os operadores do Direito, por ser a Justiça a responsável por pacificar as relações nas eleições. Contudo, o desafio atual desses profissionais é ter que dizer o direito no caso concreto, mesmo quando desconhecem por completo as regras do novo ambiente, agora chamado de ciberespaço.</p> <p>Justifica-se, também, o presente curso, em razão dos ataques digitais às redes de vários órgãos públicos de todas as esferas, como os recentes acontecimentos ocorridos contra o STF, STJ, TJRS e Senado Federal, bem como aos demais serviços públicos brasileiros, sem olvidar dos riscos aos computadores pessoais das autoridades e servidores públicos que, de forma direta ou indireta, trazem riscos para a infraestrutura protegida do órgão de sua lotação, ataques esses que serão a cada dia mais comuns, sendo essencial que haja uma preparação não apenas da equipe de tecnologia, mas, também, de todos os usuários internos dos serviços oferecidos pela Justiça brasileira</p> <p>Nesse sentido, a expertise desses colaboradores externos torna-se fundamental para, como dito anteriormente, qualificar os estudos e atividades práticas, que se asseverarão no período das eleições 2024, mas também para garantir que o MP promova aperfeiçoamento de membros e servidores e explorando plenamente o potencial de construção de conhecimento que as atividades de estudos especializados podem oferecer.</p>
<p>1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO</p>	<p>Cuida-se de prestação de serviços de realização de Curso de Direito Eleitoral digital, visando a capacitação de 35 Membros e Servidores do MPBA, que possuem atribuição eleitoral, integrantes do grupo de estudos do Centro de Estudos.</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>O objeto compreende a execução dos serviços por meio de aulas transmitidas ao vivo, via plataforma da empresa contrata, com gravação a ser disponibilizada pelo período de 4 meses no mínimo, com carga horária total de 20 horas/aula, distribuídas por 5 encontros ao longo de 1 semana, durante o horário de 18h às 22h, com previsão de início para mês de maio de 2024.</p> <p>A solução atende às necessidades da Instituição tendo em vista as constantes evoluções tecnológicas, a proximidade de novo processo eleitoral em 2024 e o aprimoramento de conhecimentos da área eleitoral.</p>						
2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR							
<p>2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO ENQUADRAMENTO COMO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</p>	<p>2.1.1 BASE LEGAL – <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u>:</p> <p>() A) Artigo 74, caput da Lei Federal nº 14.133/2021</p> <p>() B) Artigo 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21</p> <p>() C) Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021</p> <p>(x) D) Artigo 74, inciso III, alínea f da Lei Federal nº 14.133/2021</p> <p>() E) Artigo 74, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021</p> <p>() F) Artigo 74, inciso V da Lei Federal nº14.133/2021</p> <p>2.1.2 JUSTIFICATIVA PARA A INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO:</p> <p>Trata-se de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de serviço técnico profissional especializado relativo à realização de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, que será executado por profissional técnico e de notória especialização comprovada, instrutor Alexandre Basílio, que é um dos maiores especialistas em Direito Digital do país, atuante no mercado de cursos e palestras para Órgãos Públicos.</p>						
<p>2.2 CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO</p>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="435 1391 523 1603">(x)</td><td data-bbox="523 1391 1511 1603"> <p>A) JURÍDICA – <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u>:</p> <p>(x) A.1) DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA (Cartão CNPJ e ato constitutivo);</p> <p>() A.2) DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA (Documento oficial de identificação pessoal e cartão CPF, caso esta numeração não conste no primeiro)</p> </td></tr> <tr> <td data-bbox="435 1603 523 2007">(x)</td><td data-bbox="523 1603 1511 2007"> <p>B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar:</p> <p>B.1) Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS;</p> <p>B.2) Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia;</p> <p>B.3) Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – caso não seja Bahia;</p> <p>B.4) Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado;</p> <p>B.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica);</p> <p>B.6) Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica);</p> </td></tr> <tr> <td data-bbox="435 2007 523 2098">()</td><td data-bbox="523 2007 1511 2098"> <p>C) TÉCNICA (FACULTATIVO):</p> </td></tr> </table>	(x)	<p>A) JURÍDICA – <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u>:</p> <p>(x) A.1) DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA (Cartão CNPJ e ato constitutivo);</p> <p>() A.2) DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA (Documento oficial de identificação pessoal e cartão CPF, caso esta numeração não conste no primeiro)</p>	(x)	<p>B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar:</p> <p>B.1) Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS;</p> <p>B.2) Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia;</p> <p>B.3) Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – caso não seja Bahia;</p> <p>B.4) Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado;</p> <p>B.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica);</p> <p>B.6) Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica);</p>	()	<p>C) TÉCNICA (FACULTATIVO):</p>
(x)	<p>A) JURÍDICA – <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u>:</p> <p>(x) A.1) DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA (Cartão CNPJ e ato constitutivo);</p> <p>() A.2) DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA (Documento oficial de identificação pessoal e cartão CPF, caso esta numeração não conste no primeiro)</p>						
(x)	<p>B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar:</p> <p>B.1) Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS;</p> <p>B.2) Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia;</p> <p>B.3) Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – caso não seja Bahia;</p> <p>B.4) Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado;</p> <p>B.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica);</p> <p>B.6) Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica);</p>						
()	<p>C) TÉCNICA (FACULTATIVO):</p>						

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	()	<p>D) ECONÔMICO-FINANCEIRA (FACULTATIVO):</p> <p>() D.1) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA</p> <p>() D.2) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, COM INDICAÇÃO DE ÍNDICES. ESPECIFICAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Justificar opção “D.2” (Em caso positivo): ➤ ÍNDICES CONTÁBEIS APLICÁVEIS – ESCOLHER QUANTOS CABÍVEIS: <ul style="list-style-type: none"> () 1. Liquidez Corrente (ILC), que deverá ser: <div style="display: flex; justify-content: space-around; width: 100%;"> () Maior que 01 (um) () Outro. Indicar: </div> () 2. Liquidez Geral (LG), que deverá ser: <div style="display: flex; justify-content: space-around; width: 100%;"> () Maior que 01 (um) () Outro. Indicar: </div> () 3. Solvência Geral (SG), que deverá ser: <div style="display: flex; justify-content: space-around; width: 100%;"> () Maior que 01 (um) () Outro. Indicar: </div> () 4. Outro. Indicar: <p>() D.3) DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL, igual ou superior a _____ % do valor da inexigibilidade de licitação (limite legal: 10%);</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Justificar opção “D.3” (Em caso positivo):
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO		
3.1 REGIME DE EXECUÇÃO	()	A) EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
	(x)	B) EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
	()	C) OUTRO. Indicar:
3.2 RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO		<ul style="list-style-type: none"> ➤ PRAZO: 2 dias. Contagem – <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> (x) Úteis () Corridos <p>3.2.1. Prazo contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.</p> <p>3.2.2. As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).</p> <p>3.2.3. A Contratada poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.</p>
3.3 FORMA DE EXECUÇÃO		<ul style="list-style-type: none"> ➤ LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO: Modalidade remota, transmissão ao vivo com gravação, via plataforma da empresa. ➤ DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <p style="margin-left: 20px;">() A) NÃO SE APLICA</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>(x) B REGRAS: O curso será realizado durante os dias 20, 21, 22, 23 e 27/05/2024, das 18h às 22h (horário de Brasília).</p> <p>➤ DEMAIS REGRAS DE <u>EXECUÇÃO DO CONTRATO</u> :</p> <p>O curso será ministrado pelo instrutor Alexandre Basílio Coura, transmitido ao vivo com gravação, pela plataforma da contratada, que ficará disponível do dia 06/06 a 06/10/2024 para os participantes.</p>										
<p>3.4 PRAZO(S) DE EXECUÇÃO</p>	<p>(x)</p>	<p>A) REGRAS (SUGESTÃO):</p> <p>➤ PRAZO(S) DE EXECUÇÃO – INDIVIDUALIZAR POR SERVIÇO:</p> <table border="1" data-bbox="598 835 1455 1010"> <thead> <tr> <th>SERVIÇO</th> <th>PRAZO EM DIAS</th> <th>CONTAGEM</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Realização do curso</td> <td>60</td> <td>() Úteis (x) Corridos</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>() Úteis () Corridos</td> </tr> </tbody> </table> <p>➤ PRAZO(S) CONTADO A PARTIR DE - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u>:</p> <p>(x) A RECEBIMENTO DO EMPENHO PELO FORNECEDOR (REGRA GERAL)</p> <p>() B OUTRO – Informar:</p> <p>➤ PRAZO PARA FINALIZAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS (SE HOUVER):</p> <p>➤ ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO(S) PRAZO(S) DE EXECUÇÃO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u>:</p> <p>() A NÃO</p> <p>(x) B SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de execução consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato aceito pela Instituição.</p>	SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM	Realização do curso	60	() Úteis (x) Corridos			() Úteis () Corridos
SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM									
Realização do curso	60	() Úteis (x) Corridos									
		() Úteis () Corridos									
	<p>()</p>	<p>B) REGRAS (DEFINIDAS PELA UNIDADE SOLICITANTE):</p>									
	<p>()</p>	<p>C) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO III - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)</p>									
<p>3.5 REGRAS DE GARANTIA</p>	<p>(x)</p>	<p>A) NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APLICÁVEL AO OBJETO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA ACESSÓRIA</p>									
	<p>()</p>	<p>B) GARANTIA <u>LEGAL</u> PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR</p>									
	<p>()</p>	<p>C) GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS</p> <p>➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:</p>									

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	()	<p>D) HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA)</p> <p>➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:</p> <p>➤ INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) – Indicar o número correspondente ao item na tabela do APENSO I:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ GARANTIA LEGAL: ○ GARANTIA CONTRATADA:
	()	<p>E) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO III - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)</p>

3.5.1 REGRAS DA GARANTIA CONTRATADA (Somente para opções C ou D):

➤ **EXECUTOR DA GARANTIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:**

() A) CONTRATADO (REGRA GERAL)

() B) FABRICANTE (EXCEÇÃO)

○ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):

○

➤ **DURAÇÃO, contado da data do recebimento dos serviços - ESCOLHER UMA OPÇÃO:**

() A) _____ DIAS

() B) _____ MESES

() C) GARANTIA PEDURARÁ CONTINUAMENTE DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL (SERVIÇOS CONTÍNUOS)

○ Justificar prazo de duração definido:

○

➤ **PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:**

() A) _____ HORAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos

() B) _____ DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos

() C) OUTRO(S). Indicar:

➤ **FORMA DE EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:**

() A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador

() B) Assistência sediada no seguinte município:

() C) Assistência sediada em local a critério da Contratada

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>() D) <i>On site</i>, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (EXCEÇÃO). Regras:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de ____ (____) horas, contadas da notificação pelo MPBA; ○ O executor da garantia (conforme acima indicado) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de serviços/bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles tenham sido executados (serviços) ou estiverem (bens), bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário; ○ Justificativa para a garantia <i>on site</i>: <p>() E) Outra. Especificar:</p> <p>➤ DETALHAMENTO DAS DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA (Se houver):</p>	
<p>3.6 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO</p>	<p>(x)</p>	<p>A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO</p>
<p>3.7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL</p>	<p>()</p>	<p>B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis): ➤ Indicar regras/condições para subcontratação: <p>3.7.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:</p> <p>3.7.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o Contratante designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a Contratada sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.</p> <p>3.7.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:</p> <p>3.7.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento e no contrato, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;</p> <p>3.7.1.2.2 Transmitir à Contratada as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;</p> <p>3.7.1.2.3 Promover, com a presença da Contratada, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;</p> <p>3.7.1.2.4 Esclarecer as dúvidas da Contratada, solicitando ao setor competente do Contratante, se necessário, parecer de especialistas;</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>3.7.1.2.5 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;</p> <p>3.7.1.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).</p> <p>3.7.1.3 A fiscalização, pelo Contratante, não desobriga a Contratada de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.</p> <p>3.7.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do Contratante, sobre irregularidades ou falhas, não exime a Contratada das responsabilidades determinadas neste instrumento.</p> <p>3.7.1.4 O Contratante poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.</p> <p>3.7.1.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela Contratada, às suas expensas;</p> <p>3.7.1.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do Contratante.</p> <p>3.7.1.5 Para fins de fiscalização, o Contratante poderá solicitar à Contratada, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.</p> <p>3.7.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.</p>
	<p>3.7.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO: <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p>
<p>(x)</p>	<p>A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1</p>
<p>()</p>	<p>B) DISPOSIÇÕES ESPECIFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL:</p>
	<p>3.7.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:</p> <p>3.7.3.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.</p> <p>3.7.3.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:</p> <p>3.7.3.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.3.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>3.7.3.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.3.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.3.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p> <p>3.7.3.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.7.3.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.3.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.3.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.3.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.3.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:</p> <p>3.7.3.3.1 Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);</p> <p>3.7.3.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.2, a 3.7.3.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);</p> <p>3.7.3.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.5 a 3.7.3.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.7.3.2.2 a 3.7.3.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);</p> <p>3.7.4 DAS MULTAS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:</p> <p>3.7.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.7.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <p>(x) 3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p>
--	--

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;</p> <p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;</p> <p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p>
	<p>B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS - PREENCHER, CONFORME O CASO:</p> <p>3.7.4.1 Moratória de xxx% (xxxx por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.7.4.2 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <p>3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.4.3 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;</p> <p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato;</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

		<p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p>
<p>3.8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)</p>	<p>3.8.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:</p> <p>➤ PRAZO: 4 dias corridos, contados: ESCOLHER UMA OPÇÃO</p> <p>() A) DA FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS</p> <p>(x) B) DA ENTREGA DA NOTA FISCAL/FATURA</p> <p>() C) OUTRO:</p>	
	<p>3.8.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:</p> <p>➤ PRAZO: 10 dias corridos, contados do recebimento provisório</p>	
	<p>3.8.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) NÃO SE APLICA</p> <p>(x) B) PRAZO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() 1) _____ HORAS. Contagem – Escolher <u>uma</u> opção: () Úteis () Corridos</p> <p>(x) 2) 30 DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis (x) Corridos</p> <p>() 3) OUTRO(S). Indicar:</p>	
	<p>3.8.4 DEMAIS REGRAMENTOS:</p> <p>3.8.4.1 O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;</p> <p>3.8.4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos nos prazos definidos neste instrumento, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;</p> <p>3.8.4.3 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 3.8.3 assegurado à Contratada a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço;</p> <p>3.8.4.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a Contratada obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam</p>	

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;</p> <p>3.8.4.5 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo Contratante, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/23, devendo ocorrer nos prazos definidos neste instrumento;</p> <p>3.8.4.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo Contratante não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Contratante, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.</p>	
3.9 DOS PREÇOS	(x)	<p>3.9.1 ABRANGÊNCIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos. ➤ Demais regramentos (se houver):
	()	<p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p>
	<p>3.9.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p>	
	()	<p>A) VALOR MENSAL FIXO</p>
	(x)	<p>B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS</p>
	()	<p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relativo à completa execução dos serviços</p>
	()	<p>D) OUTRO:</p>
3.10 REGRAS DE FATURAMENTO	<p>3.10.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO(S) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p>	
	()	<p>A) MENSAL</p>
	()	<p>B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	(x)	C) EM PARCELA ÚNICA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> (x) 1) AO FINAL DE <u>TODA</u> A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (Regra geral) () 2) OUTRO:
	()	D) PARCELADO: ➤ QUANTIDADE DE PARCELAS: ➤ DEFINIÇÃO DOS MONTANTES DAS PARCELAS -
	()	E) OUTRO(A). Indicar:
	()	3.10.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> A) NÃO SE APLICA , sendo necessária somente a apresentação de nota fiscal/fatura e certidões de regularidade fiscal e trabalhista, conforme item 3.11.1 (abaixo).
	(x)	B) REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS, para além dos indicados na opção A. Especificar: <i>Entrega dos certificados dos participantes que tenham cumprido a carga horária mínima de acessos as aulas.</i>
3.11 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		<p>3.11.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado na periodicidade indicada no item 3.10.1, mediante apresentação, pela CONTRATADA, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo CONTRATANTE;</p> <p>3.11.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 3.11.1, desde que não haja pendência a ser regularizada;</p> <p>3.11.3 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;</p> <p>3.11.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratual;</p> <p>3.11.5 O CONTRATANTE realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;</p> <p>3.11.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela CONTRATADA, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;</p> <p>3.11.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3.</p> <p>3.11.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao CONTRATANTE, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

		janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE .
3.12 REAJUSTAMENTO	()	<p>A) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. REGRAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () A) INPC/IBGE () B) OUTRO. Indicar: ➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração. ➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário. ➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de execução de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do orçamento estimado pela administração. ➤ Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
	(x)	<p>B) NÃO É CABÍVEL A PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA ORIGINÁRIA DO CONTRATO, dadas as regras de pagamento e a natureza dos serviços.</p> <p>Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência, os preços pactuados serão passíveis de reajustamento, conforme as seguintes regras e condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> (x) A) INPC/IBGE () B) OUTRO. Indicar: ➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo total de execução dos serviços contratados. ➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de meses decorridos entre a apresentação da proposta de preços e o encerramento do prazo inicial de duração da execução contratual. ➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos ao novo período de vigência contratual. ➤
3.13 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS	3.13.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	
	(x)	A) NÃO SE APLICA (Não se trata de registro de preços)

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>B) VIGÊNCIA DA ARP:</p> <p>()</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Prazo de vigência da ARP: _____ meses (Limitado a 1 ano) ➤ Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO: <p>() NÃO () SIM (Limitado ao <u>total</u> de vigência da ARP de 2 anos)</p> <p>3.13.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(x)</p> <p>A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(x) 1) 6 meses, contados do recebimento do empenho pela contratada</p> <p>() 2) _____ dias, contados do recebimento do empenho pela contratada</p> <p>() 3) _____ meses, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)</p> <p>() 4) _____ dias, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)</p> <p>B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() Opção 1: _____ meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) Data certa (previsão inicial): ____ de ____ de ____</p> <p>() B) Da data da (última) assinatura</p> <p>() Opção 2: _____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) Data certa (previsão inicial): ____ de ____ de ____</p> <p>() B) Da data da (última) assinatura</p> <p>3.13.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(x)</p> <p>A) NÃO SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA</p> <p>()</p> <p>B) SIM, SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA TAL FIM.</p> <p>➤ Justificativa:</p>
<p>3.14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</p>	<p>3.14.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>3.14.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente instrumento, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do Contratante, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;</p> <p>3.14.1.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;</p>


TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>3.14.1.2 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;</p> <p>3.14.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos serviços objeto deste instrumento;</p> <p>3.14.1.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;</p> <p>3.14.1.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;</p> <p>3.14.1.6 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;</p> <p>3.14.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;</p> <p>3.14.1.7.1 A eventual retenção de tributos pelo Contratante não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela Contratada;</p> <p>3.14.1.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;</p> <p>3.14.1.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;</p> <p>3.14.1.10 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;</p> <p>3.14.1.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo Contratante, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de inexigibilidade de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o Contratante;</p> <p>3.14.1.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;</p> <p>3.14.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;</p> <p>3.14.1.14 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.</p> <p>3.14.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na</p>
--	--

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;</p> <p>3.14.1.16 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;</p> <p>3.14.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;</p> <p>3.14.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;</p> <p>3.14.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei 14.133/2021);</p> <p>3.14.1.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei 14.133/2021);</p> <p>3.14.1.21 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;</p> <p>3.14.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <table border="1" data-bbox="435 1288 1511 1570"> <tr> <td data-bbox="435 1288 523 1377">()</td><td data-bbox="523 1288 1511 1377">A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.</td></tr> <tr> <td data-bbox="435 1377 523 1570">(x)</td><td data-bbox="523 1377 1511 1570">B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: 3.14.2.1 Entrega dos certificados dos participantes que cumprirem 80% de acessos as aulas no mínimo; 3.14.2.2 Disponibilizar as gravações das aulas durante o período de 06/06/2024 a 06/10/2024, na plataforma da empresa.</td></tr> </table>	()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.	(x)	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: 3.14.2.1 Entrega dos certificados dos participantes que cumprirem 80% de acessos as aulas no mínimo; 3.14.2.2 Disponibilizar as gravações das aulas durante o período de 06/06/2024 a 06/10/2024, na plataforma da empresa.
()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.				
(x)	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: 3.14.2.1 Entrega dos certificados dos participantes que cumprirem 80% de acessos as aulas no mínimo; 3.14.2.2 Disponibilizar as gravações das aulas durante o período de 06/06/2024 a 06/10/2024, na plataforma da empresa.				
<p>3.15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE</p>	<p>3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>3.15.1.1 Fornecer as informações necessárias para que a Contratada possa executar plenamente o objeto contratado;</p> <p>3.15.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;</p> <p>3.15.1.3 Permitir o acesso da Contratada às instalações físicas do Contratante, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;</p> <p>3.15.1.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;</p> <p>3.15.1.5 Fornecer à Contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando a execução do objeto atender satisfatoriamente os prazos de execução, entrega, qualidade e</p>				

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

	<p>demais condições previstas neste instrumento.</p> <p>3.15.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:</p> <p style="margin-left: 40px;">3.15.1.6.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;</p> <p style="margin-left: 40px;">3.15.1.6.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;</p>	
	<p>3.15.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p>	
	()	<p>A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.</p>
	(x)	<p>B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:</p> <p>3.15.2.1 Enviar a lista dos participantes do curso.</p>
<p>3.16 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL</p>	(x)	<p>A) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL</p>
	()	<p>B) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Percentual exigido - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <li style="margin-left: 40px;">() A) 5% (cinco por cento) () B) OUTRO*. Indicar: _____ % (_____ por cento) ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato. ➤ Justificativa para garantias com percentual superior a 5% (e limitadas a 10%) do valor inicial do contrato:
<p>3.17 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</p>	<p>CONFORME FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATAÇÃO.</p>	
<p>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTES DOCUMENTO:</p>		
<p>MATRÍCULA: 353.215</p>	<p>NOME DO SERVIDOR: Liliane Formigli Noblat</p>	<p>INSERIR ASSINATURA DIGITAL:</p> <div style="text-align: center; margin-top: 20px;">  <p>Documento assinado digitalmente LILIANE FORMIGLI NOBLAT Data: 05/04/2024 09:25:36-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p> </div>
<p>UNIDADE ADMINISTRATIVA: Coordenação Administrativa do CEAF</p>		

TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

APENSO I

TABELA INDICATIVA DOS ITENS DE SERVIÇO A SEREM CONTRATADOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Código do item de serviço, com descrição
1	Realização de curso Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota, ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para 35 (trinta e cinco) participantes.	Unidade	01	21172 - Treinamento Qualificação Profissional



TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS

APENSO II

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

RAZÃO SOCIAL (PJ) ou NOME (PF): Paula Sthefani de Carli Ltda		
NOME FANTASIA (PJ): Politalks – Consultoria Avançada		CNPJ / CPF: 42.921.701/0001-03
ENDEREÇO: Rua Coronel André Belo, 728 – Menino Deus		
MUNICÍPIO: Porto Alegre	UF: RS	CEP: 90.110-020
REPRESENTANTE LEGAL (NOME E FUNÇÃO): Paula Sthefani de Carli Ltda		CPF: 093.902.169-23


TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – SERVIÇOS


APENSO III – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

Não se aplica.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS (DFD)

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação, conforme parâmetros básicos a seguir elencados, a serem complementados em Termo de Referência (TR).

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)	
1. Identificação da Necessidade: Capacitação do Promotores de Justiça e Assessores com atribuição eleitoral.	
2. Objeto da Contratação: Realização de curso Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para 35 (trinta e cinco) participantes do MPBA.	
3. Tipo de Objeto: <input type="checkbox"/> Fornecimento imediato. <input type="checkbox"/> Fornecimento parcelado. <input type="checkbox"/> Fornecimento continuado. <input checked="" type="checkbox"/> Serviço não continuado. <input type="checkbox"/> Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra. <input type="checkbox"/> Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra.	
4. Contratação Prevista no Plano de Contratações Anual (PCA): <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não* Se SIM , informar o Valor Previsto no Plano de Contratações Anual: R\$ 38.000,00.	
5. Origem do Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Próprios - Orçamento do MPBA. <input type="checkbox"/> Recursos Oriundos de Convênio Estadual. <input type="checkbox"/> Recursos Oriundos de Convênio Federal.	CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO: (Se aplicável):
6. Formalização da Contratação: <input checked="" type="checkbox"/> Por empenho e AFM <input type="checkbox"/> Por instrumento formal de contrato.	
7. Unidade Responsável pela Instrução do Processo: Unidade de Finanças – CA - CEAF	
8. Unidade Demandante: Unidade de Fomento à Pesquisa - CEAF	
9. Unidade Gestora dos Recursos (nome e código): 40.101 0007 – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO	
Matrícula: 353.215	Nome Completo: Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade
Unidade Administrativa: Unidade de Finanças – CA - CEAF	INSERIR ASSINATURA DIGITAL:  Documento assinado digitalmente GRAZIELE MARIA GRAVE TEIXEIRA DE ANDRADE Data: 05/04/2024 09:45:03-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO	
Matrícula: 352.906	Nome Completo: Liliane Formigli Noblat
Órgão/ Unidade: Coordenação Administrativa do CEAF	INSERIR ASSINATURA DIGITAL:  Documento assinado digitalmente LILIANE FORMIGLI NOBLAT Data: 05/04/2024 09:25:36-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

À DCCL:

Em atendimento ao Despacho CEACC 1011855, informo que não há necessidade de elaboração de minuta de contrato, pois se trata de serviço de execução pontual. Será utilizado o instrumento contratual "Nota de Empenho". Em anexo, DFD e TR ajustados (docs. 1018360 e 1018366).



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** em 05/04/2024, às 09:48, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1018372** e o código CRC **D1EFB9F0**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Trata-se de procedimento de inexigibilidade de licitação, **instruído com fundamento na Lei Federal de nº 14.133/21**, encaminhado pelo CEAF, visando a **realização de curso Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para 35 (trinta e cinco) participantes do MPBA para os dias 20, 21, 22, 23 e 27 de maio de 2024**, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda - DFD (1018366), com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "f" da lei nº 14.133/2021.

Informamos que, após análise da instrução do processo em epígrafe, a documentação acostada nos autos está em conformidade com a base de conhecimento.

1. DFD devidamente preenchido (doc. 1018366);
2. Termo de Referência devidamente preenchido (doc. 1018360);
3. Documentos de Informação Orçamentária (Declaração do Executor e Manifestação do Gestor) (docs. 1009049 e 1009068);
4. Manifestação dos servidores indicados para a gestão e fiscalização contratual (doc. 1008068, 1008075, 1009073, 1009076, e 1009129);
5. Tabela de preços similares (doc. 1009055);
6. Documentos de habilitação da pretensa contratada:
 - Cartão CNPJ (docs.0979027)
 - Contrato Social e alterações (doc.1005339)
 - Certidão Negativa de Débitos Estadual/BA (doc.)
 - Certidão Negativa de Débitos Estadual, Federal, Municipal, FGTS e Trabalhista (doc.0978988 e 1010708)
7. Documentos que comprovem a contratação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização visando o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (doc. e);
8. Consulta da situação da contratada no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs.1011720).

Assim sendo, indicou-se como Contratada a empresa **PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA, CNPJ nº 42.921.701/0001-03 (Nome fantasia: POLITALKS - CONSULTORIA AVANÇADA)**, pelo preço proposto de **R\$ 38.500 (trinta e oito mil e quinhentos reais)**, conforme proposta (doc. 0978985, pag.16).

Salientamos, ainda, que não haverá celebração de contrato. A formalização se dará apenas com a emissão de empenho. Neste sentido, esclarecemos que em que pese as especificidades observadas na execução do objeto contratado, o instrumento formal de contrato não é obrigatório, conforme disposto no parecer de nº151/2024 da Assessoria Técnico- Jurídica da Superintendência de Gestão administrativa deste Ministério Público, de modo que a opção pela contratação sem tal meio de formalização coube à Unidade Gestora dos recursos.

Diante do exposto, encaminhamos o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa para análise e deliberação. Registramos, especialmente, a necessidade de elaboração de **manifestação decisiva/autorização** a fim de que possamos dar cumprimento à publicação da mesma no PNCP.

Thalita Brito Caldas

Assistente técnico-administrativo

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 354.181



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** em 08/04/2024, às 12:01, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1019772** e o código CRC **EEFBD4CE**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 114/2024

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.45340.0005141/2024-75, RESOLVE

Designar os servidores para atuarem na gestão e fiscalização da contratação decorrente da Inexigibilidade nº 009/2024, relativo à prestação de serviços de CURSO DIREITO ELEITORAL DIGITAL.

GESTOR DO CONTRATO: Liliane Formigli Noblat, matrícula 352.906.

FISCAIS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS: Synthya Torquato dos Reis, matrícula 353.239 e Grazielle Maria Grave Teixeira de Andrade, matrícula 353.215 e, como suplente, Neilson Aragão Cruz, matrícula 352.493 e Michele Costa Bittencourt, e matrícula 353.657.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

André Luís Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Datado e assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** em 27/70/37304, s 2à17: 4con5orme f to AormatiNb nv 70à4de 2° de Dezembro de 3737 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=7 informando o código Verificador **1019864** e o código CRC **7AD511D9**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando a instrução processual, bem como as informações prestadas pela DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios doc. 1019772, autorizo a Inexigibilidade de Licitação, encaminhada pelo CEAF, com fundamento na Lei Federal de nº 14.133/21, em favor da empresa PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA, CNPJ nº 42.921.701/0001-03 (Nome fantasia: POLITALKS - CONSULTORIA AVANÇADA), pelo preço proposto de R\$ 38.500 (trinta e oito mil e quinhentos reais), visando a realização de curso Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para 35 (trinta e cinco) participantes do MPBA para os dias 20, 21, 22, 23 e 27 de maio de 2024, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda - DFD (1018366), com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "f" da lei nº 14.133/2021.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** em 27/03/4043, às 22:13, conforme o Ato Normativo nº 03, de 25 de Dezembro de 4040 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código Neri9cador **1029374** e o código CRC **2A7B4C12**.

Resposta: Não

Publicação no PNCP: 16/04/2024 Situação: Divulgada no PNCP

Processo: 13937032000160-1-000518/2024 Fonte: Compras.gov.br

Curso de Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para servidores do MPBA

Documentos

Unidade Gestora: 40.101 / 0007 - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

VALOR DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
	R\$ 38.500,00

Arquivos Histórico

Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕	Valor total estimado ↕
Treinamento Qualificação Profissional Treinamento Qualificação Profissional Unidade Gestora: 40.101 / 0007 - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).	1	R\$ 38.500,00	R\$ 38.500,00

Para mais informações, consulte o [Manual de Utilização do Portal](#).

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial de divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos, visando a obtenção de um novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo composto por representantes das entidades estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direcionada, aprovada e homologada pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

servicos.economia.gov.br

PARCEIROS



Contratações | Contratações Diretas



Processo Administrativo (SEI):	1909011580006902202408
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	052/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Jaco Vieira Pinto Junior, CNPJ nº 33.487.891/0001-01
Objeto:	Prestação de serviços de recarga de extintores para atender a Sede da Promotoria de Justiça Regional de Valença, Promotoria Especializada em Meio Ambiente de Valença e da Promotoria de Justiça de Ituberá
Valor:	R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0054 – Promotoria de Justiça Regional de Valença
Data da Autorização:	15/04/2024
Link:	download

Processo Administrativo (SEI):	1909453400005141202475
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	009/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n

Favorecido (a):	Paula Sthefani de Carli, CNPJ nº 42.921.701/0001-031
Objeto:	Curso Direito Eleitoral Digital com carga horária de 20 horas/aula, na modalidade remota ao vivo com gravação, via plataforma da empresa contratada, para 35 (trinta e cinco) participantes do MPBA
Valor:	R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0007 – CEAF
Data da Autorização:	13/04/2024
Link:	download



Processo Administrativo (SEI):	1909453400006098202481
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	011/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Instituto Brasileiro de Direito de Família – IDFAM, CNPJ nº 02.571.616/0001-48
Objeto:	Participação de membros e servidores do MPBA no “V Congresso Baiano de Direito das Famílias e Sucessões e I Encontro Nordestino de Direito das Famílias e Sucessões”, nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2024
Valor:	R\$ 12.000,00 (doze mil reais)
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0007 – CEAF



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente ao Executor Orçamentário, acompanhado da publicação do ajuste no Portal Nacional das Contratações Públicas, bem como no sítio eletrônico do MPBA (link <https://www.mpba.mp.br/licitacoes/2839>) para adoção das providências pertinentes.

Registramos, por fim, que, cuidando-se de contratação sem instrumento formal de contrato, se faz necessário o encaminhamento do processo de pagamento a esta Coordenação para que seja realizada a publicação do empenho da contratação no PNCP conforme exigência do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Paula Souza de Paula Marques

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 17/04/2024, às 10:07, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1032134** e o código CRC **6B51BD3D**.



EMP	NOTA DE EMPENHO	40101.0007.24.0000041-0
Nº Pedido (PED): 40101.0007.24.0000046-0		Data de Emissão: 17/04/2024
Nº Pedido (PAD): *** **		
Data de criação do doctº: 17/04/2024		Nº Instrumento: 40101.0007.24.0000004-8
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa		Unidade Gestora: 0007 - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - MP
Projeto/Atividade: 3594 - Qualificação de Integrante do Ministério Público		Recurso: Normal
Modalidade de Licitação: Inexigibilidade - Lei Federal 14.133/2021		Tipo de Empenho: Ordinário
Subfonte - Convênio Federal:		Nº IC - Convênio Federal: *****
Nº Processo/Exercício Processo: 10570/2024		Nº Referência Licitação: 4010100072400000048
		Motivo Dispensa/Inexigibilidade licitação *** **
Restos a Pagar Não		Transferido - Restos a Pagar Não
Nº Processo - SEI: **** **		

DADOS DO CREDOR	
Código: 2024.05824-2	
Nome: Paula Sthefani de Carli Ltda	
Endereço: Rua Coronel Andre Belo, 728	
Bairro: Menino Deus	Município: Porto Alegre
CEP: 90.110-020	UF: RS
CPF/ CNPJ/ IG: 42.921.701/0001-03	Insc. Estadual: *** **
RG: *** **	

DEMONSTRATIVO DA RESERVA DE EMPENHO	
Dotação Orçamentária: 40101.0007.03.128.464.3594.9900.339039000.15000100000000000000.1	
Valor Total do Empenho (R\$):	Valor por Extenso:
*** 38.500,00	TRINTA E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS *** **
Histórico: Empenho do PED Nº 40101.0007.24.0000046-0 Curso Direito Eleitoral Digital. SEI 19.09.45340.0005141/2024-75 (Inex). SEI 19.09.45340.0010570/2024-54 (Pg). . Plano de Ação: CEAF/2024 / PE: PE: 5.1.6 Implantação de ações integradas de capacitações com foco em uma visão sistêmica da Inst. Ativ. Mãe: Eventos de capacitação. Ativ: Pagar pelos serviços prestados e mat adquiridos.	
Data de Autorização da Despesa: 17/04/2024	Ordenador de Despesa: Márcio José Cordeiro Fahel
<div>MARCIO JOSE CORDEIRO FAHEL</div> <div>Assinado de forma digital por MARCIO JOSE CORDEIRO FAHEL</div> <div>Dados: 2024.04.17 14:38:01 -03'00'</div> <div>Márcio José Cordeiro Fahel</div> <div>Ordenador de Despesa</div>	
Observações: Situação do EMP: Empenho (EMP) normal	



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Dicofin:

Encaminho processo de contratação para conhecimento.



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** em 17/04/2024, às 14:12, com Arquivo Normativo nº 5047, de 1º de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_consultar&id_orgao_acesso_externo=0 inserindo o código de verificação **1034595** e o código CRC **D4827DF6**.